

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

José Carlos Zeppellini Junior

Demências: sob o domínio das lembranças

DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

SÃO PAULO

2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

José Carlos Zeppellini Junior

Demências: sob o domínio das lembranças

DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Tese apresentada à Banca Examinadora
como exigência parcial para obtenção do
título de Doutor em Psicologia Clínica pela
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, sob a orientação do Prof. Doutor
Manoel Tosta Berlinck.

SÃO PAULO

2013

BANCA EXAMINADORA

“Toda ação exige esquecimento, assim como toda vida orgânica exige não somente a luz, mas também a escuridão. Um homem que quisesse sentir as coisas de maneira absolutamente e exclusivamente histórica seria semelhante àquele que fosse obrigado a se privar do sono, ou a um animal que só pudesse viver ruminando continuamente os mesmos alimentos. É portanto possível viver, e mesmo viver feliz, quase sem qualquer lembrança, como demonstra o animal; mas é absolutamente impossível viver sem esquecimento. Ou melhor, para me explicar ainda mais simplesmente a respeito do meu problema: há um grau de insônia, de ruminação, de sentido histórico, para além do qual os seres vivos se verão abalados e finalmente destruídos, quer se trate de um indivíduo, de um povo ou de uma cultura (Kultur)”.

Friedrich Nietzsche

Se fosse possível transformar em letras todas as lembranças das quais você faz parte, e então condensá-las formando uma palavra; ela seria: amor.

Vivian, este trabalho é dedicado a você.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, o auxílio-bolsa, de valor inestimável.

Aos colegas do Laboratório de Psicopatologia Fundamental da PUC-SP, as contribuições, discussões e aprendizado.

Ao Prof. Dr. Manoel Tosta Berlinck, o carinho, a gentileza e a firmeza com a qual me orientou no Mestrado e no Doutorado. Inesquecível e admirável companhia com a qual aprendi a trilhar os caminhos de um pesquisador e as incontáveis lições a respeito da clínica.

A Ana Cecília Magtaz, por ter acreditado nesta pesquisa desde o seu nascimento, o que torna uma honra ainda maior tê-la como membro da Banca Examinadora. Muito obrigado por todas as oportunidades com as quais me presenteou.

Ao Prof. Dr. Paulo José Carvalho da Silva, as contribuições dadas durante o Exame de Qualificação e a riqueza de seus escritos.

A Prof.^a Dr.^a Jeanne Marie Gagnebin, por aceitar partilhar seus conhecimentos e sua inteligência, enriquecendo este trabalho e sua discussão.

Ao Prof. Dr. Sérgio de Gouvêa Franco, a marcante disposição ao diálogo e as contribuições no percurso desta tese.

Ao meu pai, obrigado por ter-me ensinado a amar e a respeitar todas as expressões da vida. Sou muito feliz por tê-lo como meu herói.

A Vivian Regina Tristão, cujo amor, carinho, paciência e dedicação estão acima de qualquer possibilidade de agradecimento. Você ilumina tudo aquilo que toca.

Aos meus avós, por fazerem parte de todas as minhas histórias.

Em especial, a Alzira Pierre Zappellini; muito obrigado por ter-me esperado.

A todos aqueles com os quais convivi na clínica e que foram fundamentais para este trabalho ter sido realizado.

ZEPPELLINI JUNIOR, José Carlos. Demências: sob o domínio das lembranças. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Resumo

A presente tese de doutorado constituiu-se com base na experiência clínica e representa um aprofundamento da pesquisa desenvolvida e apresentada na dissertação de mestrado – *“Demências: identidades que adoecem. Considerações sobre os aspectos psicopatológicos do envelhecimento”* – defendida no Laboratório de Psicopatologia Fundamental, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP em 2008. O foco de investigação deste trabalho converge especificamente para as peculiaridades do funcionamento psíquico que afetam diretamente o sistema mnêmico de pacientes idosos acometidos por processos demenciais. O ponto de vista aqui defendido é o de que os processos demenciais senis são manifestações que ocorrem em virtude de uma impossibilidade de esquecer, apresentando-se como o resultado de um aprisionamento no registro das lembranças. Essa perspectiva não exclui a possibilidade de que processos demenciais concebidos como primários tenham outras formas de expressão e/ou genealogias distintas. Revela, entretanto, ser de fundamental importância prestar atenção aos aspectos subjetivos expressos por meio da sintomatologia demencial. Aponta para a importância de que essas singularidades sejam levadas em conta nos tratamentos e revela aspectos importantes do aparelho psíquico no que tange às funções mnêmicas e sua relação com o *pathos* que se evidencia no trabalho de envelhecimento. O sofrimento, as paixões e os excessos inerentes ao envelhecimento remetem-nos ao conflitivo encontro entre a temporalidade do corpo com a atemporalidade do inconsciente – e, também, do ideal do ego. Esse encontro pode estimular formações de compromissos específicas que serão postas em atividade nos processos demenciais senis. Esses irão caracterizar-se por uma recusa do tempo presente e pela rendição do ego diante da imponentia das lembranças, resgatadas e fortalecidas pelo crescente poder exercido pelo superego.

Palavras-chave: Psicopatologia Fundamental, processos demenciais senis, memória, lembranças, esquecimentos.

ZEPPELLINI JUNIOR, José Carlos. Demências: sob o domínio das lembranças. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Abstract

The present doctoral thesis is based on clinical experience and represents a deeper study of the research developed and presented in the master's dissertation – “Dementia: identities that sicken. Considerations about the psychopathologic aspects of the aging process” – defended in the Laboratory of Fundamental Psychopathology (Laboratório de Psicopatologia Fundamental), in the Program of Post-Graduation studies in Clinical Psychology at PUC-SP in 2008. The investigation of this work specifically focuses on the peculiarities of the psychic function that directly affects the mnemonic system of elder patients suffering from dementia processes. The point of view hereby defended is that the senile dementia processes are manifestations that are caused by the impossibility of forgetting, resulting in an imprisonment of the memory register. This perspective does not exclude the possibility that other dementia processes, classified as primary, have other forms of expressions and/or distinct genealogies. Nevertheless, it reveals that it is fundamentally important to consider the subjective aspects expressed by the dementia symptomatology. It points out the importance of taking these singularities into consideration in the treatments and demonstrates important aspects of the psychic apparatus concerning the mnemonic functions and the relation with pathos that becomes evident in the psychical working over related to aging (*envelhescência*). The distress, passion and excess inherent in the aging process send them to the conflicting encounter between the temporality of the body and non-temporality of the unconscious – and also, of the ideal of the ego. This encounter may give stimulus to the formation of specific symptoms that will be activated in the senile dementia processes. They will be characterized by the refusal of the present time and the surrender of the ego to the magnificence of the memories from the past, recovered and strengthened by the increasing power of the superego.

Key-words: Fundamental Psychopathology, senile dementia processes, memory, remembrances, forgetful.

SUMÁRIO

PARTE I

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA MNEMOTÉCNICA.....	9
3 MÉTODO CLÍNICO.....	21

PARTE II

4 CASO CLÍNICO 1: “Lembranças de um homem”.....	26
4.1 Os chamados de um homem.....	33
4.2 O desembarque na estação ressentimento.....	46
5 CASO CLÍNICO 2: “Um corpo que se lembra”.....	61
5.1 A teia das memórias.....	85
5.2 Consolação as pernas.....	98

PARTE III

6 O DECLÍNIO DA REPRESSÃO.....	114
6.1 A questão do primeiro amor e a transferência/contratransferência.....	129
7 O IMPÉRIO DO RESSENTIMENTO.....	138
7.1 A posição de testemunha e a transferência/contratransferência.....	157
8 A LEMBRANÇA COMO SENSAÇÃO.....	164
8.1 A consolação e a questão da transferência/contratransferência.....	177
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	193

PARTE I

1 INTRODUÇÃO

O universo da pesquisa em Psicopatologia Fundamental é indissociável da prática clínica. O ato de debruçar-se sobre o paciente e escutá-lo na narrativa de seu sofrimento deve remeter o ouvinte a um estado de atenção capaz de aproximar-se do discurso para reconhecer nele a existência do enigma.

É justamente nesse não saber prévio e, por consequência, no delicado trabalho de constituição de questões e significados subjetivos – permeados pela relação transferencial – que se sustenta essa parceria imprescindível.

O clínico, na constituição de sua própria biografia, poderá deparar com enigmas aos quais dedicará especial atenção, podendo seus frutos se tornarem iniciações científicas, dissertações, teses e artigos. Assim, ocorre não apenas no trabalho de reflexão e escrita, mas também, no compartilhamento das ideias e posteriores discussões a respeito de novas questões que serão suscitadas.

A “interrogação” não se esgota, pois é da natureza do contato com o humano a marca da subjetividade. Ela inaugura a imortalidade dos enigmas à medida que traz consigo as particularidades e singularidades do caso.

Entretanto, desse mergulho no oceano da pesquisa, não se retirarão definições ou afirmações que esgotem qualquer tema posto como objeto de investigação. Formular-se-ão, sim, contribuições que enriqueçam tanto a compreensão dos aspectos específicos dentro da dinâmica subjetiva pela qual cada paciente expressa o seu *pathos*, quanto se fomentarão novos trabalhos e, assim por diante, será mantido o universo do saber em constante expansão.

Esta Tese de Doutorado origina-se da clínica e expressa os questionamentos sobre os quais se debruça da seguinte forma: de que modo se estabelece a dinâmica psíquica nos processos demenciais senis e qual a natureza dos conflitos que residem na base de sua formação?

Para tanto, torna-se necessário se definirem as fontes conceituais das quais se parte. Assim, ao se escolher o objeto de pesquisa a etapa senil da vida, deve-se apresentar sob qual definição de velhice repousará a compreensão. Simone de Beauvoir (1970) define-a como um movimento, um desenrolar do processo vital. Compreende a vida como um contínuo estado de perda e reaquisição de equilíbrio; como um fenômeno instável, submerso em processos de mudanças constantes. O término dessas alterações, a interrupção do movimento, surge como concepção de morte.

O que caracterizaria um grupo de mudanças como típicas da velhice seria o seu aspecto *“irreversível e desfavorável – um declínio”* (BEAUVOIR, 1970, p. 17). Não se trata, entretanto, de quaisquer declínios. Reconhecemos que em todas as etapas da vida ocorrem perdas e variações de eficácia nas diversas funções orgânicas – entretanto, na velhice, essas têm início posterior à maturidade e rumariam em direção à morte.

Na infância e na adolescência, o conjunto de declínios não supera os ganhos biológicos que se inserem no processo vital – o organismo fortalece-se.

No homem, o próprio corpo não é natureza pura. As perdas, as alterações, os enfraquecimentos podem ser compensados por montagens, por automatismos, um saber prático e intelectual. Não se falará de envelhecimento enquanto as deficiências permanecerem esporádicas e forem facilmente contornadas. Quando adquirem importância e se tornam irremediáveis, então o corpo fica frágil e mais ou menos impotente: pode-se dizer, sem equívoco, que ele declina. (BEAUVOIR, 1970, p. 19)

A esse respeito, por fim, a autora acrescenta que a velhice não é apenas um fenômeno natural, mas também social. O grupo no qual o indivíduo está inserido e a tradição da qual faz parte irão potencializar ou diminuir a relevância dos pontos em declínio – portanto senescência e senilidade variarão de acordo com o olhar (e a escuta) do outro.

Dando continuidade aos esclarecimentos introdutórios, deve-se ressaltar que os casos clínicos a serem apresentados no decorrer deste trabalho descrevem a história de dois pacientes que iniciaram seus atendimentos por intermédio de seus cuidadores e com o intuito de complementar o tratamento médico e farmacológico que já realizavam. Ambos foram diagnosticados como portadores de uma síndrome degenerativa primária – processo demencial – com seu início na etapa senil de suas vidas (> 60 anos).

Os processos demenciais senis de causa primária caracterizam-se como patologias que afetam progressivamente as funções cognitivas dos pacientes – entre elas a memória – prejudicando a realização e a manutenção das atividades básicas da vida cotidiana (CAOVILLA & CANINEU, 2002).

Diferentemente dos processos nos quais a síndrome demencial surge como secundária, ou seja, como uma reação a algum fenômeno patológico que interfira nas funções neurológicas e psíquicas – abusos de substâncias psicoativas, tumores, infecções, traumas crânio-cerebrais e fases terminais de algumas psicoses – as demências primárias são consideradas de caráter crônico, degenerativo e irreversível (LÓPEZ-POUSA *et al*, 2001).

O DSM-IV aponta, no caso das demências senis, a prevalência de lesões destrutivas do parênquima nervoso – tanto celular quanto das fibras – acarretando

os aspectos degenerativos e a ocorrência da atrofia cerebral constatada por meio de exames de imagens e análises *post mortem* (DSM-IV, 2000).

A gravidade do quadro remete o observador a um prognóstico no qual a manutenção do estado atual e o retardo do agravamento degenerativo surgem como os principais objetivos médicos. Além de tais expectativas, os pacientes são frequentemente incentivados a realizar atividades que estimulem novas ligações neuronais, passíveis de suavizarem as perdas e substituírem redes associativas que proporcionem a manutenção de funções básicas para uma vida em que graus de independência estejam preservados.

Os estágios complementares ao diagnóstico demencial são:

- leve – nele o paciente poderá apresentar perda de memória (principalmente na de curto prazo), confusão mental seguida de perturbação da capacidade de julgamento e alterações na personalidade;
- moderado – declínio intenso da capacidade de cuidar do próprio corpo e presença marcante de alterações da sensopercepção e do juízo de realidade;
- severo – perda de vocabulário, ausência de controle urinário e fecal acompanhada de diminuição de peso, aproximando-se de um estado de absoluta dependência, sendo imprescindível a presença de cuidadores (CAOVILLA & CANINEU, 2002).

A intervenção médica concentra-se, portanto, na tentativa de aumentar o tempo no qual o paciente se mantenha no estágio leve do processo demencial, retardando ao máximo a sua passagem para os posteriores e, com isso, preservando graus relativos de independência e mantendo a qualidade de vida.

Assim, ao se manter e respeitar o diagnóstico médico, não só se usufrui da riqueza que suas concepções oferecem, como também torna-se possível o diálogo entre diferentes saberes.

Ao dedicar-se à escuta dos pacientes em questão, interpretações, formulações, associações e hipóteses serão levantadas. E, nesse terreno fértil de encontro multidisciplinar, a Psicopatologia Fundamental apresenta-se como acolhedora dos diversos saberes e como uma posição investigativa extremamente pertinente à compreensão do enigma oriundo do encontro entre a subjetividade e o *pathos* exposto em narrativa na clínica.

A Psicopatologia Fundamental torna-se presente, portanto, como uma posição clínica singular, que privilegia a investigação da subjetividade expressa por meio da narrativa do sofrimento humano, sem deixar de reconhecer as contribuições oriundas dos diversos outros saberes presentes na *pólis* (BERLINCK, 2000).

Por ser uma posição clínica, nasce e parte fundamentalmente desta, e sua prática dá-se com o reconhecimento de que o humano é completamente vulnerável à ocorrência do excesso, das paixões, do desequilíbrio, que afetam seu corpo, sujeitando-o. Esse sofrimento, essas paixões e essa passividade (sintetizados no conceito de *pathos*) são postas em movimento na dinâmica com o clínico – por meio da transferência – e poderão, com o auxílio deste, transformar-se num discurso a respeito da singularidade do que o afeta. A narrativa, dirigida a esse outro que o escuta para acolher e reconhecer a expressão da sua subjetividade poderá levar a um processo de pensar o que antes era impensável e, portanto, transformar o que era excesso em enriquecimento, em experiência (BERLINCK, 2000).

Por fim, o excesso que se apodera do humano produz e revela um sofrimento, mas, ao mesmo tempo, funda sua subjetividade. Em virtude da impossibilidade de

se fugir da ocorrência do *pathos*, por ele ser inerente à vida, cabe-nos transformá-lo em experiência e, nesse processo, floresce a subjetividade como resultado e, ao mesmo tempo como criadora e consolidadora do humano como ser psicopatológico.

A subjetividade, devidamente reconhecida e apontada como fundamental neste trabalho, será interpretada e concebida, dentro da dinâmica psíquica da qual faz parte, com base na metapsicologia freudiana.

A descoberta do inconsciente freudiano como manifestação do *pathos* e como algo que surge da violência primordial, bem como a consequente metapsicologia que é conhecida por psicanálise é a casa mais confortável existente na contemporaneidade para a Psicopatologia Fundamental. (BERLINCK, 2000, p. 24)

Em suma, por meio do método clínico – sustentado nos pilares da Psicopatologia Fundamental e na metapsicologia freudiana – neste trabalho propõe-se defender a tese de que, em alguns casos de processos demenciais senis, o clínico defronta-se com situações nas quais a doença desenvolve-se em virtude da *impossibilidade* de o paciente *esquecer*. A não elaboração de aspectos da realidade psíquica, tidos como intoleráveis ao ego, poderá produzir um estado em que o paciente abdica gradualmente do princípio de realidade, degenerando a relação com os objetos e o ambiente do tempo presente, tornando-se um ser de lembranças. Vivo e ativo num tempo prévio à catástrofe (anterior à emergência do intolerável) e, portanto, submetido ao enfraquecimento da memória de curto prazo, recusa o presente e rumo cada vez mais em direção a um pretérito, até que esse estado evolua ao apagamento total e absoluto da subjetividade. Esse estado, nas fases finais dos processos demenciais, não apresenta nem mais lembranças, nem mais esquecimentos, nem mais identidade; resta, apenas, a um corpo sem linguagem a representação da vida.

Na PARTE I deste trabalho serão focados os elementos introdutórios, essenciais para o desenvolvimento das ideias posteriormente trabalhadas e dois outros capítulos se somarão a ela.

Um deles será a respeito da *Arte da Mnemotécnica*, no qual se apresentarão determinados aspectos históricos de sua constituição e prática, à medida que forem utilizados como ponto de reflexão a respeito da estrutura das lembranças, das recordações e de suas semelhanças e diferenças.

Em seguida, virá um capítulo sobre o *Método Clínico*, no qual serão aprofundadas as peculiaridades metodológicas que permeiam todo esse processo investigativo e culminarão na PARTE II, em que se apresentarão os casos clínicos do qual nasceram as reflexões metapsicológicas.

Na PARTE III, por fim, serão apresentados capítulos específicos sobre os elementos mais marcantes observados nos casos estudados, articulados com contribuições teóricas de diversos autores e trabalhados para se verificar a hipótese proposta de que alguns processos demenciais senis podem ser compreendidos como frutos da impossibilidade de esquecer.

Ao final, apresenta-se bibliografia consultada e, aqui, torna-se importante fazer uma observação. Este trabalho insere-se num longo percurso de pesquisa a respeito da subjetividade no envelhecimento humano (ZEPPELLINI JUNIOR, nov./2005). Encontrou-se no estudo dos enigmas, oriundos da clínica com pacientes em processos demenciais, um eixo a respeito do qual se articulam reflexões sobre a envelhescência, sobre a dinâmica psíquica posta em atividade nos processos mnêmicos e sobre diversos aspectos psicopatológicos presentes nas demências senis (ZEPPELLINI JUNIOR, 2008).

Diversos autores contribuíram para a construção de um acervo bibliográfico fundamental acerca dos temas que se articulam nesta pesquisa, como Beauvoir (1970), Berlinck (2000) e Goldfarb (1998), sobre a velhice e o envelhecer; Bosi (1995), Gagnebin (2006), Proust (1913-1927), Ricœur (2007) e Rossi (2007) sobre a memória, as lembranças e os esquecimentos e Goldfarb (2004) e Messy (1999) sobre os processos demenciais por uma ótica psicanalítica. Com o intuito de ser mais abrangente, não se apresentarão as referências apenas dos textos citados no decorrer deste trabalho, mas também daqueles que, em alguma medida, contribuíram para o desenvolvimento das reflexões aqui presentes e que se relacionam de maneira íntima com os temas abordados. A intenção, com isso, é a de oferecer aos interessados referências bibliográficas que contribuam para a ampliação do tema por meio de novas pesquisas e de novos enigmas.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA MNEMOTÉCNICA

O valor da memória no desenvolvimento filogenético é grandioso. Armazenar situações de perigo para evitá-las em momentos subsequentes foi, e ainda é, de fundamental importância para a preservação da vida do indivíduo e da espécie. Além da importância derivada dessa capacidade de arquivar experiências, a transmissão destas, também, tornou-se de grande valia para o humano.

As pinturas rupestres mais antigas das quais se tem notícia datam de, aproximadamente, 40.000 a.C. (Paleolítico Superior), quando se imprimia nas pedras e nas paredes das cavernas a imagem da experiência. Não só a textura e o formato dessas “telas” eram bem escolhidos, bem como o tom das tintas que seriam utilizadas. Todos esses detalhes apontam para o valor e importância que essas imagens carregavam. Imagens que se fixavam num ambiente externo ao humano, que saíam da memória e tornavam-se imunes à decadência do corpo e à passagem do tempo. Memórias que permaneceriam para contar histórias.

Com o aumento da complexidade na comunicação verbal da espécie, a língua passou a ser a portadora de figuras de linguagem cada vez mais densas. Assim, a importância de se ter uma memória bem treinada, capaz de armazenar um grande volume de informações e de transmiti-las quando necessário, passou a ser altamente valorizada e seu cultivo e aprimoramento aconselhados.

A memória, portanto, ocupa desde cedo na história um papel extremamente relevante na constituição, no desenvolvimento e na sobrevivência da espécie. Os documentos históricos produzidos e encontrados ao longo dos tempos revelam essa importância e o apreço que o humano, desde a Pré-História, apresentou quanto à possibilidade de armazenar e transmitir aquilo que por ele havia sido vivido.

Revelam, também, a necessidade que o homem sentia de conseguir dar-lhes um significado, de ser capaz de criar representações com base naquilo que experimentara e, assim, tornar suas experiências simbolizáveis também para si mesmo.

Com o aperfeiçoamento da linguagem oral, novas formas de transmissão e constituição de experiência foram desenvolvidas. A arte da oratória e da retórica representa esse processo e ilustra a fundamental importância da função mnêmica na arte de construir um discurso.

Na história da poesia grega, relata-se que o poeta lírico Simônides (556 – 468 a.C.), nascido na cidade de Ceos, havia sido contratado para recitar um poema em homenagem ao anfitrião de um grande banquete. Simônides, no decorrer da declamação, fez uma referência elogiosa a Castor e Pólux (irmãos gêmeos, filhos de Leda com Zeus). O anfitrião, com o orgulho ferido por ter seu poema invadido pelo elogio a outros, disse a Simônides, de forma amarga, que lhe pagaria apenas a metade do combinado. Caso não estivesse satisfeito com o valor, que fosse cobrar de Castor e Pólux a parcela faltante. Simônides, pouco tempo depois, foi informado de que dois jovens o aguardavam do lado de fora e que, com urgência, solicitavam sua presença.

Ao sair do recinto, entretanto, não encontrou ninguém a esperá-lo e, ao ensaiar seu retorno à sala do banquete, defrontou-se com uma catástrofe. Durante sua ausência, o teto desmoronara e os corpos de todos os participantes ficaram soterrados sob os maciços escombros da construção.

Simônides reconheceu os jovens que o haviam chamado, mas não os encontrara, como Castor e Pólux que, com tal intervenção, “pagaram” de maneira valiosa a participação no poema que ecoou pela sala do banquete.

Os familiares e os conhecidos dos mortos não foram capazes de identificar os corpos, dado o estado de desfiguração em que se encontravam. Simônides, no entanto, tinha a imagem do banquete na memória e, ao resgatá-la, trouxe à mente a localização imagética de cada um dos convidados. E, com isso, todos foram devidamente reconhecidos (YATES, 2007, p. 17-18).

A narrativa desse episódio revela um marco a partir do qual a função mnêmica tornara-se não apenas um “instrumento” – que poderia ser aprimorado e posto sob controle –, mas também uma dádiva, uma virtude relativa aos homens de valor. Ao ser reconhecida como uma atividade humana de alta relevância, a memória passa a ser especificamente investigada e será definida de acordo com a tradição relativa à época e aos pensadores que a ela se dedicaram. Torna-se, também, alvo do desenvolvimento de técnicas, à medida que essa atividade, para ser bem-sucedida, deveria ser metodologicamente estabelecida e capaz de ser repetida por todos os interessados e talentosos praticantes.

Nascia, assim, a Arte da Memória, também conhecida como mnemotécnica. A narrativa a respeito da experiência de Simônides durante o banquete continha diversos elementos fundamentais que constituíram as bases metodológicas para o desenvolvimento dessa arte. A ordem das cadeiras, dos convidados, e o quanto tal organização foi fundamental para a rememoração exata da cena, colocavam em evidência elementos que deveriam ser estudados e aprimorados para que o material mnêmico fosse armazenado e resgatado de maneira controlada e de acordo com a intenção ou necessidade do indivíduo (YATES, 2007, p. II).

No processo de criação do método, a memória foi dividida em duas: a natural e a artificial. A memória natural é aquela que faz parte da biologia humana, que é parte do organismo de maneira geral e integra qualquer sujeito. É na memória

artificial que se sustenta o método, à medida que se apresenta como um trabalho, como um esforço para instrumentalizar e aprimorar a memória natural.

Para tanto, algumas regras fundamentais deveriam ser seguidas. A memória artificial era, por sua vez, também dividida em duas: memória de coisas e memória de palavras. O conceito “coisas” é bastante amplo. Por “coisas” pode-se entender objetos, cenas e vivências que o sujeito vise armazenar com alto grau de perfeição. O procedimento tem início com a construção de um “lugar interno” que será utilizado como um grande armazém. Essa construção deve ter uma imagem, uma textura física na qual o sujeito possa transitar por meio de sua concentração e pensamento. Pode ser completamente inédita, ou pode seguir o modelo de alguma construção conhecida pelo orador. Contudo essa construção deve apresentar vários cômodos, nos quais diversas imagens serão armazenadas sem ficarem amontoadas, confundindo o ato de rememoração. Deve ser um lugar nem muito grande, para as imagens não se perderem, nem muito pequeno para a proximidade não as deixar espremidas de maneira desorganizada. Não deve ser muito claro, para não ofuscar a visão, nem muito escuro para não atrapalhar o reconhecimento da imagem. Deve ter seus cômodos interligados por uma distância razoável, que não comprometa o todo e, ainda assim, permita uma relação entre as partes (YATES, 2007).

As diversas concepções a respeito da memória e a prática da mnemotécnica cruzaram o tempo e ganharam contribuições de diversos pensadores, o que acabou por marcar de maneira importante a cultura de suas épocas. Platão (428/427 a.C. – 348/347 a.C.) propunha que o homem transportava em sua alma uma espécie de moldura interna, um potencial inato para o conhecimento de todas as coisas do mundo. Chamava esses moldes de “ideias”. O conhecimento, portanto, seria formado com base na percepção sensorial do mundo, que colocaria o homem em

contato com as cópias infiéis das “coisas”; com elas, as ideias seriam estimuladas e o verdadeiro conhecimento seria reavivado na alma, seria rememorado (YATES, 2007).

Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) também estudara e havia sido influenciado pela ciência da memória. Ele conhecia o conceito de memória artificial – funções mnêmicas utilizadas com o intuito de reter um conteúdo selecionado – e os pressupostos técnicos para o aprimoramento da capacidade mnêmica. Tais conhecimentos ajudaram-no a produzir um de seus trabalhos, “*De memoria et reminiscentia*” (em grego, *Περὶ Μνήμης καὶ Αναμνήσεως*) no qual apresenta sua hipótese a respeito da construção do acervo mnêmico. Propõe que a percepção sensorial é a porta de entrada de todo e qualquer objeto externo. Após a captação sensorial do objeto, dá-se o início de um processo imaginativo que teria por fim a constituição de uma imagem mental do que foi apreendido. Essa imagem mental tornar-se-ia o material utilizado pela parte racional da alma, pela parte intelectual, com o propósito de proporcionar a faculdade do pensamento ao humano. Esse processo de captação e criação de uma imagem mental dos objetos está intimamente ligado à questão da memória. O filósofo afirma que a memória é um recurso da alma, localizada no mesmo campo que a imaginação. A memória seria o local no qual as imagens construídas pela imaginação seriam armazenadas e ganhariam a referência temporal, ou seja, uma organização (YATES, 2007).

Cícero (106 a.C. – 43 a.C.), filósofo, escritor e político romano, dedicou-se também à questão metodológica da memória. As ideias de Cícero são congruentes com as compilações da época, que apresentavam textos a esse respeito. As ideias fundamentais sobre o método estavam intimamente associadas às técnicas de

constituição de uma memória artificial e exigiam um grande esforço por parte de seus adeptos.

Os materiais a serem armazenados precisariam ganhar uma imagem objetiva que condensasse a informação de maneira clara e precisa. Cícero, bem como o que preconizavam os manuais da época, dizia que as imagens precisavam ser criadas de uma forma especial. Necessitavam ter uma certa “densidade”, precisavam chamar a atenção da alma e do espírito. Era necessário que fossem marcantes e impressionantes para ficarem armazenadas em seus devidos lugares. Imagens banais, de pequena intensidade, seriam descartadas pela memória.

A questão da construção das imagens é fundamental. Esse objeto imagético a ser criado deveria constituir-se como um substituto da palavra. Deveria transmitir a ideia a ser rememorada por meio da condensação de elementos. As imagens deveriam ter o poder de impressionar, de marcar a alma. Para tanto, o excesso era necessário. A cor vermelha, por exemplo, era um dos recursos, por sua força e por sua capacidade de chamar a atenção para si. O excesso de horror, de beleza, do tom dramático, doloroso ou cômico faria com que a marca se mantivesse com mais facilidade na memória (YATES, 2007).

Por volta de 86 a.C., em Roma, circulava uma compilação em forma de manual sobre as técnicas da memória, chamada “*Ad Herennium*”, cuja autoria é desconhecida até hoje. Nesse manual pode-se encontrar um exemplo riquíssimo a respeito da escolha e da interpretação das imagens. Nesse livro, cita-se o caso de um advogado que deveria lembrar-se de alguns detalhes a respeito do caso jurídico de que estava tratando. Um réu era acusado de ter envenenado um homem, com o objetivo de receber a herança que o morto deixara e afirmava-se, também, que o crime fora cometido com o testemunho e a anuência de outros envolvidos.

A transformação dessa cena numa “memória para coisas” deu-se da seguinte forma:

Imaginaremos o homem em questão deitado na cama, doente, se o conhecermos pessoalmente. Se não o conhecermos, escolheremos alguém para ser nosso doente, mas não um homem de baixo estrato social, de modo que venha à mente de forma imediata. Colocaremos o acusado ao lado da cama, segurando em sua mão direita uma xícara e na esquerda comprimidos e, no dedo anular, testículos de carneiro. Desse modo teremos na memória o homem envenenado, as testemunhas e a herança. (YATES, 2007, p. 28)

A xícara estaria associada ao envenenamento, os comprimidos ficariam como representantes da herança e os testículos de carneiro, em virtude do duplo sentido da palavra em latim (*testis*) representariam as testemunhas (Yates, 2007, p. 28-29). A construção de imagens mnêmicas ganhava contornos cada vez mais racionais e, mesmo articulados com os efeitos da sensorialidade e da criatividade, estavam a serviço da disciplina e das virtudes que o controle sobre as perturbações da alma representavam.

A memória passava a ser vista como um recurso da parte racional da alma. Essa qualidade influenciou a ideia de que o aprimoramento da memória deveria ser estimulado e tornar-se um hábito, uma virtude. A memória colocaria o sujeito em relação próxima com a prudência e esta, por sua vez, aproximaria ou afastaria do Paraíso o homem.

A relação visceral entre memória e prudência aproximou das virtudes religiosas, de maneira importante, a mnemotécnica. O processo de catequização era fundamentalmente verbal e tinha como principal base de sustentação a sua capacidade de se tornar facilmente memorável. A prudência colocava a memória como alerta na manutenção do fiel em seu caminho virtuoso, sempre reforçada pelas imagens presentes nos arquivos mnêmicos.

O sermão religioso precisava ser marcante, capaz de afetar intensamente o ouvinte. Assim, o fiel teria maior propensão para armazenar, para se manterem impressos em sua alma os dizeres, os preceitos e as normas de devoção e conduta. A própria representação da Paixão de Cristo é um exemplo disso. O percurso de dor e sofrimento de Cristo para a crucificação é altamente chocante. Excessos de amor e devoção, de dor, de tortura e de sangue espalhado por todo o contorno de um corpo (CORBIN *et al*, 2007).

A crucificação e os milagres são descritos para se tornarem memoráveis. Fogem da normalidade, deixam de ser banais por apresentarem situações que rompem com o estado de equilíbrio da psique. Cenas de milagres, como a de Moisés e os hebreus atravessando o Mar Vermelho são tão intensas que independem da linguagem escrita para que se mantenham arquivadas na memória.

Agostinho (354 – 430), como representante dessa articulação entre o estudo da memória e seus enlaces religiosos, dedicou-se intensamente ao estudo e aprimoramento da memória. Propunha que, se o homem carregasse em sua alma o potencial para o encontro da verdade universal a respeito das coisas, na memória estaria um possível encontro com a verdade de Deus. Dedicou-se a esse encontro e propôs-se a estudar as várias camadas da memória (YATES, 2007).

Ao se retomarem as questões técnicas e metodológicas a respeito da memória artificial, nota-se que um dos pontos primordiais referia-se à organização do material armazenado. A ordem era fundamental, também, porque permitia ao orador transitar pelos locais mnêmicos, à medida que reconhecia a sua ordem, podendo acessá-los na sequência desejada. Desse modo, o orador poderia articular diversos materiais registrados, sem perder o raciocínio posto em prática. Elaborar e conduzir um discurso que pudesse movimentar-se por entre as representações

construídas, fazendo uso de toda a riqueza contida no acervo mnêmico, traria ao orador um poder de impacto e persuasão extremamente elevados. Para que todo esse material pudesse ser rememorado de modo instrumental e inteligível, era de se esperar que o orador fosse alguém dedicado ao estudo e à prática da memória artificial, bem como possuisse um equilíbrio mental suficientemente capaz de mantê-lo apto à realização dessa empreitada.

Assim, pensar as questões da mnemotécnica com base na ideia do funcionamento psíquico proposto na teoria psicanalítica de Freud pode ser extremamente produtivo. Torna-se possível pensar em determinadas características pertinentes à criação das imagens mentais dos objetos – com o intuito de serem utilizadas como recursos de memorização – como se uma das suas características fundamentais tivesse de ser a capacidade de atrair e preservar certo *quantum* de energia. Esse pode ter sido o motivo pelo qual tenha surgido a instrução de que a imagem devesse representar um excesso, porque o excesso é capaz de marcar a alma e atrair sua atenção. A memória apresenta, por isso, uma relação muito próxima com o sistema sensorial do corpo. O excesso necessário para a impressão mnêmica caracteriza-se por produzir um impacto na percepção sensorial, que afetaria diretamente os órgãos. Assim, poderia pensar-se que, sem *pathos*¹, não haveria memória.

Nesses casos, tanto a beleza quanto o horror tornar-se-iam marcantes o suficiente para que, em virtude do prazer que a rememoração produziria, ou a

¹ Berlinck (2000) define *pathos* como: “Além de sofrimento, de *pathos* deriva-se, também, as palavras ‘paixão’ e ‘passividade’. Assim, a Psicopatologia Fundamental está interessada num sujeito trágico que é constituído e coincide com o *pathos*, o sofrimento, a paixão, a passividade. (...) Nesse sentido, quando *pathos* acontece, algo da ordem do excesso, da desmesura se põe em marcha sem que o eu possa se assenhorar desse acontecimento, a não ser como paciente, como ator.” (p. 18).

descarga de angústia subsequente, a “coisa” fosse impressa como registro de memória.

Desse modo, a organização interna é fundamental para o uso instrumental da memória. Não apenas a disposição das imagens deve estar de acordo com certa ordem, mas também a organização egoica precisa estar suficientemente funcional para que a memória possa ser lembrada e não revivida de maneira alucinatória ou delirante. A lembrança não pode desorganizar e desestruturar o reconhecimento e a relação com a realidade presente. A organização proveniente do princípio de realidade do aparelho psíquico é imprescindível para o uso instrumental do acervo mnêmico; do contrário, a lembrança brota como sintoma e impõe-se por meio da repetição vivencial da imagem-coisa.

Ao se pensar em psicopatologias que afetam a memória, não se pode deixar de lado a constatação de que o ego trabalha com a ordem do armazenado. A cronologia dos fatos é de suma importância para que o acervo possa ser utilizado para preservar um contexto histórico que sustente a identidade do indivíduo. Aqui se faz presente uma questão interessante a respeito da relação e dos possíveis conflitos entre a ordem mnêmica imposta pelo ego e a organização característica do id.

Os desenvolvimentos demenciais em idosos, por exemplo, apresentam-se, no que diz respeito à perturbação da memória, como um desarranjo na organização desses “lugares mnêmicos”. É muito comum a memória se diluir seguindo uma direção que vai linearmente do presente para o passado. Essa formação sintomática talvez nos informe que a capacidade de continuar construindo lugares mnêmicos torna-se gradualmente prejudicada. O tempo presente deixa de ser registrado e armazenado num *locus* e, com isso, as imagens-coisa ficariam soltas e/ou

misturadas às outras, produzindo um estado confusional intenso. A construção de novos lugares de memória sustenta-se na percepção e no registro cronológico da experiência.

Por fim, retornando à questão histórica da memória e tendo em vista o avanço das ciências, defronta-se com um número cada vez maior e mais complexo de informações que compõem o universo dos saberes. Torna-se, portanto, cada vez mais necessário o desenvolvimento de recursos externos à memória em si – tanto como fontes de estímulo às lembranças, quanto como o que diz respeito ao armazenamento concreto de informações.

Antes da invenção da imprensa, uma capacidade de memorização ampla era de suma importância. Para compensar o que não era possível ser armazenado, em virtude do crescente volume de informações, a humanidade desenvolveu novas ideias de registro e transmissão de conhecimentos.

Dos hieróglifos egípcios à escrita cuneiforme dos sumérios; da criação do alfabeto pelos fenícios à sua posterior ampliação por parte dos gregos, observamos a importância e o valor dado à preservação dos registros históricos. Percorremos cenários nos quais defrontamo-nos com a manufatura de papiros, pergaminhos e moldes de barro nos quais eram gravadas informações relevantes e caminhamos até o século VIII, mais especificamente na China, Coreia e Japão, onde a técnica de prensar tecidos e cordas – através da força de grandes rodas hidráulicas – inseriram o papel na gama já existente de instrumentos conservadores de escrita e transmissores de informação.

Se, até então, poucas igrejas na Europa podiam contar com uma Bíblia, a transmissão da história de Cristo dava-se pela capacidade mnêmica do orador e contava com a ajuda do ambiente apresentado pela arquitetura e pelas peças

artísticas que compunham as igrejas, fazendo as vezes de “memória externa”. As grandes construções góticas, que tiveram início em meados do século XII e estenderam-se pela Europa até o início do século XVI, carregavam diversos elementos imagéticos e históricos que ajudavam o observador a compreender ou completar as informações sobre os mais diversos temas.

Com o contínuo desenvolvimento de técnicas de registro e em virtude da consolidação do papel no circuito global, por volta do século XV, a imprensa passa a ganhar um corpo cada vez mais firme. Com o valor do papel mais acessível e com a facilidade de se registrar um grande volume de informações, estas ganhavam um trânsito cada vez maior. Germinava, assim, o cenário no qual ocorreu o crescimento do número de bibliotecas – estas, em virtude da inédita facilidade na troca de registros históricos em diversos idiomas e dirigidos a culturas diferentes, aproximaram os homens e estimularam o avanço de diversas ciências.

No cenário atual, a mídia eletrônica coloca-se como alternativa ao papel e a internet não apenas possibilita o acesso tanto aos conteúdos clássicos, que compõem um acervo mnêmico de valor inestimável, mas também insere o homem num contexto no qual a informação pode ser acessada em tempo real e não mais apenas como um registro do passado. Independentemente da forma pela qual um registro se inscreve no acervo mnêmico do homem, sempre se está diante de um cenário no qual a sua subjetividade estará visceralmente expressa em suas recordações, lembranças e esquecimentos.

3 MÉTODO CLÍNICO

A etimologia da palavra “clínica” (do grego, κλινω, debruçar-se, curvar-se) remete ao cuidado, à atenção investigativa, direcionada ao paciente em seu leito. O ato de debruçar-se sobre alguém que padece revela a tradição do método clínico: o “cuidador” observa e escuta aquele que narra a história de seu sofrimento. A Psicopatologia Fundamental, portanto, encontra na tradição clínica a posição a ser adotada diante do *pathos* (sofrimento, paixão, excesso) que será narrado pelo paciente. Aponta, ainda, que nesse discurso encontra-se um saber particular, íntimo e subjetivo sobre o adoecimento daquele que fala.

É fundamentalmente sobre esses dois pilares que se sustenta o presente trabalho de pesquisa: no reconhecimento da subjetividade, constituída pelo *pathos*, e que é representada e posta em narrativa na vivência do encontro clínico.

A narrativa do paciente é reconhecida como um discurso que comporta um saber mito-poiético epopeico de suas histórias, de sua biografia (BERLINCK, 2000). É justamente a escuta e a observação desse relato que fornecem ao clínico a possibilidade de desenvolver um saber metapsicológico do caso, que resgataria um saber sobre não só a especificidade desse sofrimento, mas também a dinâmica constituinte das formações de compromissos apresentadas.

Desse modo, a construção e a apresentação do caso clínico serão dadas pela narrativa a respeito do encontro entre o clínico e o *estrangeiro/enigmático* oriundo das representações dadas ao *pathos* ao qual se refere o paciente. Para que esse *estrangeiro/enigmático* se apresente, é necessário que o clínico se atenha à regra fundamental que lhe cabe – o esforço em manter-se neutro e com a atenção flutuante – e que o paciente faça associações o mais livremente possível.

A atenção flutuante é a condição para que o clínico se permita o encontro com aquilo que o surpreende. Caso essa precondition não se apresente como uma intenção por parte daquele que escuta – que pratica a clínica levando em conta o significado etimológico do vocábulo – não haverá espaço para que o *estrangeiro/enigmático* vivido pela relação transferencial possa ser acolhido. A abstenção da atenção flutuante e da neutralidade aniquila a escuta do sofrimento do paciente, deixa de reconhecer que este comporta o universo subjetivo que lhe permitirá a apropriação e a elaboração de sua própria história.

O clínico/pesquisador deverá lidar com os riscos inerentes ao tratamento de seus pacientes e ser cuidadoso para não conduzi-los para comprovar suas hipóteses. Diante da angústia proveniente do *não saber* e da vontade de afirmar suas concepções como verdadeiras, o clínico/pesquisador poderá conduzir suas interpretações e até mesmo sua escuta, limitando as expressões e o reconhecimento da subjetividade do paciente; ele a escravizará e a tornará expressão daquilo que ele próprio deseja encontrar.

Entretanto, ao manter-se dedicado e acolhedor em sua escuta, a vivência clínica tornar-se-á uma experiência que comportará representações postas em atividade a partir do encontro com aquilo que, no discurso do paciente, surpreendera o clínico e fizera nascer uma situação problemática que se apresenta, agora, como um enigma a ser investigado.

Com essa prática, torna-se possível e fecundo o encontro entre tratamento e pesquisa, que Magtaz e Berlinck (mar./2012) descrevem da seguinte forma:

O clínico que se dispõe a escutar com atenção flutuante se depara com o surpreendente enigmático. O relato daquilo que surpreendeu o clínico em sua atenção flutuante segue o modelo do relato do sonho e sua interpretação, isto é, a lógica da transformação dos processos primários (energia não ligada) em processos secundários (energia ligada). Haveria, então, o que poderia ser denominado de “o trabalho de interpretação do caso”, e não somente o relato das interpretações realizadas durante o tratamento de determinado paciente. (p. 76)

Ao se tratarem pacientes que apresentam processos demenciais senis, defronta-se com uma peculiaridade que pode pôr em risco a prática do método clínico. Os pacientes que chegam até o clínico estão, invariavelmente, acompanhados de familiares e/ou cuidadores. Tal fato é de extrema relevância, pois representa uma das características mais marcantes dessa síndrome, o gradual comprometimento na execução das tarefas básicas da vida cotidiana. Entretanto, apesar dos declínios apresentados, salvo em situações em que o processo demencial está em estágio extremamente avançado, o paciente é capaz de se comunicar de modo satisfatório, ou seja, é capaz de falar de si mesmo.

Os cuidadores e, muitas vezes, os próprios pacientes, chegam até o psicopatólogo marcados pelo modelo médico de investigação que, por visar as expressões anátomo-fisiológicas, procura um discurso mais exato e organizado a respeito da sintomatologia em questão e este vem, com frequência, daqueles que estão acompanhando o paciente. As *perturbações* mnêmicas, a confusão mental e a possível presença de alterações do juízo de realidade apresentadas pelo paciente fazem do familiar/cuidador o porta-voz oficial diante do foco investigativo da neurologia e, por vezes, da geriatria. Tal prática funda um modelo de relação entre o cuidador/familiar e o idoso em processo demencial, no qual este é destituído do lugar de quem tem revelações importantes a respeito de seu próprio sofrimento.

Essa dinâmica contribui para que os processos demenciais sejam tratados e investigados de modo cada vez mais impessoais e menos particulares e subjetivos.

Entretanto, à medida que se usa o método clínico como ferramenta de tratamento e de pesquisa, torna-se possível apresentar a fundamental importância da subjetividade no cenário dos processos demenciais.

No decorrer deste trabalho serão apresentados fragmentos de encontros clínicos com dois pacientes. O método clínico estará presente durante todo o curso da narrativa aqui apresentada e propõe-se a convidar o leitor a lê-los mantendo em atividade os pressupostos a partir dos quais se constitui: atenção flutuante e neutralidade. Com a intenção de se preservarem, no relato dos casos, os aspectos pertinentes às descrições dos diálogos e a subjetividade do clínico – condição fundamental para a constituição da relação transferencial – será empregada a primeira pessoa do singular. Contudo, as reflexões relativas ao trabalho de ligação teórico/clínico resgatarão, na construção do texto, o uso da terceira pessoa, seja pela apassivação do sujeito, seja pela indeterminação, em substituição ao “nós”, exigência dos trabalhos científicos no Brasil. Ao se conservarem as peculiaridades pertinentes aos elementos constituintes do caso clínico, pode-se defrontar com as surpresas e os enigmas que se apresentam a partir do encontro com o *pathos* e para refletir-se metapsicologicamente a respeito das descobertas e se formularem interpretações a respeito dessas experiências.

Por “interpretação do caso”, refere-se ao trabalho de autoria no qual o clínico realiza ligações que tornem possível colocar em palavras aquilo que foi vivido transferencialmente na clínica. Ou seja, ocorre uma *construção* na qual se apresentará a situação problemática (a enunciação do enigma) e o trabalho de torná-lo representável, favorecendo o pensamento metapsicológico a respeito do

funcionamento mental do paciente – incluindo a dinâmica posta em atividade nas formações de compromissos – que serão contribuições ao saber e à prática da psicopatologia.

PARTE II

4 CASO CLÍNICO 1: “Lembranças de um homem”

O atendimento a idosos em processo demencial, realizado no Hospital das Clínicas, proporcionou-me entrar em contato com Pierre. Seu filho, médico na instituição, ficou sabendo do trabalho que estava sendo desenvolvido no setor de Geriatria e procurou-me para saber se seria possível atender seu pai, em domicílio.

Eu nunca havia passado por tal experiência. Atender pelas salas do hospital já era uma aventura e um desafio. O *setting* era constantemente ameaçado pela rotina multidisciplinar, pelo excesso de pacientes e pela própria visão empobrecida do que é psicoterapia no contexto desse hospital geral.

Aceitei a proposta e encaminhei-me à residência de Pierre para atendê-lo. Estava ansioso e, por não saber muito bem por onde começar, resolvi ficar atento a todos os detalhes. A casa, os cômodos e a rotina daquele lar seriam o espaço no qual o trabalho clínico se realizaria e, portanto, parte dele.

A casa era antiga e, como fiquei sabendo posteriormente, havia sido construída em 1928. Em sua arquitetura, enfeitava-se a borda das janelas, as portas e o telhado. O teto era alto e as portas duplas; os cômodos, grandes e espaçosos. A casa, bem iluminada, tinha um quintal imenso e arborizado, que passava a ela a impressão de ser uma casa de fazenda.

Pierre tinha, mesmo com 94 anos, quase 1,80m. Homem forte, de ombros largos, cabelos brancos curtos, barba bem feita e olhos azul-claros. Estava acima do peso, porque passava quase todo o seu dia sentado em algum cômodo da casa ou deitado em seu quarto.

Vestia roupas largas, fáceis de vestir e de tirar, o que ajudava enormemente na hora de trocá-las. Pierre nem sempre conseguia controlar a bexiga e o intestino e, quando isso acontecia, era preciso segurá-lo de pé, lavá-lo e trocar suas roupas rapidamente.

Morava com seus dois filhos e com sua ex-mulher, uma senhora muito graciosa, de 82 anos. O filho passava grande parte do dia trabalhando e os cuidados práticos com Pierre eram realizados pela filha e pela ex-mulher.

Pierre tivera uma vida movimentada. De ascendência italiana, crescera durante a época do plantio de café e das grandes fazendas. Conheceu desde cedo as artimanhas dos negócios e tornou-se um homem bem-sucedido financeira e politicamente. Era, além disso, um artista nato. Tocava diversos instrumentos: de sopro, de corda e, com tempo e estudo, tornou-se maestro.

Casou-se com uma mulher muito bonita, 12 anos mais nova e tiveram um casal de filhos. Viviam numa cidade do interior de São Paulo e eram proprietários de algumas fazendas e diversos terrenos. Os filhos cresceram e estudaram. O rapaz tornou-se médico e a garota, professora de ensino fundamental e médio.

Alguns anos após o casamento, começaram alguns comentários de que Pierre mantinha casos extraconjugais. Dona Luísa, sua esposa, nunca deu importância aos boatos até que um dia, da janela de sua casa, viu-o passar de braços dados com outra mulher.

Dona Luísa chorou, sentada na poltrona da sala. Pierre, quando retornou para casa, defrontou-se com uma conversa decisiva e sem volta:

“Eu não quero saber quem ela é, nem que tipo de convívio você tem com essa moça. Não quero que você se explique, nem me diga palavra alguma sobre o que houve. Hoje, Pierre, nosso casamento acabou. Se você quiser continuar aqui,

pode ficar o quanto quiser. Vamos cuidar das crianças e conviver debaixo do mesmo teto até quando for necessário; mas vamos viver como dois irmãos. Não sou mais a sua mulher.”

Assim os anos passaram, a família mudou-se para São Paulo e Pierre saiu de casa. Tudo aquilo que havia acumulado começou a gastar. Vendeu terrenos para pagar algumas dívidas, vendeu imóveis para aproveitar o dinheiro e divertiu-se muito. Continuou trabalhando, firme e forte. Não deixava faltar nada à família, mas decidiu que não iria guardar seu dinheiro. Iria viver a vida com os frutos de seu trabalho e aproveitaria tudo o que pudesse.

Aos 50 anos apaixonou-se por uma mulher chamada Elisa. Uma mulher jovem, de cabelos na altura dos ombros e de sorriso gostoso. Compraram uma casa e foram morar juntos. Pierre andava todos os dias até o centro da cidade e cuidava de seus negócios. Visitava amigos, lia os jornais do dia e voltava para casa. Foi assim durante quase 35 anos.

Elisa não tinha familiares em São Paulo e, após todos esses anos, dizia sentir-se muito sozinha. Estava assustada, cansada e desinteressada de continuar a viver com Pierre. Conversaram muito e ela resolveu deixá-lo. Mudou-se para uma cidade do interior. Pierre tentou tudo o que estava ao seu alcance para modificar essa decisão de Elisa, mas nada adiantou.

A casa na qual viviam era pequena, poucos metros quadrados, mas parecia aconchegante. A cozinha era comprida, com uma mesa quadrada encostada na parede. A toalha era xadrez, branca e azul. Tinha uma bandeja no centro, com algumas frutas de cera, desbotadas pelo tempo.

Essa descrição vem de algumas fotos que sobraram daquela época. Em uma delas, a única foto restante do casal, trazia a imagem de Pierre de pé, com a fisionomia séria, ao lado de Elisa. Era a única imagem concreta daqueles tempos, a relíquia de Pierre e estava sempre no bolso de sua camisa, no peito.

O filho fora buscá-lo de carro no dia de sua mudança. Aos 85 anos, não queria mais ficar sozinho. Estava desanimado; não comia direito, não cuidava mais de sua higiene e estava nervoso, irritava-se com tudo e deixara de sair de casa.

Dona Luísa conta que o recebeu de braços abertos, sem “*ressentimentos*”. Contudo, enquanto narrava essa história, seus olhos se enchiam de lágrimas, tanto de tristeza quanto de revolta.

Dona Luísa e os filhos estavam procurando ajuda. Pierre tinha começado a se comportar de maneira estranha. Saía de casa e esperava a filha no portão. Ficava irritado com todo e qualquer atraso e dava broncas gigantescas nessa mulher que demorava tanto a voltar.

Parecia que Pierre esperava, manifestamente, o retorno da filha. Mas, no que diz respeito ao conteúdo latente, a imagem da mulher que retornava para casa estimulava e trazia consigo o peso do desejo e da frustração do não retorno de Elisa.

Uma noite, durante a madrugada, uma voz forte ecoou pela casa: “*Elisa!*” Todos levantaram e foram correndo para o quarto de Pierre, que chorava na cama. Nessa noite ele não respondeu a nada do que lhe perguntaram, mas, desse dia em diante, nunca mais passou uma noite sequer sem chamar, gritando por alguém.

Num curto espaço de tempo, passou a confundir e a não reconhecer os filhos de imediato. Pedia para ir para casa, perguntava onde estava e vivia uma imensa angústia por não conseguir sair daquele lugar estranho. Os gritos de “*Elisa*” foram

substituídos por “*Mulher!*” Algumas noites gritava “*Socorro*” e pedia, desesperado, para voltar para casa. Algumas vezes o cachorro entrava em seu quarto e ele pedia ajuda de forma ainda mais desesperada: “*Socorro! O animal está aqui!*”.

Elisa tinha deixado de ter um nome próprio, assim como o cachorro de estimação da casa. A memória não mais reconhecia a familiaridade dos objetos e até mesmo de si. Não tinha a menor ideia do que estava fazendo ali e, em alguns momentos, questionava sua própria identidade.

A casa “*nova*”, o convívio intenso com pessoas com as quais não tinha o hábito de viver e a ausência brutal de Elisa parecem ter desorganizado completamente a existência de Pierre. O presente passou a não mais ser registrado, talvez como forma de evitar a realidade daquilo que ele vivera como uma ausência radical. Ficava a sensação de que o ego estava esfarelando-se, não contava mais com um reconhecimento mnêmico que sustentasse uma identidade sólida, temporal e compartilhada socialmente. Sofria quando tentava conversar com alguém e essa pessoa contrapunha suas perguntas com afirmações de que ele estava confuso, desmemoriado ou louco.

Reclamava, xingava e jogava objetos na direção de qualquer pessoa que fosse confundi-lo. Ele se sentia enganado, preso naquela casa estranha, com aquelas pessoas desconhecidas.

De “*mulher*”, os gritos passaram a ser de “*mãe*”. Gritava, implorava a presença da mãe, como se fosse uma criança aterrorizada.

Várias visitas domiciliares foram realizadas no decorrer de dois anos, durante os quais, além dos atendimentos a Pierre, havia também conversas com os filhos e com a ex-mulher.

O clínico era sempre um estranho. O interessante é que, ao não me importar em ser um estrangeiro na história de Pierre, conseguíamos conversar durante longo tempo, de maneira serena e, muitas vezes, até engraçada. Houve situações em que ele chorou muito, sem que dissesse uma palavra sequer. Outras vezes, mandava-me embora, como se eu estivesse ali para roubá-lo ou importuná-lo. Minutos depois, eu retornava e a recepção era diferente; o que não quer dizer que se tivesse tornado mais acolhedora.

Havia um barbeiro que ia até a casa para cortar o cabelo e fazer a barba de Pierre. A barba era cortada com navalha. Passava o pincel cheio de creme em seu rosto e a lâmina retirava os pelos que começavam a crescer. Nesses dias, todos se tornavam clientes dessa grande “*barbearia*”. Ali era discutido o preço do café ou a política do prefeito de Valinhos, Amparo e outras cidades do interior. Pierre reclamava do preço do bonde e até mesmo do “*hotel no qual estava hospedado*”. Falava sobre mulheres, sobre amor e filhos. Tudo vinha de forma muito desorganizada, porém coerente. Os assuntos passavam de um para outro sem que houvesse uma conexão aparente e, muitas vezes, o silêncio interrompia o discurso e se mantinha até o final do encontro.

A “*barbearia*” e o “*hotel*” tornaram-se um ambiente corriqueiro. Parecia que esses lugares imaginários traziam certa coerência, certa integridade diante da estranheza daquela casa e daquelas pessoas com as quais convivia nessa etapa da vida. Criou-se um *locus* para a memória, para a existência e para a expressão da identidade.

Foi constituindo-se a possibilidade de um diálogo que não se sustentava somente pela questão do tempo presente; já que este, ao ser constatado, tornava-se uma imensa fonte de angústia e tristeza. Parecia não haver possibilidade de elaboração do luto a respeito da partida de Elisa, assim como não demonstrava ter sido possível a vivência da própria envelhescência. Esses processos psíquicos, na verdade, talvez estejam muito próximos um do outro. Reconhecer e trabalhar a ausência de Elisa, os ganhos que surgiram a partir do reencontro com os filhos e com uma nova casa, assim como a construção subjetiva de uma identidade na etapa senil da vida, parecem ter superado a capacidade imunológica psíquica de Pierre.

Durante as conversas, o clínico tornava-se uma moldura a ser preenchida pelas imagens mnêmicas de Pierre, que ganhavam consistência por meio da transferência; nesse caso, maciça. Parecia inviável estimular de maneira direta um contato com a realidade temporal, mas, ao oferecer uma escuta clínica interessada em conhecer o que ele tinha para dizer naqueles momentos, acabávamos por construir um encontro valoroso. A possibilidade de relatar sua experiência era fundamental e constitutiva, ou talvez, também, organizadora de sua própria memória e, conseqüentemente, de sua identidade.

Era comum que, após as sessões, ele se mantivesse mais calado, mais calmo e menos confuso por algumas horas. Em certos casos, algumas horas são grandes conquistas.

Os familiares passaram a não retrucar a confusão de Pierre com afirmações sobre o tempo ou até mesmo sobre quem eram ou que casa era aquela. Se fosse para ser um hotel, que fosse. Se fosse para ser uma barbearia, que fosse. Esses locais eram construções necessárias para que um ambiente pudesse ser reconhecido e, assim, viesse a se tornar menos desencadeador de angústia.

Pierre passou a viver de maneira menos agitada durante o dia, conversava “sozinho” ou com os filhos (reconhecendo-os muitas vezes) e até mesmo com a ex-mulher (reconhecia-a menos frequentemente que reconhecia os filhos). Às noites, contudo, sofria intensamente a invasão do silêncio, do escuro e da falta de companhia. Gritava por alguém, por alguma presença. O silêncio da rua e da casa, talvez fizesse com que esses elementos fossem percebidos e, imagetivamente constituídos, como a metáfora da saudade e do terror pertinentes à ideia do fim das coisas. Às vezes, parece ser necessário não ter na memória a certeza de que a vida, e o que faz parte dela, tem começo, meio e fim.

4.1 Os chamados de um homem

Saber esquecer é uma sorte mais do que uma arte. As coisas que gostaríamos de esquecer são aquelas de que melhor nos recordamos. A memória não só tem a incivilidade de não suprir a necessidade, mas também a impertinência de, frequentemente, aparecer a despropósito. (GRACIÁN, 1647, p. 96)

Aflição – esta é uma palavra razoável para definir o sentimento que se fazia presente no dia em que Pierre seria atendido pela primeira vez. Ir até a casa de um paciente não estava sendo tão fácil quanto a imaginação pressupunha.

Todas as leituras e as experiências no consultório a respeito da importância do *setting* encontravam-se e estimulavam diversas reflexões. Ao longo do tempo, pensar sobre essa questão e sua relação com a memória tornou-se um hábito.

O consultório, como parte do *setting*, conserva a história do clínico. Conserva seus gostos, suas lembranças de tantos outros atendimentos, de bons e maus desempenhos, e permite-lhe reconhecer-se como parte desse cenário. Os objetos que compõem esse lugar de trabalho proporcionam um reconhecimento mnêmico a respeito da identidade e de certa pseudosseguurança do clínico.

Assim, entrar na casa de Pierre sem conhecimento prévio a respeito do lugar e de seu estado de saúde naquele dia produzia grande ansiedade.

Toquei a campainha e fui recebido por sua filha. Ela fez questão de que eu conversasse com ela e com sua mãe antes de conhecer, efetivamente, Pierre. Acharam-me “*novinho*” [*sic*] demais e tinham a viva intenção de me preparar para o encontro. Contaram-me haver dias em que ele ficava muito bravo, xingava qualquer um que se aproximasse e chegava até a atacar a pessoa com alguma almofada que estivesse por perto.

Dona Luísa, sua ex-mulher, foi muito atenciosa. Falava do seu cansaço e do quão difícil era cuidar de Pierre naquelas condições. Por diversas vezes, ofereceu bolo, café, ou qualquer outra coisa que estivesse próxima à mesa. Parecia desejar prolongar aquele encontro, aproveitando a oportunidade para conversar com alguém fora daquela situação; algo que, como viria a saber, não acontecia há muito tempo. Aos 82 anos, sentia-se cansada e sem ânimo para sair de casa. Não tinha parentes na cidade e não recebia ligações ou visitas com frequência. Contou que vivia bem com seus filhos e que tudo era mais tranquilo antes da chegada de Pierre. Ele estava lá há três anos e, apesar de ter comprado e dado a casa à Luísa e aos filhos, nunca havia morado lá. A mudança para São Paulo havia sido feita algum tempo depois que Dona Luísa descobrira que Pierre tinha relacionamentos extraconjugais e

foi nessa casa que morou sem a presença dele, pela primeira vez desde o casamento.

Enquanto a conversa transcorria, começaram os gritos, vindos de um cômodo ao final do corredor, na outra extremidade do lugar em que estávamos. Independentemente da distância, o grito conservava sua força e ecoava pela casa toda. O grito era por “*alguém*”. O pronome indefinido *alguém* era uma definição ampla o suficiente na qual a função clínica poderia encaixar-se naquele momento. Além disso, seria mais lúcido ser “*alguém*” do que o psicólogo que viera até a sua casa para conversar sobre seu estado.

Perguntei se poderia vê-lo e Dona Luísa consentiu. A porta para seu quarto era de madeira e parecia ser bem antiga. Bati, pedi licença e entrei:

- *Boa-tarde.*

- *Olha, alguém tem que resolver isso! Não volto mais aqui...*

- *O que está havendo?*

- *Olha isso!* (Pierre fez sinal com a mão para que eu olhasse o lugar no qual ele estava).

Era uma sala grande, com móveis típicos tanto de um quarto quanto de uma sala na qual se guardam coisas variadas. Tudo era limpo e arrumado, mas havia um ar de aquele quarto haver nascido de um improviso. Havia algumas estantes com livros, algumas caixas, uma máquina de costura guardada num dos cantos, uma poltrona, a cama e um tapete verde combinando com a cor das paredes.

- *Aqui não passa o trem! Eu quero ir pra casa. Estou aqui esperando faz dias e não vem o trem. Tem que pedir para falar com o Maximiliano Rodriguez. Ele vem me buscar.*

Seus olhos azuis, cheios de lágrimas. Ele estava sentado na cama. Seus cabelos curtos e brancos desarrumados, como os de quem acabara de se levantar. Usava uma camisa branca com a gola aparecendo por cima de uma blusa de lã cinza e uma calça de moletom extremamente larga e da mesma cor.

- (Sentei-me na poltrona) *Mas que trem é esse que está demorando tanto?*

Pierre ficou estático e tive a impressão de que estava sentindo-se completamente perdido. A questão do local, ou do *setting* como foi apresentado no início deste capítulo, voltou aos meus pensamentos. Lembrei-me de alguns pacientes que atendi em casas de repouso e a forma rápida com que, após saírem de suas residências, iam perdendo os restos de coerência e a capacidade de reconhecimento tanto de si quanto do mundo ao seu redor.

Aquele quarto não era quarto; aquela roupa não era roupa; era quase como se ele não tivesse sido recebido ali. Pierre misturava-se às caixas e aos vários móveis.

Estava sempre limpo, bem cuidado. Usava fraldas e não havia o cheiro típico de urina dos cômodos que passam a ser utilizados também como banheiros. Suas roupas eram trocadas com muita frequência e procuravam alimentá-lo com as comidas de que gostava. Havia cuidado, mas, ainda assim, não havia um lugar.

Veio-me à mente a lembrança de um trecho do livro de Ecléa Bosi (1995), “*Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*”, que trata justamente da importância do lugar:

A mesa da família possui um lado onde é bom comer, o lado fasto onde senta-se mamãe e é agradável estar; no lado de lá, o retrato do tio-avô que me olha fixo, às vezes feroz, torna o lado nefasto onde eu recuso comida e choramingo. Tudo é tão penetrado de afetos, móveis, cantos, portas e desvãos, que mudar é perder uma parte de si mesmo; é deixar para trás lembranças que precisam desse ambiente para reviver. (p. 436)

- *Eu quero ir embora! “OOOOO” MÃE!*

Pierre começou a gritar pela mãe, cada vez mais forte. Em pouco tempo, a porta abriu e entrou Dona Luísa, perguntando se estava tudo bem. Eu disse que sim e que não precisava se preocupar. Eu iria chamá-la quando tivéssemos terminado nossa conversa. Fiquei em silêncio por um tempo. Não porque estivesse completamente seguro a respeito da condução desse encontro, nada assim tão glorioso. Fiquei em silêncio, pois não achava que pudesse dizer algo naquele momento. Eu também estava trabalhando para transformar aquele lugar, no meu lugar.

Depois de alguns gritos, voltou-se para mim e perguntou:

- *Você também está preso aqui?*

- *Não, vim aqui lhe fazer uma visita. Conheço seu filho e ele me perguntou se eu gostaria de conversar um pouco com o senhor.*

- *E aqui é o lugar de fazer visita?*

- *Acho que qualquer lugar pode ser bom para se ter uma boa conversa.*

- *Eu tenho que ir embora daqui. Tenho a minha casa, tenho as minhas coisas. Eu volto depois! Tenho que resolver umas coisas no centro da cidade porque, se eu demorar muito, eles acham que eu sumi e vão ficar com as minhas fazendas de café.*

- *Vão achar que você sumiu?*

- *É... Quem não aparece mais some.*

- *Não acho fácil alguém sumir. Afinal de contas, eu te achei.*

- *Como?*

- *Tem muitas pessoas que sabem quem você é. Seu filho, sua filha, a Dona Luísa...*

- *E eles te disseram que estava aqui?*

- *Sim. Por isso, acho difícil acharem que o senhor sumiu. Tem muita gente que se lembra de você.*

- *E tem telefone aqui?*

- *Sim.*

- *Posso ligar pra minha casa?*

- *Mas o senhor não está morando aqui?*

- *Eu moro no prédio. Quero avisar a minha mulher.*

- *Poderíamos ligar para a portaria do prédio e deixar o telefone daqui com o porteiro. Se alguém lhe procurar por lá, ele pode passar o seu telefone daqui.*

- *Aí quando eu voltar, fica tudo normal.*

- *O que acha?*

- *Acho bom.*

Pegamos o telefone e ligamos para o prédio no qual ele morava com Elisa em São Paulo. Há anos ele não ia mais lá, desde que ela se separou e foi morar no interior, sem nenhum contato posterior. O telefone que tinham da portaria havia mudado, ou melhor, o prefixo estava diferente, mas mesmo assim foi possível ligar. Era um telefone sem fios e Dona Luísa estava conosco. Ela segurava a agenda telefônica, com um ar de tristeza que contrastava com o olhar azul radiante de Pierre.

Ela ligou, apresentou-se, disse que Pierre, morador antigo, gostaria de falar com ele por um minuto.

Ao pegar o telefone, Pierre disse:

-Alô! Olha, eu quero voltar pra casa. Tem que avisar o moço pra vir me buscar aqui! Estou perto do lago e não consigo pegar o trem. Avisa o moço, avisa o moço, avisa o moço...

- Não vá se esquecer de passar o telefone daqui... (disse eu).

- Anota o número e pede para ligar aqui, se alguém for me procurar.

Ele me devolveu o telefone e pediu que eu passasse o número, porque ele não sabia. Dona Luísa ditou e eu repeti, segurando o fone nas mãos, sem saber em que momento a ligação havia sido interrompida do outro lado. O porteiro deve ter achado que fosse trote.

Pierre segurou minha mão e agradeceu-me.

- Agora conseguem te achar.

- Que bom. Muito obrigado.

- *Eu preciso ir.*
- *Tudo bem. Você vem me visitar?*
- *Semana que vem, sem falta.*

Perguntei à Dona Luísa se poderíamos conversar um pouco e voltamos para a cozinha. Comentei que não deveria ser fácil ter de ouvir seu ex-marido chamar Elisa e, ainda assim, ter de cuidar dele. Dona Luísa chorou muito e contou seu pedaço da história:

“Me dói muito, tenho muita raiva... Eu ficava com as crianças e cuidava da casa enquanto ele saía pra trabalhar. Uma vez me disseram que ele tinha outra mulher e eu não acreditei. Nem sei se eu queria acreditar... Sei que um dia eu estava na janela de casa e ele passou na minha frente, de braços dados com outra. Naquele dia eu chorei e fiquei sentada na sala esperando ele voltar. Não teve briga nem nada, mas eu disse que daquele dia em diante íamos ser iguais a dois amigos... Acabou a vida de homem e mulher. A sorte é que a gente comprou esta casa aqui, porque ele tinha muitas propriedades, fazendas de café e uns outros negócios; mas ele gastou tudo com as vagabundas e voltou pra cá, doente e sem nenhum tostão.

Acordar todos os dias com ele gritando, limpar bosta e mijo o dia todo... É muito duro, é muito duro.

Ele ficou triste, triste demais quando a Elisa jogou ele fora porque estava ficando velho. Ela não teve coragem de ligar aqui pra saber dele, nem uma vez.

O telefone que ela deixou da casa nova dela não existe. Coitado... eu também tenho pena, sabe? Acho que isso matou o Pierre... ter que voltar pra cá assim...

Acho que está me matando também. A vida não é fácil, mas acho que a minha nunca foi fácil mesmo. Tem que continuar e dar um jeito, né?”

A partir daquele primeiro dia, passei a ficar um bom tempo com Dona Luísa, antes e depois dos atendimentos a Pierre. Havia uma demanda explícita de que não existia nada que fizesse aquele esforço todo valer a pena. Chegar e ouvi-la contar suas histórias constituiu-se um lugar de valor e ela sentia-se portadora de assuntos dignos de serem ouvidos e apreciados. A casa passou a girar tanto em função da doença de Pierre, que Dona Luísa também estava deixando de existir. Torna-se importante ressaltar que, ao cuidar-se de uma pessoa em processo demencial há que se cuidar, também, daqueles que a circundam. Chega-se a um ponto em que é muito mais a memória de quem os rodeia, do que a do próprio paciente, que sustenta o respeito necessário diante da vida.

Essas conversas produziram muitas mudanças em relação aos cuidados com Pierre. Conteí que, naquele telefonema, o porteiro havia desligado o telefone; ligamos novamente e explicamos-lhe o que tinha acontecido. O rapaz desculpou-se e anotou o telefone para contato. Esse evento proporcionou, meses depois, a visita de um antigo amigo que foi procurá-lo no apartamento.

Conversamos, também, sobre a importância de deixar aquele cômodo o mais parecido possível com um quarto. Mas não com “qualquer” quarto. Muitas vezes conversei com Pierre a respeito de como ele gostaria que fosse o “seu quarto”, e tudo o que foi possível e plausível fez-se com o passar do tempo.

Retornando ao primeiro atendimento em questão, fiquei sabendo que Pierre esteve tranquilo o restante do dia e a noite seguinte. Dormiu ininterruptamente, sem acordar gritando durante a madrugada. Na semana seguinte, soube por Dona Luísa

que a conversa com o porteiro havia sido usada todos os dias como uma forma de diminuir o seu mal-estar. Nos momentos em que Pierre ficava excessivamente agitado, querendo ir embora a qualquer custo, ela o lembrava de que haviam ligado para a portaria de sua antiga casa e passado todos os dados de onde ele estava. Às vezes, dizia, precisava lembrá-lo disso a cada meia hora. Mas que, ainda assim, valia a pena.

Algumas sessões coincidiam com a vinda do barbeiro e, enquanto um senhor muito atencioso barbeava Pierre, ouvia-o contar sobre os problemas das safras de café e sobre as visitas à cidade. Bastava o barbeiro ir embora, para Pierre ficar agitado. Chorava e dizia que estava preso, que precisava voltar para casa a qualquer custo e que as pessoas não iriam encontrá-lo lá.

As despedidas pareciam desencadear em Pierre a lembrança dos mais variados “abandonos”. Os afetos, associados às lembranças, não vinham primariamente como tristeza, mas como raiva. Sentia-se impotente diante do aprisionamento que lhe havia sido imposto – o que de certo modo “anulava” a responsabilidade do outro que o deixara e a direcionava para o seu captor. O estado de irritação diminuía à medida que a tristeza começava a ser percebida. Tais afetos eram permeados pela construção de um cenário propício. Íamos da prisão e do calabouço, para o desamparo de esperar a mãe que não chegava para ajudá-lo a dormir.

Durante os dois anos de atendimento, tornava-se cada vez mais visível que todos os cenários e histórias que Pierre vivia em forma de lembrança estavam, de algum modo, relacionados com o tema do luto.

Um dos pontos principais era o seu sentimento de que todos o haviam esquecido. Como se houvesse desaparecido do registro mnêmico do outro. Ao sentir

que não se lembravam dele, desaparecia também. Causava grande alívio o fato de chamá-lo pelo nome e, ainda mais, dizer que estava ali por causa dele. Um “outro” havia sido bem-sucedido na intenção de achá-lo e de estar lá com ele.

Houve alguns momentos, no período quando iniciamos os atendimentos, que Pierre conversou comigo sobre a falta que sentia de Elisa. Chorava e dizia que não sabia se ela estava bem; achava que ela o havia procurado e não a deixavam falar com ele por raiva dos dois. Sentia falta do apartamento em que viveram e de dormir encostado num corpo de mulher. Conversávamos sobre a diferença entre o fim de uma relação e a inexistência de lembranças sobre ela. Conversávamos sobre quão impossível seria esquecer anos de vida em conjunto e que o fato de Elisa ter ido embora não era sinônimo de que o havia esquecido. Dizia-lhe que, mesmo não estando junto dele todos os dias, ela ainda assim o tinha na memória.

Eram raros os momentos em que conseguíamos conversar tão diretamente sobre a partida de Elisa e, quando tais conversas aconteciam, vinham seguidas de um dia choroso, que se transformava num amanhã extremamente agressivo e confuso. Misturavam-se, nesses dias, várias ideias diferentes. Xingava, esperava o trem, queria descer no lago, chamava a mãe, queria almoçar repetidas vezes, caía pelo quarto e não reconhecia ninguém com quem morava.

Independentemente das cenas que narrava, os afetos eram menos mutáveis – iam da tristeza à raiva. O fato de associá-los a qualquer acontecimento que não a lembrança de Elisa propriamente dita, parecia, por si só, um alento.

Não havia o pensamento, de modo algum, de que a separação tenha sido a causa da demência de Pierre. O quadro clínico geral não poderia ser reduzido a um modelo simplista de causa e efeito – é necessário ter-se em conta uma multiplicidade de fatores, que, de maneira nenhuma, seriam excludentes. A

constatação da velhice, da finitude e da natureza de um corpo que não responde mais aos chamados dos ideais permeia intensamente o sofrimento de Pierre. A impossibilidade de realizar o trabalho de elaboração tido como envelhescência é um agravante nesse contexto. Há, ainda, relacionada com esses dois pontos, uma hipervalorização do término da relação com Elisa, justamente por sentir-se incapaz de aventurar-se pela vida afora em busca de uma nova relação.

Umberto Eco (May/1988) escreveu um belíssimo artigo sobre a impossibilidade de uma “*Arte do Esquecimento*” nos mesmos moldes que a “*Arte da Memória*” ou “*Mnemotécnica*”. De acordo com o escritor, não somos capazes de produzir o esquecimento, mas temos ao nosso alcance a possibilidade de nos sobrecarregar de informações, de criarmos uma sobreposição tão intensa de ideias, que deixaria o indivíduo sem condições de lembrar-se diretamente de algo.

Tornou-se compreensível o estado de confusão no qual Pierre entrou. A mistura de assuntos e temas apresentou-se como uma defesa contra as representações associadas diretamente aos afetos que lhe tomaram o corpo. A partir do momento em que se altera, ou cria-se uma sobrecarga de narrativas, torna-se possível dar novo sentido aos sentimentos que estão sendo expressos. Aquilo que dentro de uma narrativa surge como tristeza pode ser compreendido como raiva, caso a história o leve nessa direção. Entretanto, por mais que as defesas do aparelho psíquico trabalhem para retirar da memória a clareza do que perturba a consciência, torna-se impossível apagar os afetos a ela associados.

Nesse caso, o processo demencial pode ser compreendido, também, como uma defesa diante da impossibilidade de esquecer a tristeza relacionada com a separação, a vergonha do retorno à casa da ex-mulher e o medo de ser vítima de seu ódio, com os lutos não elaborados referentes à própria velhice e tantas outras

lembranças. A troca, típica desse adoecimento, entre o tempo presente e a memória de um passado progressivamente mais longínquo, não apenas serve como efetivação de uma recusa radical da situação presente, como também cria um cenário propício à sobrecarga de representações. Esse excesso dá-se pela confusão de encontros e desencontros dos tempos vividos e lembrados, o que propicia o esquecimento por sobrecarga até que a degeneração gradual assegure ao corpo o esquecimento propriamente dito, sustentado pela falência dos órgãos.

Durante os meses que se passaram, e com o agravamento do quadro, a percepção clínica era a de que Pierre havia sido invadido por um excesso de agitação; a satisfação em saber que havia a possibilidade de que quem o procurasse poderia encontrá-lo passou a fazer parte de uma repetição quase corporal. A cena repetitiva parecia fornecer a Pierre a lembrança de uma sensação de paz e, por esse motivo, tornava-se viciosamente frequente. Com a progressão da demência, era comum presenciar situações em que ele ficava agitado e, antes de Dona Luísa concluir sua explicação, já se sentia aliviado. Não mais parecia que a satisfação viesse da compreensão do que estava sendo dito, mas da lembrança de, muitas vezes, aquele evento ter sido produtor de um apaziguamento prazeroso.

É como se a memória, antes de ser significada por imagens e pensamentos, fosse de natureza corporal, orgânica, e que o rumo ao esquecimento é o rumo ao silenciar gradual da vida toda.

4.2 O desembarque na estação ressentimento

Perdi a conta de quantas vezes visitei a Bat-Caverna durante minha infância. Hoje, relembro aquele “lugar” de tantas brincadeiras, percebo com mais nitidez os fragmentos de rochas que compunham aquele cenário.

A fotografia revela apenas um garoto vestido de Batman, de pé, no sofá da sala. Entretanto as lembranças daquele tempo chegam recheadas de significados e encanto. O sofá não era mais sofá; ele havia-se transformado num obstáculo que o Batman pulava sem grandes dificuldades. A estante não era mais estante, mas um esconderijo onde ficavam as armas para combater todos os arqui-inimigos invasores daquele lugar secreto.

O ato de brincar ganhava forma por meio da possibilidade de fantasiar, da capacidade de utilizar o acervo mnêmico como fonte de adulteração da percepção. O objeto reconhecido como sofá, em sua tradição histórica e utilidade, recebia pinceladas de outras memórias. Eram conteúdos coletados nos desenhos da TV, nos gibis e em vários outros lugares dos quais não me dou conta. A fantasia pintava um quadro no qual essas memórias se misturavam e tornava aquele ambiente um lugar particular, uma criação que oferecia ao ego a satisfação de sentir-me um herói.

De repente, uma voz alta, não prevista para ser ouvida naquela caverna, chamava o Batman para almoçar. Ali, a fantasia recolhia-se, as diversas memórias espalhadas pela sala se re-ajustavam e o sofá voltava a ser o sofá.

Aquele objeto, alvo do trabalho psíquico de fantasiar, havia retornado ao seu significado mnêmico/perceptivo habitual, mas algo havia sido adicionado a sua significação, a possibilidade de reconhecê-lo, numa próxima brincadeira, como o obstáculo na caverna.

Nos processos demenciais acontece algo semelhante. A memória, no caso do brincar, sofre uma alteração voluntária pelo caminho da fantasia. Ao mesmo tempo que há um enriquecimento da significação do objeto-alvo, esta não impede a retomada do trabalho de organização por parte do ego, que tem por objetivo o reconhecimento do ambiente real no qual está inserido. Entretanto, quando se trata de um quadro demencial, a percepção dos objetos, do ambiente e das pessoas ao redor é perturbada (e não alterada) por uma desorganização mnêmica.

O declínio na eficácia da memória atual afeta diretamente a capacidade de o ego perceber e re-atualizar o significado dos objetos ao redor, fazendo com que este busque, num registro temporal anterior, o significado daquilo que falha na atualidade. O trabalho de retroceder em busca de um reconhecimento materializa-se na sintomatologia descrita pelo declínio da memória para fatos recentes, tornando a memória retrógrada uma alternativa que, entretanto, tende a tornar-se cada vez mais antiga até desaparecer por completo nos estágios finais da doença.

O ego procura, por meio do brincar, alterações mnêmicas que produzam prazer. Em contrapartida, nos processos demenciais, não se trata de uma questão relacionada fundamentalmente com o prazer, mas da busca pelo reconhecimento de uma continuidade existencial – uma luta contra a impotência diante da catástrofe.

Entrei no quarto de Pierre e o vi sentado numa das poltronas que ali estavam naquele dia. Ele estava em silêncio, com os olhos azuis bem abertos, olhando fixo para alguma direção que eu não sabia ao certo qual. Tinha-se a sensação de estar naquele estado em que às vezes entramos, quando nos pegamos parados olhando

para lugar nenhum, completamente submersos em pensamentos que nos levaram para alguma região muito distante daquela em que realmente estamos.

Sentei-me na outra poltrona, tentando encontrar o silêncio mais acolhedor possível para respeitar o estado no qual ele se encontrava. Eu não queria ser um susto. Depois de um curto espaço de tempo, o silêncio e a calma pareciam fazer parte do passado e, de forma muito agitada, Pierre perguntou:

- Finalmente! Maledetta gente que não me ajuda com nada!

- Bom-dia, Pierre. O que houve?

- Me botaram nesta sala aqui, trancado! Tenho que pegar o trem, estou esperando o trem... Não me falam em qual horário ele vai passar nem nada. Fico aqui sem ver, sem saber... Fico aqui sem nada!

Era primavera e o dia estava lindo. Nunca havíamos saído do quarto, porque não era fácil andar com Pierre pela casa. Ele era um homem pesado e as pernas já não tinham mais tanta força para ajudar a locomoção. A ideia era levá-lo até o quintal, que estava particularmente bonito. Havia um banco, desses de madeira e comuns em praças, que ficava debaixo de uma árvore e configurava-se como um local diferente para prosseguirmos nossa conversa.

- O senhor gostaria de sair desta sala e sentar-se comigo lá no quintal?

- Claro! Por favor! Daqui não vejo o trem. Me trancaram aqui... Acho que não querem que eu vá pra casa.

- O senhor consegue ficar em pé, se eu ajudá-lo?

- Vamos, vamos...

Eu já havia ajudado Pierre a caminhar pelo quarto outras vezes e, daquela vez, ele se manteve em pé de forma muito mais forte do que eu estava acostumado a ver. Dei-lhe apoio e fomos juntos, arrastando os pés sem pressa, até o banco.

Dona Luísa surpreendeu-se quando nos viu andando para fora do quarto, mas o sorriso que apareceu em seu rosto, depois do espanto, dava indícios de ter gostado da ideia. O quintal era grande e comprido; havia numa extremidade o banco e, na outra, o portão de frente para a rua. Era possível, com facilidade, enxergarmos as pessoas e os carros passando.

- Ufa! Cansa, né? Obrigado, moço, agora sim! Que bom estar aqui, do lado de fora da estação. Tá vendo lá? Agora dá para ver quando o trem chegar... agora sim!

- E que trem é esse que o senhor está esperando?

- O trem, ora! Meu trem...

Pierre colocou as mãos sobre as pernas e fitou o portão por um longo tempo. Parecia estar gostando de ver as pessoas passando de um lado para o outro.

- Eu estou acostumado a encontrar o trem aqui, sabe? Não sei se ele está no horário, mas ele vai chegar, né?

- Vou esperar com o senhor por um tempo...

- Por que é que ninguém me avisou que tinha esse pátio aqui na estação? Pra que me deixar trancado naquela sala, sem poder ver nada?

- Vamos conversar com eles e dizer que o senhor prefere esperar o trem aqui.

- Vamos, sim; vamos, sim... Só não sei se ele vem mais. Que horas são?

- 9h30.

- Nossa! E ainda não apareceu! Será que aconteceu alguma coisa? Será que ele morreu?

- O trem morreu?

- Não o trem! A pessoa do trem... a gente do trem.

- Não sei...

- Tem como perguntar pro pessoal que trabalha aqui?

- Tem, posso perguntar. Mas o senhor tem que me explicar melhor quem é a pessoa do trem, porque sem isso não tem como eles checarem a informação.

- Não sei direito mais como ela é...

- Ela?

- Você sabe onde está a minha esposa?

- Eu não sabia nem que o senhor era casado! Você nunca me falou.

- Minha esposa fica me esperando voltar pra casa... mas aí fiquei preso aqui, e eu nunca mais encontrei com ela. Será que ela não vem me buscar?

- Não sei lhe responder isso...

- Saudade é ruim... dói, meu filho. Me desculpe ficar chorando...

- Eu também choro de saudade... não tem do que se desculpar.

- Ela vai vir, sabe? Queria falar com ela... mas acho que ela não quer mais falar comigo. Ela sumiu... Será que ela morreu?

- Por que ela poderia não querer falar com o senhor?

- Porque eu tô pobre e velho. F... d... p... A pessoa morre e ninguém me avisa. Ninguém fala nada. Eu não posso falar nada... ninguém me responde nada.

- Nós estamos falando um monte de coisas aqui...

- *Tomara que ela tenha morrido no trem... Você sabe que horas ele passa?*

Cheguei aqui agora e não sei que horas são.

- *Deve dar muita raiva esperar tanto alguém que queremos ver e que não volta...*

- *O trem não vem mais hoje, né, moço? O que é que eu vou fazer da minha vida agora? Vou ficar onde, até amanhã?*

- *Você pode ficar na casa com sua ex-mulher e seus filhos...*

- *Eles vêm me pegar aqui?*

- *Vêm, sim... quer que eu vá chamá-los?*

- *Eu quero ir pra cama deitar um pouco.*

Levantei-me e fui chamar a Dona Luísa e a filha. Dentro do contexto, seria melhor se elas duas o ajudassem a voltar para o quarto. Fui embora logo em seguida e, poucas horas depois, Dona Luísa ligou para me dizer que Pierre estava impossível. Estava xingando todo mundo, tinha jogado um travesseiro na filha, derrubado uma xícara de café com leite e o pão que ela estava segurando. Pediu que não o levasse mais para o quintal, pois achava que isso o havia deixado extremamente agitado.

No dia seguinte, ela voltou a ligar, pela manhã, para dizer que Pierre havia passado a noite inteira dormindo. Que não havia acordado nenhuma vez durante a noite, não tinha gritado e chamado pela “*mãe*” e, quando acordou, tentava avisar que já estava pronto para o café, gritando “*bom-dia*”.

Sentado ao lado daquele homem, vendo-o chorar, vi-me preenchido por um conjunto enorme de imagens e sensações. Tentando ordenar o que a atenção flutuante proporcionara, via-me mergulhando nas páginas de um intenso romance. Não no começo do livro, nem em seu fim, mas no capítulo da “dor”. Dentro desse universo, vinham lembranças de pessoas conhecidas e de seus choros, de seus desesperos, acompanhados das narrativas de seus sofrimentos – todos atrelados a um rompimento amoroso. As vozes diziam, em meio à angústia, que o amado, ou a amada, iria ligar, iria voltar. Que quem havia ido embora se daria conta do que tinha “deixado para trás” e que, mais cedo ou mais tarde, retornaria. Era, portanto, de suma importância ficar atento ao toque do telefone, ou ao som da campainha, ou à caixa de mensagens.

A esperança de que o objeto perdido retorne é parte do trabalho de elaboração do luto. Mais especificamente, apresenta-se como uma formação reativa em relação à experiência radical de desvalorização vivida pelo rejeitado, por aquele que deixara de ser o escolhido. Assim, invertem-se os valores e o ego, ora enfraquecido, experimenta momentaneamente a sensação de engrandecimento, de re-valorização, e ao (à) outro(a) são deslocados os decréscimos. A esse contexto acrescenta-se, ainda, a possibilidade de expressão do ódio, da vingança que será posta em ação contra o objeto que causara tanta dor. A frase de Pierre: *“Ela vai vir, sabe? Queria falar com ela... mas acho que ela não quer mais falar comigo. Ela sumiu... Será que ela morreu?”*, exemplifica bem esta questão. *“Ela vai vir (...)”* expõe a esperança; o *“(...) Queria falar com ela (...)”*, a saudade e o *“(...) Será que ela morreu?”*, o ódio.

Ligar para Elisa não era uma possibilidade. Seus filhos e sua ex-mulher diziam que ela não atendia ao telefone. Afirmavam que mesmo que entrasse em

contato não deixariam que ela falasse com Pierre; ressaltavam que seria uma forma de puni-la, o que, entretanto, penso ter sido exatamente o contrário. O telefone não iria tocar, a campainha também não. Pierre não se sentia em casa, dizia estar perdido, ou de passagem por um hotel, por uma barbearia ou por uma estação de trem. Estava fora do alcance de Elisa, caso ela retornasse cheia de arrependimento. Como ela poderia saber onde ele estava, já que para se “estar” é necessário ter algum controle da situação?

Pierre vivia em seu quarto, sem acesso ao mundo para o qual Elisa havia ido. “Estar” naquele lugar, ter acesso à casa como um morador realmente nela inserido, colocaria Pierre diante da possibilidade de frustrar-se com a ausência dos contatos de Elisa, ou até mesmo com a reafirmação de que ela não voltaria. Tais experiências contribuiriam para que o trabalho de luto fosse posto em movimento. Entretanto a inexistência da permissão para acessar os meios de contato por meio dos quais esses elementos pudessem ser experimentados, para além de retardar ou impedir esse processo, abria as portas para o ressentimento.

Pierre Ansart (2004), ao citar Robert K. Merton (1953), define o ressentimento como a relação entre três elementos:

O primeiro compõe-se de sentimentos difusos de ódio, de inveja e de hostilidade; o segundo é a sensação de ser impotente para exprimir de forma ativa estes sentimentos; o terceiro é a experiência continuamente renovada de impotente hostilidade. (p. 18)

Pierre vivia, com frequência, momentos de grande hostilidade. Gritava, arremessava objetos em quem entrasse no quarto, dava tapas, jogava fora o café que lhe entregavam e xingava ardentemente. Por vezes, nesses estados, era marcante o quanto aproveitava tais explosões. Eram momentos intensos e, pelo que

também demonstravam, extremamente prazerosos para ele. Naqueles instantes o ego parecia encher-se de uma potência até então impedida de ser acessada. A hostilidade era uma das opções diante da impotência que experimentava, assim como a outra era o processo demencial que se agravava.

Onde estava Elisa? Estaria morta? Com outro? E se ele pudesse ir atrás dela? Ligar, bater à porta e tentar conversar, pedir a ela que voltasse. Se nada disso desse certo, poderia dizer-lhe tudo aquilo em que pensava, do ódio que sentia, da sensação de descarte e traição. Da sensação de desamparo.

Elisa estava fora de seu alcance. Andar pelas estações de trem ou hospedar-se pela cidade afora, em busca dos amigos e dos trabalhos que costumava realizar, também. Todas as viagens e a maior parte dos encontros que iria realizar seriam pelas lembranças.

Pierre chorava, sentado no banco, um número grande de dores. Dores que o clínico desconhecia, algumas outras tantas que imaginava, mas, entre elas, havia aquela que parecia ser a dor do *“Querer falar com ela...”*.

Assim, o processo demencial pode, neste caso, ser interpretado como uma possibilidade adaptativa. Algo como uma nova re-organização psíquica que se dá levando-se em conta as limitações e a dor vivida tanto na situação de luto quanto, e isso é de fundamental importância, na do árduo trabalho de envelhescência.

É importante salientar a coexistência do trabalho de envelhescência em virtude de que sua inserção aponta uma possível sobrecarga do aparelho psíquico. A natureza do corpo que envelhece e o conflitivo diálogo que se estabelece com a atemporalidade do inconsciente já colocariam Pierre diante da necessidade de investir na construção de novos ideais, compatíveis com os ganhos e com as perdas dessa fase da vida.

Lidar com a diminuição do vigor corporal, com a morte dos amigos, com a aposentadoria, com o temor da própria finitude, tudo isso somado ao ressentimento pela partida de Elisa talvez tenha estimulado o aparelho psíquico a formar um compromisso que pudesse dar conta desse excesso, recusando o tempo presente e indo “em busca do tempo perdido”.

Entretanto, para que o compromisso seja eficaz, o tempo perdido não é aleatório. Não é simplesmente o tempo pré-Elisa ou o da potência juvenil em si. Há de se encontrar, no tempo das lembranças, aquelas que sirvam para a sensação renovada de impotência ser atenuada e a hostilidade ser gratificada. O ressentimento havia norteado a recusa do presente e o resgate das lembranças do passado de Pierre. A Elisa apaga-se, mas a “dor” à qual ela remete torna-se o eixo central do material mnêmico que será acessado.

Pierre não espera mais Elisa em si, mas apenas “ela”, o “trem”, o “barbeiro”, o dia em que retornará a sua casa. Lugar que não é mais o apartamento onde havia morado com ela, mas a casa de sua infância, próxima ao lago e com seus amigos chamando-o para brincar. Os gritos que ecoam pela casa não são mais os chamados por Elisa, mas por aquela outra mulher da qual sente falta, a mulher do tempo em que ainda não estava triste com sua velhice. Os gritos chamavam a mãe.

Sai o representante Elisa, mas não sai o afeto. Elisa está inserta no tempo; é memória com data de início, meio e fim. O afeto é atemporal, percorre, desloca-se, repete-se, impõe-se.

Pierre Ansart (2004) questiona se o ressentimento seria o limite da memória devido ao seu caráter altamente destrutivo. No caso de Pierre, há uma interrupção na continuidade histórica, na narrativa e na experiência do tempo presente. O ego, ao defrontar-se com o hoje no qual se insere, é invadido pela ameaça da aniquilação

por causa tanto da sensação de desamparo e desvalorização provenientes do abandono, quanto da consciência a respeito da finitude e do quanto se torna radical em tais circunstâncias.

A memória do tempo presente, portanto, falha. Autodestrói-se. O tempo anterior, que toma o lugar do hoje, desfaz-se também. Não emerge como uma lembrança que havia sido buscada para enriquecer ou significar uma experiência presente, mas como substituto desta.

Entretanto a substituição não é, como já foi dito, aleatória. Ao reconhecermos que uma das funções da memória é possibilitar o agir por meio da lembrança (SEIXAS, 2004, p. 53), encontraremos nela o caminho pelo qual a impotência vivida no ressentimento pode ser aplacada pela introdução do tão desejado “agir”.

Em relação ao ressentimento é vital salientar o que Scheler (1915) define ser uma diferença fundamental deste em relação à vingança e a inveja propriamente ditas. O autor diz que a causa do ressentimento não é clara, ou melhor, ele não está associado a nenhum objeto específico (p. 30). Deste modo, podemos pensar que o objeto do ressentimento é de natureza inconsciente. Elisa, portanto, não seria este objeto, mas aquele para o qual o ressentimento se deslocou ao ser estimulado pelo rompimento. A questão do “*ódio difuso*”, presente na obra de Merton (1953), passa a fazer mais sentido no momento em que o objeto em questão deixa de ser consciente e torna-se mais amplo, mais universal.

Ao refletirmos sobre o trajeto percorrido entre o nome de Elisa, gritado durante as noites e que se transformou num chamar pela mãe, defrontamo-nos com a possibilidade de que esteja nessa relação a fonte do ressentimento. Há a hipótese de que algo vivido durante os primórdios dessa relação tenha produzido uma ferida narcísica que tenha potencializado a experiência de ressentimento (que entendemos

ser, em certo grau, da natureza dessa relação) a um patamar excessivo. Esse cenário possibilitaria pensar na sensação de impotência radical vivida pelo ressentido como um paralelo entre as limitações por ele experimentadas e as do bebê em relação àquilo que lhe causa “dor”. Assim, da mesma forma que o bebê encontra, na atividade autoerótica do sugar o dedo, uma forma de adaptar-se e “agir” diante da frustração oriunda da fome, Pierre pode ter encontrado na ruptura da percepção do tempo presente e na construção do hoje, por meio da vivência alucinatória da lembrança, uma saída para a experiência da impotência.

Transformar o quarto no qual se encontrava em algum lugar dentro de uma estação de trem demandava um exaustivo trabalho psíquico de alteração da sensopercepção. Pierre estava extremamente angustiado, brabo, sem conseguir pensar em absolutamente nada a não ser na necessidade de sair daquele aprisionamento. Não conseguiríamos conversar sobre nada, com uma liberdade maior de associação, enquanto aquela exigência não fosse de algum modo apaziguada. Enquanto o aparelho psíquico estivesse investindo na transformação do quarto num lugar de lembrança tão radicalmente diferente, protegeria o ego da emergência de outros pensamentos para além daqueles.

Como citado, Eco (1988), ao propor uma arte do esquecimento, aponta que a única forma de nos esquecermos de algo, voluntariamente, seria produzir um excesso de informações na consciência para que aquilo que se tem por objetivo esquecer fique perdido, confundido pelo excesso de elementos capturados pela atividade da atenção. Com isso, apresenta-se uma equação para o ato de esquecer que pode ser transferida para o cenário do quarto em questão. Ao investir intensamente na alucinação da lembrança da sala da estação, em contraposição ao

quarto, qualquer outro pensamento estaria sob o efeito da confusão, do excesso e, portanto, mais vulnerável ao esquecimento.

Ao sairmos para o quintal e sentarmos de frente para o portão, encontramos um ambiente mais compatível com a ideia de uma plataforma de trem. Era um espaço aberto, no qual constatávamos a movimentação de várias pessoas e veículos, cuja característica era lugar mais público do que o espaço particular do quarto no qual estivera. Podemos pensar, então, que a possibilidade de construção de uma conversa, na qual o fluxo associativo estivera presente de modo mais intenso, deveu-se ao fato de termos encontrado um ambiente mais adequado para estimular a presença de representações que pudessem estar sob o efeito de resistências.

Se pensarmos que o trabalho de transmutação alucinatório, de quarto em sala de estação, poderia ser uma defesa contra o material esquecido, vamos questionar-nos a respeito de por que Pierre teria aceitado, tão facilmente, o convite para um lugar que, talvez, favorecesse o aparecimento desse material “perigoso”. A resposta está na ideia de que, ao sairmos para a plataforma, o ego teria a seu dispor a satisfação de ter encontrado alguém que o pusesse no ambiente em que desejava estar. Ou seja, estaria muito mais próximo tanto de desembarcar em sua verdadeira casa, quanto de encontrar a esposa quando ela aparecesse. A satisfação e a possibilidade de tais acontecimentos ofereceriam maior realização do que o risco que o ego correria com a diminuição da eficácia do trabalho de esquecimento.

Naquele banco, encontramos-nos. Pierre contou-me um pouco de sua história, não por meio da vivência presente da lembrança, mas pela narrativa. Assim, falou sobre amor, solidão, saudade, sobre o ódio e tantas outras coisas.

A narrativa demanda um ouvinte para que se torne história e, nessa situação, encaixam-se perfeitamente as palavras de Jeanne Marie Gagnebin (2006), sobre a importância da testemunha:

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente. (p. 57)

Pierre quis ir para o quarto. Quis deitar-se. Passou o resto da manhã e uma parte da tarde com ódio. Esse afeto apresentou-se como uma reação à consciência de que nem o trem nem seu “bem”, Elisa, chegariam naquele dia. Reflexo do encontro com o presente, com o atual e com todas as possibilidades que se descortinam nele. Naquela noite, ele dormiu tranquilo. Talvez tenha dormido o sono daqueles que viveram um dia “cheio”. O sono daqueles que chegam cansados a casa, depois de um trabalho no hoje.

No dia seguinte, contudo, o trem era esperado novamente. O hotel continuava não sendo dos melhores e as pessoas deixavam muito a desejar. O império das lembranças voltara, no lugar de tudo aquilo que não havia voltado e de todas as oportunidades que não permaneceram como possibilidades viáveis. O encontro clínico deu-se, também, muitas outras vezes, agregando à escuta que lhe é peculiar a posição de testemunha.

O processo demencial evoluiu com o passar dos meses, assim como evoluiu o ressentimento. O instinto de morte ganhava terreno à medida que o vazio das palavras e de novas ou antigas lembranças se ampliava.

Somente quando o ressentimento chega a ponto de condenar tudo (toda a sociedade e todo o universo), a comparação cessa e o ressentimento lembra uma símile que é uma símile do nada. (KONSTAN, 2004, p. 73)

A transmissão simbólica proporcionada pela construção da narrativa permitiu o registro no qual ficaram as histórias, as lições e as riquezas que nela foi experimentada.

5 CASO CLÍNICO 2: Um corpo que se lembra

Dona Lurdes fazia acompanhamento médico num grande hospital geral de São Paulo e foi encaminhada ao serviço de psicologia, parte do Ambulatório de Geriatria local, por apresentar, principalmente, algo que foi descrito como “profunda tristeza” e “falhas de memória”.

Naquela época, eu fazia parte de um grupo multidisciplinar que atendia idosos em processo demencial e era responsável pela realização dos psicodiagnósticos que seriam posteriormente discutidos com a equipe, com as observações clínicas dos outros profissionais envolvidos.

O prontuário de Dona Lurdes indicava que ela era paciente, além da Geriatria, da Endocrinologia, Ortopedia e Oftalmologia. Assim, sua ficha trazia algumas observações importantes: sofria de crises fortes de labirintite, de fraqueza nas pernas, glaucoma e havia grande preocupação com seu emagrecimento.

Suas “crises de labirintite” eram um enigma médico. Queixava-se de que não tinha firmeza alguma nas pernas, de que tinha a sensação constante de que o chão perdera a solidez e havia sido encaminhada para diversos tratamentos; entre eles, constavam acupuntura e fisioterapia, além dos cuidados com a tireoide.

Chegara o dia da sessão de Lurdes e fui chamá-la no corredor de espera. Lá estava ela, uma mulher de 78 anos, de pele bem negra, cabelos curtos e brancos, extremamente magra e, apesar de andar arrastando lentamente os pés, tinha um porte elegante.

Estava de vestido preto, com flores vermelhas estampadas e usava, além de um colar, algumas pulseiras. Sentou-se, colocou sua bengala apoiada na parede e

arrumou a armação dos óculos, que parecia grande para o seu rosto e deixava, em virtude do peso, uma marca, em seu nariz.

Estava acompanhada por uma moça, que, ao sentar, imediatamente começou a contar que Lurdes estava confundindo algumas coisas. Falava de compromissos que não existiam e da vontade de voltar para uma casa que ninguém sabia onde ficava. Recusava-se a comer e dizia sentir um “azedo” no estômago sempre que colocava algo na boca. Queixava-se, também, de ficar muito assustada com qualquer pessoa que passasse perto da porta de casa e de dificuldades para dormir.

Durante todo esse tempo, Lurdes ficara quieta. Olhava para mim de um jeito curioso, mas não abria a boca para nada. Perguntei se poderia conversar a sós com ela e a acompanhante, Dalva, achou aquilo completamente estranho. Alertou-me que ela teria dificuldade para me explicar qualquer coisa, mas que não se importava e iria ficar esperando no corredor.

- Boa-tarde, Lurdes. Bem-vinda.

- Boa-tarde! Vou logo te dizer que os meus pés afundam. Gostaria de saber o motivo disso, mas não adianta, porque ninguém consegue resolver isso. Eu tenho a sensação de que estou pisando em chão mole; é horrível! É muito difícil ir para qualquer lugar, fazer qualquer coisa. Não ter equilíbrio me deixa com muito medo de cair feio. Essa bengala aqui até que me ajuda, mas mesmo assim dá medo... Eu acho que as pessoas pensam que eu sou uma velha bêbada!

Rimos juntos desse comentário durante algum tempo.

- Bêbada?

- Não sei, “doutor”. Sei que afunda e que eu tenho que ir me segurando nas paredes. Tenho medo de tomar banho, de não conseguir mais fazer comida, nem lavar a roupa e nem cuidar da casa. Se eu não cuidar da casa, o que eu vou fazer? É horrível não parar direito em pé.

Olhamo-nos durante algum tempo, num silêncio confortável.

- Estou muito velha, e a velhice é isso.

- A velhice é ir afundando?

- Não tem jeito. Não tenho equilíbrio porque as pernas não têm firmeza. Fico me arrastando pela casa, segurando essa bengala pra cá e pra lá. Com medo de cair, com medo de tudo.

- Medo de cair, ou medo de tudo?

Lurdes soltou um sorriso e juntou uma mão à outra carinhosamente.

- Não sei mais o que é tudo. Só sei o que é hoje. E hoje o chão está afundando e todos os dias são assim.

- A senhora tem que idade?

- 54 anos. (Na ficha constavam 78 anos de idade).

- Em 54 anos de vida deve ter muitas histórias para contar!

- Ah, eu tenho muitas histórias pra contar!

Ficou em silêncio por alguns instantes.

- Tenho que te contar uma coisa, que ninguém dá jeito: as minhas pernas afundam, sabe? Tenho a sensação de que os meus pés ficam pisando em chão mole. Aí, eu vou cozinhar e fico com medo de cair, tenho medo de tomar banho, de levantar da cama, de perder o equilíbrio.

- E a senhora já perdeu o equilíbrio?

- Hoje, né? Hoje não! O chão está mole, mas estou conseguindo me segurar.

- E durante a vida?

- Ahhhh, durante a vida.

Ficou em silêncio por um bom tempo.

- Minhas pernas ficam moles e eu perco a firmeza. O chão afunda.

Fiquei em silêncio. Parecia que era justamente na ausência das palavras que residia a possibilidade de um discurso que pudesse ir além da sensação do chão afundando. Era possível imaginar o número de consultas nas quais ela havia sido inundada com perguntas, com exames, com anamneses que visavam descobrir aquilo que, para Lurdes, era dito como o “tudo” de sua vida: o afundar.

Ficamos em silêncio por uns vinte minutos, até que a sessão terminou.

- Lurdes, nossa sessão de hoje terminou. Podemos nos ver na próxima semana, neste mesmo horário. O que a senhora acha?

- Eu acho ótimo. Muito obrigada pela companhia.

Assim terminou a primeira sessão com Lurdes, e a palavra “companhia” ficara presente, durante toda a semana, nos pensamentos relativos ao caso. Tanto o silêncio quanto a “companhia” pareciam ter sido aquilo que de melhor clinicamente lhe foi oferecido – levando-se em conta a aflição diante da inexistência de uma narrativa que pudesse dar sentido a essas sensações de pés que afundavam.

No “*Dicionário Houaiss*” (2001), “companhia” está definida da seguinte forma:

companhia s. f. (sXIII cf.IVPM) ato ou efeito de acompanhar, acompanhamento 1 presença (de uma ou diversas pessoas, ou de um ou diversos animais ou coisas) junto de uma ou mais pessoas <adoraram a c. da professora> <dama de c.> 2 aquele ou aquilo que acompanha <ele vai ser a minha c. no baile> <aquela livro iria ser a sua c. durante a viagem> 3 fato de ser (para alguém) uma presença agradável ou desagradável <para mim, os pássaros são a melhor c.> 4 ato ou efeito de deslocar-se juntamente com outro(s) <seguiu viagem na c. dos turistas> 5 a parentela de casa; a família (...) (p. 773)

Reflexões a respeito da natureza da companhia vinham à tona. Natureza não no sentido de “origem”, mas no sentido da animalidade. Estar lá, com uma identidade reconhecidamente específica ou inespecífica, como alguém ou algo, como pessoa ou coisa. Talvez o silêncio firmasse um lugar de companhia necessário para que algo além da sensação corporal de afundar pudesse ser vivido e reconhecido; para que houvesse a possibilidade de que por meio da transferência, uma história a respeito do “afundar” pudesse ser, finalmente, construída e posta em narrativa.

Na sessão seguinte, Lurdes veio acompanhada pela filha.

- Oi, Lurdes, boa-tarde. Bem-vinda.

- Oi, “doutor”. Primeira vez que eu passo com o senhor, então preciso te contar que estou me arrastando. Tenho uma sensação de que o chão afunda...

Nesse instante, a filha, Regina, colocou os dedos nos ouvidos, como se fosse para evitar escutar. Assim que Lurdes terminou de falar, Regina começou a reclamar, muito irritada, que a mãe só falava sobre isso. Que não era possível conversar sobre mais nada com ela, porque todo e qualquer assunto a levava a falar sobre essa história de que o chão era mole, de que os pés afundavam e ninguém mais aguentava essa “mesmice”, essa “lamúria”. Com isso, Regina levantou-se e disse que iria esperar do lado de fora.

Lurdes ficou visivelmente desesperada com a saída da filha. Olhava-me, esperando alguma atitude.

- Lurdes, quer ir até o corredor, ver em que lugar a sua filha vai ficar te esperando?

- Por favor, por favor.

Estendi-lhe o braço e caminhamos lentamente em direção à filha, sentada ao lado da porta que dava acesso ao corredor no qual os pacientes esperam ser chamados.

- Você não vai embora, filha?

- Não, mãe. Pode ficar sossegada. Vou esperar aqui.

Voltamos para a sala e nos sentamos. Parecia conveniente lhe oferecer o ambiente clínico que tivera sido útil na sessão anterior. Mas havia a pretensão de

fazê-lo de modo que pudesse estimular sua consciência de que sete dias se passaram entre nosso último encontro e o atual.

- Lurdes, não sei se a senhora se lembra, mas estive aqui na semana passada, me contou sobre a falta de firmeza do chão e sobre a ideia de que as pessoas podem achar que você está bêbada. Gostaria de lhe dizer que, aqui, pode falar sobre o que tiver vontade, qualquer assunto. Pode inclusive me falar sobre o chão afundar, quantas vezes quiser.

Lurdes balançou a cabeça afirmativamente, encostou a bengala na parede da sala e ficou quieta. Um silêncio sereno, sustentado por olhos atentos em minha direção. Ela me olhava, olhava a sala e parecia estar confortável.

Comecei a ir buscá-la no corredor de espera, oferecia-lhe o braço no qual se apoiava e caminhávamos juntos até a sala.

Por quase quatro meses as sessões seguiram esse padrão. Cumprimentávamo-nos e ficávamos ambos em silêncio, um silêncio que para ela parecia ser tranquilo e pacífico. Em contrapartida, a posição clínica, por diversas vezes, havia sido marcada por invasões de aflição, por questionamentos a respeito de sua utilidade e por fantasias de estar tomando o tempo da paciente. Se aquele silêncio tivesse de dar algum resultado, este já deveria ter aparecido. Mas, depois de tantas sessões, nada que pudesse ser percebido de diferente havia acontecido.

A hipótese de chamar a filha para conversar ganhava força. Contudo, não se constituía como uma intervenção que proporcionasse alterações significativas na dinâmica com a paciente. Se nem perguntas poderiam ser utilizadas nas sessões com Lurdes, porque não eram respondidas e serviam apenas como estímulo à repetição do discurso de pés que afundavam, obter dados históricos provenientes de um familiar poderiam apaziguar as angústias do clínico, mas, indevidamente, representar uma intervenção violenta em relação ao tempo da paciente.

Na sessão seguinte, contudo, Lurdes comentou algo novo. Estávamos completamente quietos quando ela, com olhar vago, disse:

- Nessa semana eu comecei a ver areia. Olhei para a televisão, para as paredes e de repente estava tudo cheio de areia. Que coisa horrível. Como se já não me bastasse o chão afundar, agora tenho a sensação de que meus olhos estão cheios de areia... não sei se é por causa do glaucoma, ou se esses óculos já não estão servindo mais. O que eu sei é que não é sempre, mas aparece do nada, de repente, areia nas coisas.

Foi uma grande surpresa o comentário sobre a areia. Além disso, foi extremamente interessante o fato de ela pontuar a passagem do tempo. “Nessa semana” e “não é sempre” pareciam demonstrar que estávamos conseguindo construir não só um espaço de tempo nosso, mas uma percepção diferente daquilo que ela chamava de “o tempo todo”.

A relação com a temporalidade é fundamental para o funcionamento da memória, ainda que esta não se resuma a simples constatação do tempo cronológico. A percepção do tempo, entretanto, representa a atividade do processo

secundário nos deslocamentos associativos relativos ao conteúdo mnêmico. Assim, a presença de um certo grau de consciência no que diz respeito ao espaço cronológico remetia a uma expansão daquilo que Lurdes chamava de “*todo o tempo*”, dando indícios de que seria possível transitar por lembranças que até então estavam exclusas da consciência.

Após o surgimento da areia, Lurdes tornou-se arredia. Não queria mais vir aos atendimentos, reagia de maneira hostil a minha presença e permanecia assustada durante toda a sessão. Perguntava dos filhos, pedia para vê-los e qualquer movimento que eu fizesse em sua direção causava-lhe receio de algo. Durante esse tempo, não havia resposta para pergunta alguma; apenas o silêncio.

A conduta clínica permanecera a mesma: sustentava-se num silêncio continente que passara a delinear o *setting* que abrigava a transferência. Nos momentos em que demonstrava estar atemorizada, ou agressiva, a paciente era acolhida e havia espaço para que construísse uma narrativa a respeito de seus afetos – mesmo que isso não viesse a acontecer.

Mais ou menos dois meses de atendimentos transcorreram dessa forma. Gradualmente, Lurdes voltou a demonstrar segurança durante as sessões e, de certo modo, parecia que isso lhe bastava.

Acontece que, repentinamente, Lurdes me cumprimenta:

- *Oi, “filho”. Te trouxe doce de abóbora! Você gosta de doce?*

- *Bem-vinda, Lurdes! Obrigado pelo doce. Eu gosto, sim!*

O longo período de silêncio, experimentado em companhia, tinha sido fundamental para a constituição da dinâmica transferencial que passara a ser posta

em atividade. A manutenção, tanto do *setting* quanto da frequência dos nossos encontros, tornou-os simbolicamente *familiar*. O lugar de filho que eu estava ocupando, não apenas na transferência, mas também na organização mnêmica que o estágio demencial permitia construir, ficou evidente não só pela nomeação e pelo presente, mas pelo que Dalva, a moça que trabalhava na casa de Lurdes, quis me dizer ao fim da sessão.

Ela pediu licença para entrar e contou que Lurdes havia ficado a semana inteira angustiada para se arrumar, preparar comidas e comprar presentes, porque estava chegando a hora de visitar os filhos e ela não poderia chegar de “*mãos abanando*”.

Dizia que queria sair daquela casa, que queria voltar a viver com os filhos, que o salário não era suficiente para cuidar de todos os que precisavam dela e que tinha de dar um jeito de aumentar seus ganhos.

Passara a ter medo de barulhos corriqueiros, assustava-se com frequência e pedia que não a machucassem nem a deixassem sozinha.

Seis sessões passaram-se. A todas, Lurdes chegou com alguma “*lembrança*”; que era sempre algo de comer. Bolo de fubá, bolo de guaraná, cocada, chocolates etc. Até quando, do mesmo modo que falou sobre a areia, contou que começara a sentir úmidos seus pés.

- *Agora eu fico com os pés molhados; tem água neles. Eu passo a mão e estão secos, mas o pé está molhado, sabe? É como se o chão fosse úmido. Agora, além de o chão afundar, ainda vejo areia nas coisas e sinto os pés molhados.*

A escuta clínica havia sido estimulada pela descrição das diversas sensações vividas pela paciente e deu início a um trabalho sintético/interpretativo que condensara numa representação imagética os elementos corporais presentes no discurso. A imagem, que fora desse modo construída, tornou-se frase e foi verbalizada sob a forma de divagação, sem se dirigir diretamente à Lurdes:

- Chão mole e úmido, areia por todos os lados... me faz pensar na ideia de estar caminhando numa praia.

Lurdes fechou os olhos. E continuou:

- Eu não tenho mais lágrimas, sabe? Já chorei tanto na vida, tanto que acho que meus olhos secaram para sempre. Eu tenho tanta dificuldade de lembrar das coisas, tudo escapa, só ficam as dores e parece que eu estou de ponta-cabeça... Eu sempre morri de medo de mar, de praia. Já sofri demais, “meu filho”. Minha patroa me levava para trabalhar na casa da praia, mas eu tinha horror de ver o mar. Me lembra a morte. A água me lembra a morte e, se pensar bem, sou uma mulher triste.

- Quer me contar como é que suas lágrimas acabaram?

- Quero... Pode?

- Por favor.

Abaixo segue a história contada não apenas nesta sessão específica, mas a narrativa que se desenrolou ao longo de seis anos de atendimentos.

- Eu não tenho nem pai, nem mãe. Ou melhor, ter eu tenho, mas não conheci nenhum dos dois. Eles morreram logo depois que eu nasci. Meu pai primeiro e, alguns meses depois, morreu a minha mãe... Naquele tempo as pessoas morriam e ninguém sabia dizer exatamente o motivo... Nós éramos seis irmãos, cinco meninos e só eu de menina. Fiquei morando com a minha tia durante uns seis anos e, depois, meu irmão mais velho foi me buscar. Ele já era casado, com uma espanholinha muito mal-humorada, e tinha prometido à minha mãe que ia cuidar de mim. Dito e feito! Foi me buscar... Meu irmão era um homem muito sério, honesto. Bastava ele olhar para mim de um jeito bravo, e eu já sabia que estava fazendo alguma coisa errada... Sair para baile? Nem pensar! Estudar também não podia. Eu ficava em casa, ajudando nas tarefas do lar. Desde quando cheguei eu tive que aprender a cozinhar, subia no caixote para alcançar a pia. Lavava e limpava tudo, mas sempre a minha cunhada reclamava de alguma coisa. E, além da casa, ajudei a criar os quatro filhos do meu irmão... Mesmo sem ter muita liberdade, acho que meu irmão cuidou de mim. Não é fácil cuidar de mulheres! Às vezes, quando ele ia aos bailes, me deixava ir junto. Eu adorava! Ah, como eu era vaidosa! Tinha os cabelos compridos, fazia um bom penteado e ia, toda feliz. Dançar com alguém eu não podia, mas olhar e mexer as pernas já era bom demais... Numa dessas vezes eu conheci um homem muito bonito. Ele se chamava Mauro; talvez se chame ainda... Não tive mais notícias dele... Meu irmão me dizia que não me queria perto daquele homem, mas não adiantava. O Mauro passava no portão, me chamava e nós ficávamos lá, conversando e olhando nos olhos... Pensando agora, acho que ele nunca gostou de mim realmente. Deve ter feito uma aposta, com os amigos, de que seria capaz de namorar aquela negrinha... Meu irmão passava por perto, me dava uma olhada braba, mas nunca falava nada diretamente com o Mauro. Meu irmão

sempre foi muito educado. E acho que desistiu, porque, quando me proibia de ir até o portão pela porta da frente, eu ia pela de trás... Eu brinco que nem Deus queria que eu ficasse com aquele homem. Mas eu rezava e dizia que eu poderia até passar fome, contanto que fosse ao lado dele... Quando Deus não quer, a gente tem que saber deixar de insistir... Avisei um irmão, de que iria passar uns dias na casa do outro, arrumei as minhas malas e peguei o trem, mas fugi para a casa do meu sogro... Alguns dias depois eu estava me casando com o Mauro. Eu queria ter a minha casa, sabe? A minha cozinha, as minhas coisas... A minha família... Não tinha nenhum parente meu na cerimônia... Eu me lembrei que meus irmãos brincavam dizendo que quando a irmãzinha deles fosse casar, iriam matar um boi inteiro para fazer um churrasco enorme. Queriam fazer uma tremenda festa... Nem churrasco de sapo teve no meu casamento!

Lurdes solta uma risada triste.

- O Mauro era um homem trabalhador demais. Era o homem de confiança no sítio onde trabalhava e onde nós fomos morar. Ele mandava em todos os peões... Eu cheguei com ele naquele lugar que era pura terra e grama, com uma casinha simples, de um cômodo só. O chão fora era o mesmo que o chão de dentro: terra. Era frio, úmido. As madeiras não eram muito próximas uma das outras e o vento entrava de um jeito gelado ali dentro. Era simples, bem diferente da casa onde eu morava com meu irmão, mas pelo menos era a minha casa... Ele saiu para trabalhar e eu fui cozinhar. Estava tranquila cuidando da casa, limpando aquele lugar que era pequeno, mas me dava uma sensação gostosa de liberdade... Ouvi um barulho e percebi que ele estava chegando! Era hora do almoço; que já estava quase pronto.

Só que quase não é pronto... Ele olhou as panelas e eu disse que em um minutinho iria colocar a mesa. Ele me deu um soco na boca, tudo ficou preto e eu caí. Depois eu não lembro direito, mas acho que ainda me deu um chute na barriga porque eu fiquei com um gosto azedo na boca. Pegou as duas panelas e jogou na parede, junto com os pratos... Ele falou um monte de coisas, mas eu não consegui ouvir nada. Depois bateu a porta e saiu de casa. Eu achava que era porque ele deveria estar com muita fome. Trabalhar em fazenda, ficando cerca, era muito cansativo. Mas depois eu fui percebendo que ele era mau com fome, ou sem fome... Engravidei, mas isso não fez com que ele me tratasse melhor. Continuei apanhando. Às vezes o motivo era ciúmes que ele tinha dos outros peões, às vezes era porque a comida não estava pronta quando ele chegava e às vezes eu nem sabia o motivo... Tive seis filhos e fiquei casada durante 12 anos... Ficávamos todos em casa enquanto ele estava trabalhando. Ele não achava que filho tinha que estudar. Comprar caderno, lápis e essas coisas era bobagem... A gente ouvia uns tiros de repente! Era a “campainha” dele. Era o jeito de avisar que estava chegando em casa. A minha filha mais velha, Regina, chorava e dizia: “E agora mãe? E agora? O que a gente vai fazer?”... Todo mundo apanhava. Ele fez coisas que não consigo nem lembrar, e outras que não quero nem pensar.

Depois de um tempo em silêncio, ela continuou.

- Ele me enfiou um garfo no braço uma vez; por causa do almoço que não estava pronto. Me queimou as costas com brasa. Me trancava fora de casa e me fazia passar a noite no frio... Meus irmãos nunca ficaram sabendo de nada, porque eles não tinham culpa. Eu casei porque quis; além do mais, eles nunca aprovaram o

Mauro... Meu sogro era a única pessoa que ia até nossa casa; acho que foi umas cinco ou seis vezes em treze anos. E ele me dizia que rezava muito por mim, tinha muita pena e que não conhecia o filho que tinha. Falava que não sabia que era pai de uma cobra... Eu fiquei doente. Caí de cama e não conseguia mais fazer nada. Só chorava e meu corpo não ficava mais de pé... As vizinhas falavam que era para eu pôr veneno de rato na comida dele, mas eu não poderia fazer aquilo com o pai dos meus filhos. Deus me livre... Meu sogro, uma vez em que estava lá em casa, disse para eu fugir, porque ele dizia que eu estava morrendo. Mas o Mauro dizia que, se eu tentasse fugir, ele iria me afogar no poço da fazenda, iria queimar as minhas roupas e iria dizer para os filhos que eu fui embora sem pensar em nenhum deles... Um dia ele saiu para trabalhar, eu peguei as crianças e fugi para um abrigo que tinha no meio da estrada. Era uma casa de irmãs, de freiras, e elas me aceitaram com as crianças... Eu amei aquele lugar! Eu cozinhava para ajudar, lavava e passava. As crianças tinham lugar para dormir, mas eu vivia com medo... Um dia, o Mauro chegou na porta do abrigo. Disse que queria falar com a mulher dele e ver os filhos. Eu não sei, até hoje, como ele me encontrou. Disse para as irmãs e para o padre que tinha se arrependido, que nunca mais faria aquilo e que queria a família inteira em casa... A gente aceitou ir com ele, mas as freiras disseram que, se acontecesse novamente, eu voltaria e ele nunca mais me tiraria de lá... Na carroça que ele tinha levado, enquanto a gente voltava pra casa ele me olhou e me disse que eu iria me arrepender por ter feito aquilo... Apanhei tanto, meus filhos apanharam tanto, que eu fico me obrigando a esquecer dos gritos: “Mãe!! Mãe!!”... Caí de cama de novo. Não conseguia nem respirar direito. Meu menino mais velho veio do lado da minha cama e disse: “Mãe, vai embora daqui. Eu vou crescer e encontro a senhora onde você estiver. Vai embora!”... Meu sogro me viu naquele

estado e me levou, escondido, de volta para a casa do meu irmão. Que vergonha, meu Deus. Sem meus filhos! Não tinha jeito de chegar doente na casa do meu irmão, e ainda com seis crianças... O Mauro mandava recado ameaçando a minha família. Dizia que iria me buscar e mataria o meu irmão! A minha cunhada ficou desesperada, chorava o tempo todo de medo... Eu tinha a ideia de sarar da minha tristeza e voltar para pegar meus filhos. Mas não dava para esperar esse tempo na casa do meu irmão, porque eu acho que, se o Mauro fosse lá, iria dar em morte... Minha família não tinha que pagar por uma escolha minha... Nessa época teve uma reunião na casa de uma mulher que morava perto de onde eu estava e me pediram para ajudar a limpar o salão. A mulher era esposa de um tenente e eles gostaram muito de mim. Acharam que eu trabalhava bem; e eles estavam procurando uma empregada... Eles eram da cidade grande e me convidaram para voltar com eles, para trabalhar na casa em que eles moravam... Eu não tinha escolha; eu estava morrendo, só que eu não podia abandonar os meus filhos... Vim pra cá e trabalhei um ano, morando no emprego e guardando todo o meu dinheiro. A minha intenção era voltar e buscar os meus filhos; mas, trabalhando na casa dos outros, ficava difícil. Aonde eu iria colocar as crianças? Eu ia ter que arrumar uma pensão; mesmo assim, ganhando pouco, eu tinha que dar um jeito naquilo... Até que teve um dia que o meu patrão me levou na rodoviária. Passei a noite toda no ônibus, e quando cheguei na cidade onde eu morei, fui atrás dos meus filhos. A casa estava vazia, ele não trabalhava mais lá e os vizinhos disseram que ele deu cada um dos seis. Espalhou meus filhos com algumas pessoas da família dele, e com uns conhecidos que queriam as crianças... Fiquei desesperada! Vasculhei a cidadezinha e encontrei a Lizete, a minha filha de 6 anos. Ela estava na casa de uma cunhada, mas que não sabia me dizer onde que estavam os outros. Liguei para meu sogro e pedi ajuda. Ele

prometeu que ia me ajudar a encontrar meus outros filhos... Nunca mais tive sossego na minha vida. Voltei para São Paulo e a minha patroa deixou a Lizete morar comigo. Nós vivíamos num quartinho apertado, mas dava para se ajeitar. No meu horário de almoço eu ia atrás de alguma escola interna, porque eu não poderia ficar com ela morando no trabalho o tempo todo. A casa era muito grande, mas não era minha, e eu não parava de trabalhar nem um minuto... Foi muito complicado conseguir um colégio interno porque as assistentes sociais me diziam que a criança tinha pai e mãe vivos; alguém tinha que cuidar dela... Infelizmente não dava! Porque, além de tudo o que eu tinha que fazer no trabalho, ainda precisava achar os outros cinco. Então, meu patrão, vendo o meu sofrimento, conseguiu um colégio interno pra Lizete. Era no interior, mas mesmo assim era um bom lugar. Eu, quando dava, ia visitar a minha filha e sempre mandava pelo correio aquilo que ela precisava. Comprava os cadernos, lápis, roupa. Ela sempre teve tudo o que foi necessário para estudar e pra viver por lá... Ela era muito pequena ainda, mas ficou direitinho. Aprendeu a cuidar de uma casa, estudou bastante e ela era tão direita, que ficou responsável por cuidar das meninas mais novas. Foi um tempo bom pra ela. Fez muitas amigas e viveu em paz até os 22 anos... Nesse meio tempo, meu sogro apareceu na porta da casa do tenente, com mais dois dos meus filhos. A Regina com 11 anos e o Cleiton com 5. Minha patroa deixou eles ficarem no quartinho comigo por um tempo, mas era muito apertado. Consegui uma creche que aceitou o menino; ele passava a manhã e a tarde toda lá... Eu não sei por que a Regina me odiava tanto. Ela foi a que mais me falava para ir embora. Ela foi a que, junto comigo, mais sofreu. Mesmo assim, parecia que tinha o sangue ruim... Ela me fez sofrer demais. Ela abria a geladeira da casa, jogava o refrigerante fora e colocava água dentro da garrafa. Dizia que ia pegar o Cleiton na creche e ia jogar o menino

na rua... Eu não sabia mais o que fazer, até que ela não voltou. Eu chorei e rezei por 15 anos atrás dessa menina sem ter notícia nenhuma dela. Fiquei sabendo pelo meu sogro que ela foi atrás do pai e ficava dizendo pra ele que eu estava de safadeza na cidade grande. Pelo amor de Deus! Eu trabalhava igual a uma condenada e ela ainda me fazia isso. A Deise, que é a outra menina, estava na casa de umas primas do Mauro. Eu não tinha mais como trazer filho nenhum para São Paulo; mas eu mandava roupa e dinheiro todo mês... Não acho que tenha adiantado muita coisa, porque algumas pessoas de lá me diziam que a Deise não ficava com nada do que eu mandava. As primas do Mauro pegavam o dinheiro pra elas e davam as roupas para as filhas... Com a Deise eu nunca mais tive contato. Ela não gosta de mim e se afastou das irmãs também. Mas tenho o telefone dela, sei que ela está viva. O Jucelino eu encontrei com a ajuda do tenente; porque ele estava servindo no exército. Fui me encontrar com ele e foi uma emoção enorme. Mas depois que ele saiu do serviço militar, nunca mais tive notícia nenhuma. Esse filho está perdido... O Heliton ficou numa cidade minúscula, perto de onde eu morei na época em que estava com o Mauro. Mas com esse eu nunca consegui conversar... Fui visitar o menino e ele correu de mim. Se enfiou no mato e eu não consegui falar nada pra ele... Eu tinha levado bolo, dinheiro, roupa, eu tinha levado tudo o que eu podia. Eu fiz tudo o que eu podia, mas às vezes eu acho que teria sido melhor se eu tivesse morrido lá, sem ter fugido. Acho que eles nunca me perdoaram por ter ido embora. Nunca mais tive notícia nenhuma dele; outro filho perdido.

- Mas e você, se perdoou?

- Eu o quê? Eu fico aqui, nessa aflição procurando os filhos que eu não encontro. Venho aqui nessa estação e não passa ônibus nenhum, não passa ninguém que me informe nada direito. Fico com a perna mole, o chão afundando...

Não tenho mais condições de ficar indo atrás de filho. Eu quero, mas não aguento. A Regina reapareceu depois daqueles 15 anos. Com dois filhos e casada. Ela não me deixa conversar sobre o passado e não permite que eu toque nesse assunto perto dos filhos dela, nem das netas. A Lizete está morando fora da cidade e é ela que me ajuda todo mês. Ela me liga todos os dias, sabe? E todo ano ela tenta vir me ver. A Lizete é um sonho de filha... Nenhuma das minhas filhas me deixa falar sobre o passado. Reclamam que essa história só faz doer; dizem que tem que deixar as histórias irem embora... Mas tem coisas que, mesmo que a cabeça tente, o coração não se esquece. Parece que a alma se lembra de tudo, todos os dias, que fica tudo lá, encostado na gente, espalhado nas coisas, na casa... O Cleiton tinha virado homem trabalhador. Era ajudante de pedreiro; dos bons! Moço bom, correto. Adorava feijão! Então, todo domingo tinha feijoada em casa e ele aparecia com aquela vontade que dava gosto... Ele trabalhava com um grande amigo meu, o “Seu” Reinaldo. Vinham sempre os dois, mas num dos domingos da vida, só veio o meu amigo... Ele contou que meu filho estava sentado na calçada, na porta do bar e, de repente, passou um homem e deu uma facada nele. Morreu ali, no chão da rua... Não sei o motivo, não consigo entender o motivo! E a polícia nunca fez nada, sabe? Nunca ninguém quis saber de nada, ninguém resolve nada... Igual você e esses médicos todos. O que não tem jeito, não tem jeito.

No dia em que Lurdes contou essa parte da história, levantou-se e foi embora. Disse que não ia nunca mais voltar e que eu era um “*policia! corrupto*”, sem vergonha e que não prestava para nada. Na semana seguinte, Dalva quis conversar comigo e contou que a semana tinha sido muito difícil. Contou que Lurdes passava

todo o tempo na cama e dizia que tudo estava rodando, que não era possível levantar-se de jeito algum. Xingava, reclamava e chorava chamando os filhos.

Lurdes estava inquieta naquele dia. Gesticulava aflita e, assim que entrou na sala, sentou-se e disse:

- Olha, “meu filho”... hospital é lugar de gente morta. Que bom que você está aqui... tenho que te dizer uma coisa. Você está diferente... Bom, passou muito tempo mesmo. Eu não fui no seu enterro. Eu não consegui... Posso segurar na sua mão?

Eu deixei. Ela, com as duas mãos, segurou a minha.

- Eu fiquei sabendo que você morreu; mas, quando eu ouvi o que tinha acontecido, o chão afundou... Eu caí, ficou tudo mole. Eu fico vendo você morto! Fico imaginando você enterrado! Não quero pensar nisso, não quero ficar lembrando disso! Mas não tem jeito; coração de mãe não tem sossego! Fiquei de cama não sei quanto tempo... Muito tempo. Chorei, rezei e nada de você voltar. Nada de nenhum dos meus meninos voltar... Eu fiquei tão mal, tão mal que meu cabelo caiu todo. Você deve estar pensando que eu estou horrível com esse cabelo curto, né? Mas eu perdi você, e perdi meu cabelo de tristeza. Nunca mais cresceu... Nunca mais cresceu... Às vezes não conseguimos ir aonde achamos que temos de ir; assim é a vida.

E, após um momento em silêncio, perguntou:

- Mãe nenhuma deve ver o filho morto, né? Mãe nenhuma.

Nesse dia, Lurdes voltou a chorar. Chorou a sessão inteira, segurando a minha mão.

Lurdes não apresentou melhora em nenhum dos sintomas. Continuou queixando-se da falta de firmeza nas pernas, do chão afundando, dos pés úmidos e de enxergar areia nos objetos e nas pessoas.

É possível levantar uma série de hipóteses a respeito de cada um deles, e relacioná-las com a história que havia sido narrada.

O título deste caso, “Um corpo que se lembra”, pareceu plausível durante todo o tempo. Pernas que não foram firmes, literalmente, para sustentar uma mãe que tivera seu filho assassinado. O chão, úmido e gelado, da casa na qual morou com Mauro, que se presentifica sensorialmente. Os filhos perdidos encontram-se fantasiosamente com o filho morto e o mundo passa a ser um lugar soterrado, coberto por areia; o mundo dos enterrados.

Esse corpo não se esquece de situações intensamente violentas, que são impedidas de ganhar a forma das palavras. Não havia com quem falar sobre toda essa história. As filhas se recusavam a escutar e tornava-se ainda mais necessário esquecer para sobreviver.

A economia psíquica, no que diz respeito às catexias dos traços mnêmicos, passa por uma re-organização defensiva que tem por objetivo diminuir o desprazer produzido pela presença constante das imagens na consciência e dos afetos a elas associadas e por elas estimuladas.

Não é possível afirmar, contudo, que a violência de algumas dessas experiências seja a responsável pela manutenção constante desse corpo-memória. As inscrições mnêmicas remetem ao ódio por esse marido, por esses filhos distantes e enigmáticos. O excesso de sofrimento condensado nessas representações revelam marcas, registros sobre aquilo que não havia sido passível de elaboração.

Além do ódio, havia a presença constante da culpa, presença expressa na decomposição desse corpo, punido pela ideia de ter fugido de algo que assumira ter escolhido.

O quadro demencial agravou-se durante os anos e a ruptura com o tempo presente intensificou-se de maneira marcante. Qualquer intervenção ou comentário, que remetesse a posição clínica a uma existência fora do tempo e do papel transferencial que a paciente impunha, produzia uma reação furiosa, com o aumento das queixas, por toda a semana, a respeito das sensações de afundar.

Em contrapartida, o encontro clínico que se formava a partir de um acolhimento silencioso, permitia-lhe narrar uma história; ou melhor, permitia-lhe reconstruir e participar de sua própria biografia, às vezes de maneira repetitiva, às vezes de uma forma inédita.

As sessões, em sua maioria, produziam um estado de alívio intenso em Lurdes, que se traduzia numa semana relativamente tranquila. Dalva comentava que, quando por algum motivo a sessão não acontecia, Lurdes ficava mais “esquecida”, “confusa”, “agitada” e “*não dormia de jeito nenhum*” durante toda a semana.

Ao se levar em conta a ideia de redirecionamento da energia psíquica proposta por Freud (1900), em sua teoria a respeito da formação dos sonhos, pode-se pensar que a baixa capacidade motora da qual se queixava Lurdes possa

servir de estímulo a uma alteração na economia psíquica em que o polo perceptivo passa a ser investido em demasia, mesmo durante o período de vigília.

A função mnêmica não apenas sustenta-se em representações imagéticas, às quais se associam os afetos pertinentes à experiência registrada, mas também fundamenta-se nas sensações vividas pelo ego corporal. Assim, em virtude da baixa atividade motora e da hipercatexia dirigida ao polo perceptivo, era possível vislumbrar-se um cenário no qual suas lembranças estavam presentes por meio, fundamentalmente, das sensações corporais. Havia, na maior parte do tempo, uma pobreza representacional intensa; o que não representava, entretanto, uma ausência de subjetividade. Esta se inscrevia nas descrições repetitivas de suas sensações e da re-vivência corporal imposta por lembranças que se apresentavam fixas e com acesso restrito ao acervo pré-consciente.

Ao nos referirmos ao trabalho de formação dos sonhos, reconhecemos que o processo de elaboração onírica faz uso do sistema pré-consciente, no qual ficam armazenados os traços mnêmicos, para que a satisfação de um desejo possa ser encenada imagética e sensorialmente. A capacidade de deslocamento e condensação libidinal por entre os traços de memória é de fundamental importância para que haja oferta de representações suficientes tanto à censura, quanto à eleição de objetos capazes de representar o desejo latente no sonho. Registros mnêmicos rigidamente fixados apresentam-se como resistências significativas ao processo de elaboração das experiências, aprisionando a subjetividade em formações de compromisso nas quais esses registros se atualizam por meio de reencenações empobrecidas, com baixo potencial de elaboração.

Assim, torna-se possível levantar a hipótese de que Lurdes vivia num estado parecido com o que Freud (1920) veio a descrever em seu texto *“Além do Princípio*

do Prazer” quando, ao retomar a questão dos sonhos, propõe uma exceção à ideia de que todos eles seriam gratificações de desejo:

(...) Dessa maneira, pareceria que a função dos sonhos, que consiste em afastar quaisquer motivos que possam interromper o sono, através da realização dos desejos dos impulsos perturbadores, não é a sua função original. Não lhes seria possível desempenhar essa função até que a totalidade da vida mental houvesse aceito a dominância do princípio de prazer. Se existe um “além do princípio de prazer”, é coerente conceber que houve também uma época anterior em que o intuito dos sonhos foi a realização de desejos. Isso não implicaria numa negação de sua função posterior, mas, uma vez rompida a regra geral, surge uma outra questão. Não podem os sonhos que, com vistas à sujeição psíquica de impressões traumáticas, obedecem à compulsão à repetição, não podem esses sonhos, perguntamos, ocorrer fora da análise também? E a resposta só pode ser uma afirmativa decidida. (p. 43)

Assim, um estado, em que o polo perceptivo está altamente investido e em que o corpo mantém a recordação persistente de impressões traumáticas, torna-se concebível. Desse ponto, pelo menos dois caminhos se apresentariam. Um, no qual as recordações, fontes de desprazer, se mantidas na consciência, mas que apelam intensamente por esse acesso, encontram o corpo como um lugar de memória. A dor física experimentada serviria para manter afastadas as imagens da consciência que, ao mesmo tempo em que gratificariam de maneira parcial sua expressão por meio dos sintomas corporais, possibilitariam, também, uma espécie de punição por parte do superego em virtude dos sentimentos de culpa relacionados com os acontecimentos. Outro caminho seria o de que “a compulsão à repetição”, neste caso, estaria a serviço da gratificação de um prazer masoquista intenso. Há, ainda, entre tantas outras possibilidades, a coerência de se pensar que esses dois caminhos citados possam ser vistos de maneira complementar, funcionando juntos e dando contornos ainda mais complexos às hipóteses de formação de compromisso levantadas até aqui.

5.1 A teia das memórias

Ao se estudar a base da mnemotécnica, defronta-se com o trabalho de criar “lugares” de armazenamento de informações. Espaços não muito grandes nem muito pequenos, justos o suficiente para acomodar as imagens pertinentes a uma vivência que se transformará em traço de memória. Esses lugares devem estar devidamente interligados, para que o exercício da recordação conte com a intercomunicação entre os diversos acervos.

É possível que, se se pudesse olhar a imagem de nossa rede de memórias, ver-se-ia algo muito parecido com uma teia de aranha. Fios interligados, interdependentes, conjugados em certa ordem que permite a movimentação e a sustentação de um *habitat* para a vida.

A arte da memória recomenda que os ícones construídos com o intuito de conservar os dados da lembrança devam ser capazes de produzir um estado de “inquietação” da consciência. Precisam ser marcantes, com cores fortes e recheados de estranhezas. São esses elementos que, quanto mais competentes, mais garantiriam a funcionalidade do traço de memória. Mais recordável se torna aquilo que excita o aparelho psíquico.

Algumas espécies de aranhas metabolizam uma substância adesiva, que compõem os elementos fundamentais de sua teia e asseguram que, além de garantirem a fixação de alimentos, sirvam, também, como um recurso de defesa.

Quanto maior a capacidade adesiva, maior a eficácia na fixação dos elementos que nela tocam. Com a memória acontece algo parecido. Quanto maior a excitação causada ao aparelho, maior a probabilidade do registro se manter fixo, permanente.

Há casos, entretanto, em que a própria aranha se vê vítima da adesividade da teia. Acontece, então, um trabalho de limpeza, de desprendimento. O fracasso em libertar-se pode levar algumas aranhas a realizarem uma ação extrema: abrem mão da pata aprisionada, extraindo-a do corpo.

O instinto de sobrevivência, que leva esses aracnídeos a recorrerem ao recurso do abandono de uma parte em prol de um todo, alimenta ainda mais a possibilidade de pensarmos a teia como uma das metáforas do campo mnêmico.

O que faz o humano quando se aprisiona numa parte de sua memória? Como libertar-se daquilo que se torna impossível de ser esquecido?

Dona Lurdes movimentava-se com extrema dificuldade. Caminhava lentamente com sua bengala, arrastando os pés e queixando-se de que o chão estava afundando. Não era mais terra firme; era como andar numa areia úmida e inimiga do equilíbrio.

As crises de labirintite também não ajudavam e esses estados do corpo deixavam-na fixa em sua cama por longos períodos de tempo.

Durante muitas sessões, Lurdes narrava o enfraquecimento de suas pernas, lastimava não conseguir mais caminhar dentro de casa e, conseqüentemente, de não realizar mais nenhuma atividade doméstica. Sentia-se completamente presa, “fixada” num terreno mole para o qual sempre escorregava.

A maior parte das intervenções ou dos questionamentos realizados durante os atendimentos clínicos eram insuficientes para se chegar a qualquer outra história que não fosse à repetição da inesquecível sensação de afundar.

- Bom-dia, Dona Lurdes! Como está?

- Bom-dia, rapaz. Estou daquele jeito, afundando.

- E a semana, como foi?

- Ah, a semana... é isso desse chão estranho, né? É triste não ter firmeza nas pernas, não conseguir andar direito.

- Triste, mas mesmo com essa dificuldade você tem conseguido vir todas as semanas.

- Mas com você é a primeira vez, né? Acho até bom, porque queria explicar uma coisa: tenho a sensação de que o chão é mole.

(...)

Além do chão mole, havia a sensação de fraqueza nas pernas e a tristeza. Esses eram os elementos para os quais voltávamos diversas vezes dentro de uma mesma sessão. Raríssimas vezes conseguíamos aprofundar-nos em alguns deles, pois o discurso retornava ao mesmo ponto. Entretanto havia uma intensidade afetiva no discurso que confirmava a percepção da paciente de que estava contando aquela breve história pela primeira vez. Suas repetições nunca surgiam como um discurso vazio, mecânico. Ao contrário, continham uma atualidade catártica evidente. A tristeza era quase palpável e revelava que aquilo que os ouvidos captavam como repetição era dito pela paciente como se seu interlocutor estivesse diante de uma revelação inédita.

Aos poucos foi consolidando-se a interpretação de que, para além do chão mole, da fraqueza e da tristeza, revelava-se um sentimento de esperança. Algo como uma crença na capacidade de que a escuta posta em atividade naquela relação pudesse desvendar esse enigma persistente e desprender-lhe da lembrança constante esse que era, para ela, o seu “único” estado.

Ao final da primeira sessão, Lurdes agradeceu a companhia e entregou algo que viera estimular as reflexões clínicas por toda a semana seguinte. A ideia de um companheiro remetia à representação de um alguém que transitava, que se movimentava com o outro, em estado de atenção e reconhecimento.

Talvez a sensação de imobilidade e fracasso experimentada pelo clínico, por meio da relação transferencial, dissesse respeito mais às próprias expectativas e desejos de competência especial, do que ao que Lurdes vivera naqueles momentos.

Em “*Recordar, Repetir e Elaborar*”, Freud (1914a) comenta que é necessário reconhecer que o paciente não tem acesso consciente ao material psíquico esquecido e reprimido, mas que o presentifica por meio da atuação. Não haveria, portanto, a narrativa de uma lembrança, mas a presença de uma atuação repetitiva e que ganha vida na transferência (p. 199).

A ideia de uma “lembrança atuante” descortinava a possibilidade de reconhecer a transferência como aquela que contava um segredo o qual permanecera longa data fora dos domínios da consciência, mas que se apresentava como algo que nunca pode desafixar pelo trabalho de elaboração – condição fundamental para o esquecimento.

Refletir sobre os sentimentos que proviriam da sensação do afundar, de caminhar sobre um chão lamacento e do fraquejar de pernas cansadas transformou-se no caminho percorrido em busca de uma alternativa àquilo que ela

dizia ter fracassado em todas as outras vezes: até aquele momento, todos os que a ouviram queixar-se não conseguiram atenuar seu desconforto. Ouvir, pura e simplesmente, seria em vão.

A tristeza era outro elemento fundamental e resgatava a importância do sorridente agradecimento pela companhia. Ter estado junto, sem a impaciência diante de suas repetições e sem olhá-la como confusamente inválida ou incapaz, poderia ter sido um elemento apaziguador da tristeza.

Esses foram os elementos-chave que fundamentaram a ideia de uma intervenção que fosse além da escuta e que pudesse expor uma compreensão a respeito do que estava sendo repetido e exclusivamente narrado por seu corpo.

Foi então que “oferecer-lhe o braço” nasceu como opção. Oferecer um apoio companheiro no qual ela pudesse confiar e do qual pudesse usufruir enquanto caminhava da sala de espera até o consultório e vice-versa seria um modo de comunicar-se para além da repetição do esquema queixa/escuta.

Ainda no texto de Freud (1914a) citado, há a seguinte afirmação:

No entanto, o principal meio de domar a compulsão de repetição do paciente e transformá-la num motivo para a recordação está no manejo da transferência. (p. 206)

Diante disso, a transferência pode ser pensada como o instrumento fundamental por meio do qual a memória encontra um espaço de apresentação tanto pela atuação como pelo trabalho psíquico de recordação.

Após meses de investimento no acompanhamento e num silêncio cuidadoso – tempo muitas vezes experimentado contratransferencialmente como angustiante e incerto de sucesso – surge um novo elemento. A repetição havia-se alimentado de uma outra percepção. Foi-me apresentada, assim, a “areia”.

A areia trazia muitas outras informações. Como na ampolheta, dizia respeito, também, à passagem do tempo. Lurdes dissera que, no decorrer da semana, havia visto areia em todos os cantos. Levantou até uma hipótese, comentando que, talvez, esse evento se desse por causa do glaucoma.

Fui surpreendido e dei-me conta do quanto estava despreparado para ouvir suas novidades. O não saber o que fazer ou dizer, demonstrava quanto a compulsão à repetição vivida na transferência havia aprisionado e inibido minhas capacidades diante da narrativa do novo. Recordei-me, nesse momento, que parte de mim havia desistido de qualquer progresso com Lurdes, mas que talvez minha moral banisse tal desesperança para fora da consciência e seu retorno inesperado assustou-me.

A areia por todos os lados era uma aflição. Lurdes ficava incomodada, reclamava e seu olhar pacífico tinha sumido. Reclamava de permanecer no consultório, perguntava insistentemente dos filhos e não aceitava mais meu braço enquanto caminhávamos do corredor de espera para a sala e vice-versa.

Com os anos de atendimento, e com os detalhes que vieram tanto dela quanto dos familiares que contribuíram com informações relevantes, foram contadas histórias sobre diversos tipos de areias que habitavam as lembranças de Lurdes.

O chão da casa na qual vivia com o marido era de areia batida, mas, mesmo assim, espalhava-se pelas paredes de madeira e pelos poucos móveis em seu interior. Era dentro dessa casa que as diversas agressões aconteciam. Por vezes, tinha de acompanhar o marido durante a noite para, longe da vizinhança, atravessando terrenos lamacentos, chegar ao local no qual apanharia sem que os sons pudessem chegar aos ouvidos dos vizinhos.

A chegada da areia poderia revelar a presentificação das agressões inesquecíveis. Talvez a transferência fosse o palco no qual o tempo de convívio com

o terapeuta – vivido como pacífico e acolhedor até então – encenasse o modelo de que, após um bom início, viria a violência.

O clínico tornara-se um “agressor”. Lurdes pedia que a porta ficasse aberta e certificava-se de que havia pessoas por perto. Parecia que seria uma questão de tempo até que aquele “outro” fechasse a porta e descarregasse nessa mulher sua violência.

Meses de silêncio e repetição não foram e não são vividos de forma serena. Antes da chegada da “areia”, havia um estado de irritação, cansaço e assombro pela ideia de que os atendimentos estavam sendo inúteis. Lurdes estava em contato com meu desconforto, tanto quanto eu com suas histórias sobre o chão que afundava. Um estava diante da possível repetição do outro e ambos afetados por essas vivências.

A hostilidade havia sido percebida por intermédio da transferência e mostrara-se um elemento importante na composição daquele cenário como a representação de que havia chegado o tempo do horror.

Após a surpresa diante do novo e da rearticulação associativa pertinente à posição clínica, a atenção flutuante pudera ser resgatada e um acolhimento amigável tornara-se a resposta para todos os pedidos de garantia que Lurdes solicitava. Qualquer coisa que servisse para lhe garantir segurança, ou quaisquer testemunhas a respeito da preservação de sua integridade dentro da relação, era feito. Ela queria a porta aberta, queria que o acompanhante entrasse no atendimento com ela, queria sair antes do fim da consulta e sempre teve a autonomia e o direito de exercitar sua capacidade de garantir a própria segurança.

A visão da areia por todos os lados trazia consigo diversas representações. Revelava que aquele ambiente era reconhecidamente percebido como um lugar de

agressão como a hipótese do glaucoma também apontava a fantasia sobre uma existência vulnerável.

Diante da vulnerabilidade, duas opções pareciam fundamentais: por um lado, a possibilidade de esconder-se e, por outro, a de desenvolver recursos defensivos contra a ameaça. Assim, dediquei-me a lhe oferecer ambas as opções.

Outra questão também relevante quanto à areia é a possibilidade de esta conter e narrar um desejo de vingar-se do agressor e a consequente autorrecriação do superego em virtude da execução desse ato.

Ao rodear o clínico de areia, ela o enterrava. O desejo de vingança assassina tornava-o morto e satisfazia suas exigências morais pagando seu crime com a própria morte. Éramos enterrados num curso frequente e necessário para que o trabalho psíquico de esquecimento pudesse ser estimulado. O processo de elaboração do luto surge como uma das condições fundamentais para que o esquecimento fosse possível e, à medida que este avança, um campo maior de possibilidades se apresenta.

Dentro deste percurso, Lurdes passara a presentear-me com frequência. Lá estava ela, no corredor de espera, sentada numa longa fileira de bancos com a bengala de um lado, um acompanhante de outro e, sobre suas pernas, uma sacola ou uma caixa embrulhada para presente.

Ela trazia o que chamava de “*lembrancinhas*”: caixa de bombons, pijama, doces e bolos que ela mesma preparava. Entrávamos na sala de atendimento, ela se sentava e começávamos a conversar. A lembrança era entregue durante a consulta, como se fosse parte da conversa. Ela não transformava aquela ação em algo especial; simplesmente esticava seus braços e empurrava o pacote em minha direção.

A ideia de entregar uma *lembrança* a alguém, além de seu aspecto figurado, ilumina uma série de hipóteses importantes. Essa “lembrança-presente” pôde-nos levar ao reconhecimento de um tempo atual, para o qual ela se preparava – o tempo de um encontro. Surge, também, como uma declaração de amor – como a confirmação a respeito da presença de Eros e do resgate da possibilidade de livre-associar. Esses objetos, em conjunto com sua vaidade sempre aparente e com os diversos lugares simbólicos que o clínico ocupava na transferência, consolidavam-se, também, como um convite para amá-la. Por vezes, a posição era materna; vinha visitar e presentear o filho que há muito não via. Em outras ocasiões, presenteava o “*Doutor*” [sic] cujo querer bem era nítido. Em todas elas, entretanto, condensava-se o amor ao homem.

Apesar da vaidade, quando lhe eram feitas perguntas sobre os seus amores, dizia que não queria nem pensar sobre o assunto. Completava, encabulada, dizendo que não tinha mais beleza nenhuma; que estava quase careca, era quase analfabeta e não tinha mais nada de feminino a oferecer a não ser a sua mão de obra – cozinhando. O “quase”, preso a cada adjetivo depreciativo, mostrava uma parcela de esperança em sua capacidade de sedução que não era claramente anunciada.

Havia, também, o temor. Lurdes não conheceu o pai, fora criada por um irmão pelo qual tinha um respeito aflito. Sempre que falava dele, apressava-se em dizer que havia sido um bom homem, correto e disciplinador. Ao entrar em contato com as memórias pertinentes a essa relação, brotavam sentimentos de ódio que tinham como consequência uma intervenção por parte do superego. Havia uma invasão de culpa – e posteriormente de reparação – estimulada ao perceber sentimentos hostis em relação ao irmão.

Entretanto o fato de ter passado treze anos num casamento repleto de agressões e sua resistência em voltar a morar com o irmão demonstram, também, que não o tinha completamente em boa conta.

Ambos, cada um a seu modo, ficaram registrados como homens violentos. Na fantasia infantil feminina, o pai que a abandonou/morreu também ganha um registro de agressor em virtude de sua ausência.

A respeito da feminilidade, Eliana dos Reis Calligaris (2006) aponta aspectos relevantes em seu livro *“Prostituição: o eterno feminino”*:

Se a última tentativa de relação com os homens, na vida de uma mulher, é o encontro com um sujeito violento, parece que essa mulher ainda não deixou espaçar da memória o pai feroz. Nesse caso, o encontro com o desejo masculino só pode levar essa mulher a lidar com seu corpo sob a forma de carne cruenta e profanada (é só para isso que ele me quer). (p. 47)

Aqueles objetos eram, também, uma forma de garantir que aquilo que se havia tornado uma relação de companhia amorosa pudesse ser mantida assim na medida em que a agressividade do clínico fosse aplacada por suas lembranças/presentes; por aquilo que ela achava que seu corpo ainda era capaz de comprar e produzir.

A repetição dessas entregas proporcionava a oportunidade de recebê-las de modos diferentes, o que produzia reações transferenciais diversas. Ao aceitá-los alegremente, era possível vislumbrar uma diminuição no estado de agitação da paciente durante a sessão e, segundo parentes, também por um tempo indeterminado ao longo da semana. Todas as vezes que se identificava essa espécie de apaziguamento, a paciente era comunicada. Em relação a tais observações, as respostas eram variadas:

- Você gostou, meu filho? Eu sei que você gosta desse doce.

Ou algo do tipo:

- Agora você não vai ficar com fome, trabalhando aqui o dia todo.

Certa vez, Lurdes estendeu os braços e empurrou algo embrulhado em minha direção. Naquele dia, em particular, o presente não se tornou foco de atenção – era como se não estive ali. A existência do presente havia sido ignorada sem que a posição de companhia acolhedora fosse alterada.

Nessa sessão, Lurdes falou pouco e observou muito. Apertava uma mão contra a outra, mexia na bengala, olhava-me parecendo irritada. Depois de alguns minutos, levantou assustada dizendo que sua filha não a estava mais esperando do lado de fora e que ela queria ir embora. Levantei, dei-lhe o braço e fomos até o corredor em que sua filha esperava. Ela quis ir embora, não cogitou a possibilidade de voltarmos para a sala e terminarmos a sessão. Despedi-me da mesma maneira carinhosa e voltei para a sala, completamente aflito. As incertezas intrínsecas a qualquer intervenção que saísse da intensa repetição, que se dava tanto no formato das sessões quanto na narrativa de Lurdes, não passavam despercebidas pelo meu corpo. Sentia-me culpado por tê-la feito algum mal e uma espécie de “aperto no peito” acompanhava-me durante várias horas. Por vezes a recordação da sessão invadia os meus pensamentos e, repetidamente, lembrava-me do ocorrido.

Esse estado de sofrimento diante da ruptura da repetição servia para elucidar o efeito perturbador diante das defesas do ego, observáveis em todos os pacientes

em processo demencial. A possibilidade de entrar em contato com o ineditismo do tempo presente mostrava-se aterrorizante. A recusa desse presente, vivida por meio de lembranças do passado, sustenta-se exatamente como uma defesa diante da ameaça de aniquilação do ego que é estimulada pela percepção do atual.

Tais percepções se devem a um leque extremamente amplo e particular a cada paciente, mas torna-se possível citar os afetos relacionados com o trabalho psíquico tido como envelhescência, como um elemento invariavelmente presente.

O contato com a natureza de um corpo que envelhece produz conflitos psíquicos intensos. O ego, influenciado pelas construções dos ideais, sofre com a percepção dos declínios típicos da senescência e compreende-os como sinais de aniquilação. O esforço contínuo de elaboração (neste caso, o trabalho de envelhescência), que visa ao reconhecimento dos ganhos envolvidos no processo de envelhecimento e o esforço em ajustar volição e fantasias de futuro às características desta etapa da vida, é de extrema importância, e seu maior ou menor sucesso influenciam a intensidade dos mecanismos de defesa utilizados pelo paciente.

Ao começar este capítulo, estabelecendo uma relação entre a teia da aranha e a memória, tinha-se por objetivo encerrá-lo do mesmo modo, com outra ilustração que desse margem para se pensar em alguns recursos utilizados pela natureza com o intuito de prolongar a vida.

A aranha, diante da catástrofe de perceber-se presa à própria teia, encontra como recurso o abandono da pata irremovível. Seria possível, desse modo, que o

humano também abrisse mão de parte de um todo, em função da preservação da vida? A impossibilidade de esquecer, e o sofrimento vinculado a esse estado de aprisionamento poderia levar o instinto de vida a optar pelo abandono da memória toda?

Freud (1901), ao escrever sobre o trabalho psíquico de esquecimento, faz a seguinte observação:

Assim, citarei alguns exemplos destacados de esquecimento, a maioria observada em mim mesmo. Faço uma distinção entre o esquecimento de impressões e experiências, ou seja, de um saber, e o esquecimento de intenções, ou seja, da omissão de um fazer. Posso antecipar o resultado uniforme de toda a série de observações: na totalidade dos casos, o esquecimento mostrou-se num motivo de desprazer. (p. 143)

Complementa-se, fazendo uso ainda do mesmo texto:

(...) Hoje em dia, talvez, o esquecimento se tenha tornado mais enigmático do que a lembrança, uma vez que o estudo dos sonhos e dos fenômenos patológicos nos ensinou que até mesmo algo que supúnhamos esquecido há muito tempo pode reassomar repentinamente na consciência. (p. 141)

Propõe-se, portanto, pensar a possibilidade de que alguns casos de processos demenciais revelem uma falha no trabalho psíquico de esquecimento. Assim, haveria como base etiológica um quadro no qual determinadas experiências fixariam aos seus traços mnêmicos um *quantum* de energia psíquica que os tornariam foco de atenção constante do ego. Assim, o fracasso apresentado pelo aparelho psíquico em promover uma descatexia relativa a tais representações poderia levar o ego a uma inibição associativa, tornando-o a morada exclusiva daquilo que não se tornara alvo do esquecimento. Nesses casos, assim como a natureza impele a aranha a abrir mão de uma parte de si, para garantir a

continuidade da vida, poderia o homem, ao não esquecer, vir a abrir mão do próprio sistema mnêmico como garantia de sobrevivência orgânica?

5.2 Consolação as pernas

As pernas, os braços, estão cheios de lembranças embotadas. Uma reminiscência nascida em meu braço me fizera procurar atrás de mim a campainha, como em meu quarto em Paris. E não a encontrando, chamara: “Albertine”, julgando minha amiga defunta deitada a meu lado, como fazia às vezes à noite, quando adormecíamos juntos (...) (PROUST, 1913-1927, p. 12)

Vimos que os primeiros encontros com Dona Lurdes eram preenchidos, fundamentalmente, por um longo silêncio. Sempre que era interrompido por alguma pergunta ou comentário, sobrevinham as queixas sobre a falta de firmeza nas pernas e a sensação de que o chão afundava. Os períodos de silêncio não eram entendidos como a simples ausência de som; havia neles uma textura que escapava à compreensão, mas que se impunha como algo a ser respeitado. Escrevendo sobre o caso, lembrando dele, aquela textura vai ganhando contornos mais claros e o silêncio, além de conter os fundamentos para o exercício da “companhia”, representava também, um espaço de “homenagem”.

Diversas vezes tentamos falar sobre a sensação das pernas, sobre a ideia de que pensariam que ela estaria alcoolizada por andar cambaleante e, também, sobre quando aquela sensação havia começado. Entretanto o ciclo novamente se impunha e tudo o que se dizia a respeito das pernas era a mesma repetição de que “o chão

simplesmente afundava”, de que tinha a “*sensação de que pisava em nuvens*” e do que iriam pensar a respeito de uma “*velha bêbada*” [sic].

Na época em que os atendimentos se desenrolavam submersos na dinâmica apresentada acima, sofri um acidente que culminou com uma lesão na articulação do joelho, o que me fez mancar por algumas semanas. Dona Lurdes percebera a mudança em meu caminhar e, apesar de demonstrar, com seu olhar, uma intensa curiosidade, não perguntou nada a respeito. Utilizar aquela situação peculiar como um recurso clínico, devido ao interesse que a cena despertava na paciente, poderia introduzir novos elementos na dinâmica transferencial até então estabelecida. Se toda vez que tentávamos conversar sobre sua história, caíamos nas “pernas”, inverter a equação parecia uma aposta interessante.

- *Boa-tarde, Lurdes. Como vai a senhora?*

- *Tudo bem.*

Lurdes sentou-se e colocou a bengala, como era hábito, apoiada na parede. Viemos juntos do corredor de espera até a sala de atendimentos e a sua atenção estava completamente voltada ao meu caminhar. Mais especificamente, a minha dificuldade em fazê-lo.

- *Como tem passado?*

- *Eu queria aproveitar essa consulta pra falar da minha perna. Não aguento mais, não tenho firmeza nenhuma nas pernas, parece que o chão está afundando e não consigo mais andar direito. Ninguém resolve isso...*

- *Como assim?*

- *O chão parece que afunda. Minhas pernas não têm firmeza...*

- *Sim, a senhora comentou, mas o que mais sobre isso?*

- *Isso? É isso...*

Diante desses impasses, o silêncio retornava e, com ele, a espera de que a paciente desse continuidade a sua narrativa, o que raríssimas vezes ocorria. Fiquei olhando-a por um tempo longo e, enquanto tentava prestar atenção nos seus traços, no que tudo aquilo me fazia pensar, sentia uma dor aguda, irritantemente persistente, que pulsava do meu joelho e viajava até meu rosto, criando, para além do que eu conseguia controlar, uma “careta” de dor. Naquele cenário havia, portanto, duas pernas em sofrimento. Lurdes falava de sua dor; eu não, mas ela se impunha em meu rosto, em minha dificuldade de encontrar uma posição menos incômoda e na de manter um raciocínio que coexistisse com a ferida do corpo.

- *Que estranho...*

- *Estranho? Só falta você dizer que não acredita! Fico indo de uma consulta pra outra. É exame pra cá, exame pra lá. Estou cansada.*

- *Lurdes, eu fico olhando para você, quando estamos em silêncio, e você parece calma, delicada, tenho a impressão de que até um pouco triste. Você me fala do incômodo das pernas e do chão que afunda, mas seus olhos ficam serenos,*

diferentes do habitual em alguém que está falando sobre uma dor ou um incômodo muito grande e constante.

- É isso mesmo... O chão afunda... Ninguém resolve nada e eu fico passando por um monte de médico que não resolve nada. Você não resolve nada.

- O que você gostaria que eu fizesse?

Lurdes ficou em silêncio e não parecia estar pensando em alguma resposta. O olhar era, novamente, contemplativo. Quase como se não tivesse levado em conta a pergunta feita. Na verdade aquele comentário continha, sim, uma resposta; por mais distante que a lógica permitisse aceitar. Entretanto a questão não está na lógica, mas numa qualidade de raciocínio que é clínico e, portanto, de natureza contemplativa por excelência. A dor, as repetições, os silêncios e a angústia de “*não resolver nada*” perturbavam esta posição. Era como se, ao estar diante de um conjunto tão grande de incômodos, o próprio ego perdesse gradativamente a condição de oferecer uma escuta acolhedora e, ao fazê-la, submetia-se aos efeitos da transferência, somando-a aos sofrimentos já citados. O corpo do clínico impunha-se como um dos limites para o debruçar-se sobre o paciente. A resposta, de qualquer modo, havia sido dada: quero que você contemple! Durante as sessões anteriores, conseguira preservar uma cuidadosa atenção referente às imagens mentais que se formavam com a relação transferencial, acompanhadas por um conjunto de pensamentos e sensações. Escutava atentamente e procurava manter o trabalho de atenção flutuante ao máximo. Naquele dia, entretanto, esse modo de trabalhar não seria possível. Se a contemplação fosse proposta, seria imprescindível que fizéssemos esse trabalho tendo um alvo em comum, e, naquela ocasião especificamente, a corporeidade impunha-se para ambos.

- Lurdes, vou te contar a história da minha perna. Quer ouvir?

-Por favor... (meneou a cabeça e abriu um sorriso acolhedor, solidário).

- Essa minha perna tem muitas histórias. Ela já correu muito, chutou muita bola, pulou, brincou... Eu sou destro, então, esta perna aqui é uma parceira importante. Meu joelho levou uma pancada, há uns 15 dias, e sofreu um trauma nos ligamentos... isso quer dizer que, por alguns meses, vou ter que conviver com momentos de dor e talvez tenha que fazer uma cirurgia para resolver. Ela não me parece gostar muito da ideia, deve ter medo, porque está se esforçando para vencer essa dor com muita fisioterapia e medicação.

- Que mais?

- Pensar o quanto essa perna correu pelas ruas lá do bairro me traz uma sensação gostosa, são lembranças agradáveis. Agora, parando para falar dela e com a dor que estou sentindo, recordo de uma outra vez em que ela se machucou. Eu era pequeno e estava de férias na praia. Entrei correndo na casa e o chão estava molhado porque estavam fazendo uma faxina por lá. Eu escorreguei e bati esse mesmo joelho na quina da porta! Abriu um machucado enorme, fizeram um curativo que se chamava “ponto falso” e tive que ficar de molho um tempão. Chorei um bocado! Eu devo ter ficado triste por não ter entrado no mar até melhorar...

- Você chora?

- Sim...

- E você pode?

- E por que não poderia?

- Não reclamam de você ficar chorando?

- Não fico chorando em todos os lugares nem diante de qualquer pessoa... Eu escolho, quando é possível, as pessoas pras quais eu mostro o meu sofrimento. E você, Lurdes, você chora?

- Não choro. Meu problema mesmo é a perna que fica afundando.

- Lurdes, me conta, então, a história da sua perna?

- Ela afunda!

- Eu sei! (respondi rindo). Queria que você contasse a história de vida das suas pernas, por onde elas já passaram, o que viveram, o que carregaram, o que perderam e o que ganharam. Entende?

- Entendo... Eu ando pelo meu quintal, gosto das minhas plantas! Antes, quando eu tinha mais força nas pernas, eu regava todas as minhas flores, cuidava de todos os vasos. Eu tenho uma flor que se chama “brinco de princesa” e ela é linda. Cresceu numa parte do quintal que não bate sol direto e ficou enorme. Tenho umas samambaias também, já faz anos. Gosto de lavar o quintal, cuidar da minha casa. Eu gostava de andar na terra quando eu era menina. Gostava da sensação de pisar na grama lá da casa do meu irmão. Eu já andei muito, sabia? Essa perna caminhou muito atrás dos meus filhos. Fui fazer visita, fui levar comida pra eles... Andei atrás de escola e andei pra limpar a casa dos outros. Eu trabalhei muito nessa vida e sempre, graças a Deus, pra gente de bom coração. Eu gosto de ficar de pé na cozinha e andar de lá pra cá. Gosto de fazer feijão. Minha cozinha é pequena e dou um passo pra lá, abro a geladeira, dou um passo pra cá e já estou na frente do fogão! Essa perna já andou muito também. Eu tenho muitos amigos que fiz nesses anos todos e, de vez em quando, eles aparecem em casa pra almoçar. Gostam muito da minha comida, sabe? Eu sempre deixo eles levarem um pouco para quem não pode vir porque não gosto que fiquem passando vontade! Teve uma vez que

essa perna machucou, quebrou. Era um final de semana e eu tive uma crise de labirintite à noite. Aí, quando eu fui levantar, a casa girou e eu caí de mau jeito. A vizinha me ouviu pedindo socorro e ligou pro meu antigo patrão. Ele me levou pro hospital e botaram gesso na minha perna! Ah, viu? Fiquei de bengala! Foi minha primeira bengala e agora eu não fico mais sem... A perna não está mais quebrada, mas ela ainda afunda e a bengala ficou pra sempre. O gesso é muito chato, incomoda né? Atrapalha as coisas... Eu ia fazer almoço num domingo daqueles, porque meu filho vinha almoçar quase todo domingo e ele amava feijão. Ele vinha com um amigo meu e eu tava com a perna quebrada; foi difícil cozinhar naquele dia. Doía ficar forçando e meus amigos brigavam comigo porque eu não conseguia ficar muito tempo parada. Eu dou risada porque tem coisas que a gente lembra e que faz bem... Meu filho não chegou, chegou só o meu amigo. Ele entrou em casa com uma cara horrível. Achei que ele ia brigar comigo, reclamar que não era pra ter almoço se eu estava com dor na perna, mas não era isso. Era que tinham matado meu filho! Tinham matado meu filho... Tinham matado meu filho... Tinham matado meu filho... Tinham matado meu filho...

- Eu sinto muito... Sinto muito.

- Mesmo?

- Sim.

- Me contaram que ele estava no bar e passou um homem que matou meu filho com um monte de facada nas costas. Falaram que ele ficou deitado lá na calçada... A polícia veio falar comigo, em casa, mas disseram que era melhor deixar pra lá, que ia ser difícil resolver isso porque ninguém tinha pista dos motivos e do que é que tinha acontecido.

- Não fizeram nada?

- Ninguém faz nada!

- Eu não acho. Além das que não fazem nada, algumas pessoas fazem menos do que podem, outras fazem o que está ao alcance.

- Eu não fui no velório dele. Não vi o enterro...

- Por quê?

- Minha perna doía, não conseguia andar muito com aquela coisa me incomodando. Não quis ir. Não aguentava ir... Não fui.

- Eu entendo. Às vezes não dá...

- Eu deveria ter ido?

- Você acha que sim?

- Eu queria ter visto meu filho, queria ter ficado perto dele...

- Eu sinto muito. Perder um filho, desse jeito, a dor deve ser imensa.

- Eu não fui ao velório... Eu não vi enterrarem o meu filho...

- Às vezes a dor não deixa...

- Foi minha culpa?

- Como assim?

- Meu marido falou que ia atrás de mim. Falou que iria me encontrar. Será que ele matou meu filho porque não me encontrou? Será que é porque eu fugi que isso aconteceu com ele?

- Não acho, Lurdes. Naquela época seus filhos eram todos muito novos e, de uma forma ou de outra, sobreviveram. Encontraram seus caminhos e todos viraram adultos. Todos conseguiram cuidar de si, não foi? O que aconteceu com seu filho não é responsabilidade sua; ele não era mais uma criança. Pelo que você diz, você fez o melhor que pôde, tudo o que estava ao seu alcance.

- É, dói muito. Dói aqui no peito, aqui na cabeça...

Ficamos ali, um longo tempo, velando aquelas lembranças. Lurdes tirou os óculos e colocou-os sobre a mesa. Passou as mãos no rosto e, para sua surpresa, descobriu que as lágrimas tinham reencontrado o caminho dos olhos.

Ao ser invadido por um incômodo doloroso, a atenção flutuante falhava em manter-se dirigida à Lurdes e o único objeto de investimento naquele momento era a própria corporeidade do ego. A posição clínica que vinha sendo mantida até então tornara-se insuportável, impossível de ser oferecida com qualidade. Ganhavam vida diversos pensamentos que tinham por objetivo adequar a possibilidade de escuta diante daquela peculiar situação e, com isso, poder transitar por singulares posições psicoterapêuticas, configurando-as como um recurso a favor daquilo que Pierre Fédida (1988) definiu como terapia:

O médico está constantemente na relação com o amor porque as doenças físicas em sua evolução se apresentam como paixões amorosas. O médico cuida de Eros doente. Terapéia em grego é o cuidado exercido sobre Eros doente. O médico deve restabelecer o equilíbrio do corpo para que Eros doente pelo excesso de amor seja liberado desse excesso pelo amor que lhe traz o médico. Amor de médico é amor justo: estabelece uma contrapartida, um novo equilíbrio com a parte doente de Eros. (p. 28)

Paulo José Carvalho da Silva (dez./2007) recupera, num de seus textos, a “*tradição da consolação*” e aponta-a como um dos tratamentos psicológicos mais antigos de que se tem conhecimento (p. 696). A consolação pode ser concebida, portanto, como uma posição diante do sofrimento do outro e que tem sua eficácia assegurada justamente na autobiografia do clínico. É a narrativa do confronto com a

dor e de sua superação, no lugar da escuta dessa, que confere ao discurso consolatório a sua viabilidade. Ou melhor, é a apresentação dos caminhos adotados pelo consolador a respeito de sua própria experiência com determinado *pathos*, que oferece ao consolado a possibilidade de identificar-se com esse outro que se torna ideal e, assim, investir em sua própria recuperação.

Lurdes estava acostumada com o silêncio. Apesar de sua rotina ser recheada de consultas médicas, era sempre sua acompanhante quem se responsabilizava por apresentar a história de sofrimento que levava a paciente até ali. Se lhe faltavam situações nas quais pudesse ser porta-voz de sua própria biografia, sobrevinha a ideia de que lhe faltavam, também, espaços nos quais pudesse ouvir novas histórias. Em virtude da dinâmica relacional que compunha o ambiente de Lurdes, é possível supor que muito tempo se havia passado desde que alguém contara a ela alguma história. Essa ideia sustenta-se, também, no encanto que ela demonstrara quando lhe perguntaram se gostaria de saber o que se passava com aquele “outro” que lhe fazia companhia. Era como se naquele momento, transferencialmente, pudesse saber mais daqueles com quem se encontrava e de quem sabia tão pouco. Lurdes já havia deslocado o clínico de sua identidade original, concebendo-o como um de seus filhos, diversas vezes para exprimir tanto seu ódio e sua saudade, quanto seu amor e sentimentos de culpa. Era ela quem ia em direção aos filhos ou quem os esperava chegar, sempre num ciclo obsessivo de oferecer aquilo por que se sentia culpada por não ter feito antes e impedida de esperar algo em troca por parte desses. Eles chegavam vazios e ela dedicava-se a preenchê-los com seus pedidos de perdão e seus presentes, independentemente da certeza de que tê-los abandonados tornava o laço de amor entre eles algo inacessível.

Ao escutar a história da dor, não no sentido descritivo dos sintomas, mas pela riqueza de uma narrativa que apresentava a biografia de uma perna que trilhou caminhos pela vida e que conservava um saber a respeito de todo o corpo, tornou-se acessível à Lurdes a experiência da troca. A posição clínica não se configurava ali como a existência de um vazio, a ser preenchido por aquilo que ela tinha a dizer, fazer ou entregar. Lurdes estava ali, naquele instante, para receber, para saber algo a respeito de alguém. Essa cena, que se apoia naquilo que se localizava na perna, abre espaço para, transferencialmente, Lurdes experimentar um encontro no qual escuta do outro aquilo que ele sente e lhe oferece espaço para que lhe pergunte sobre. A mudança de posição por parte do clínico ofereceu a ela a possibilidade de, também, experimentar outra forma de relação. Ali, ela teria acesso ao que se passava no outro. Iria conhecer quais marcas fizeram parte daquela biografia e de que modo foram superadas. Saberaria quais sentimentos estariam associados àquelas lembranças e, por fim, tudo aquilo que na relação com os filhos não fôra possível conversar, perguntar, saber. O fato de termos como tema inicial um assunto em comum, no caso, as pernas, foi de extrema importância, pois contribuiu para que aquilo que estava sendo contado fosse experimentado como uma história que lhe remetia a uma certa “familiaridade”, que nos colocava como personagens de um mesmo conto, de um encontro por excelência.

A dor da perna foi o caminho pelo qual o discurso consolatório iniciou sua presença. Entretanto foi na possibilidade de chorar e recuperar aquilo que havia sido esquecido, que sua eficácia se apresentou. As lembranças relacionadas com o assassinato do filho estavam fora de acesso à consciência, defensivamente afastadas pela presença obsessiva de pensamentos atrelados às sensações corporais das quais se queixava repetidamente.

Esquecer-se de algo é ter realizado um trabalho inconsciente, porém seletivo, de descatexia. Esse trabalho tem por base, por alicerce, o desenvolvimento de recursos do ego para a realização do luto. Este se apresenta como o labor de “abrir mão”, de separar-se do objeto e permitir que outras relações ocupem aquele espaço, aquele *quantum* de energia psíquica que a ele era dirigido. Esquecer é, portanto, pôr fim a uma existência.

Assim, tornar um objeto inexistente demanda não só uma “autorização” do superego – à medida que entra em jogo a intensidade da ambivalência própria da relação objetal – como também o reconhecimento por parte do ego de que este é capaz de manter-se preservado após o desaparecimento do objeto-alvo do esquecimento.

Intrapsiquicamente, poder matar é necessário para que novas vidas, novas ligações, ganhem espaço. Um superego muito rígido pode apresentar grande dificuldade em autorizar essa quebra de ligação e pode, quando impelido a fazê-la, descarregar no ego uma intensa sensação de culpa.

No caso de Lurdes é possível notar a existência de uma inibição de pensamento em virtude da imposição constante desse corpo tomado pelo *pathos*. Observamos, portanto, que em algumas situações o esforço para esquecer pode gerar formações reativas que se expressem tanto por pensamentos obsessivos quanto por alterações sensoperceptivas de caráter repetitivo. Nesta situação clínica, em especial, o pensamento obsessivo a respeito da sensação corporal ocupa na mente o lugar das lembranças. Sem acesso às imagens-mnêmicas com as quais possam associar-se, essas lembranças fixam-se nas pernas e revelam aquilo que escapa do esquecimento. O ego perde acesso consciente àquilo que não suporta lembrar diretamente e sobra para a sua natureza corporal a manutenção do elo com

o objeto perdido e inelutável. Desse modo, as sensações físicas das quais Lurdes se queixa remetem-na à experiência de estar com a perna quebrada no momento em que recebe a notícia a respeito do filho. Essa cena passa a ser obsessivamente experimentada, o que, de certo modo, serve para preservar o objeto vivo por meio da memória corporal (ou seja, do não esquecimento) e que, posteriormente, serve de substrato para conversões somáticas pelas quais se condensam à memória corporal, reminiscências.

O uso da consolação como recurso clínico foi possível pelo fato de que a relação transferencial já estava presente – em algumas situações até de forma maciça – e sua existência foi a via fundamental para que a alteração temporária de posição não comprometesse a relação terapêutica. Ocorreu o estímulo autobiográfico em direção àquela energia psíquica que, no lugar do acesso à memória-imagem, encontrava-se fixa na compulsão à repetição de uma memória que, em virtude das resistências que impediam sua associação às representações imagéticas pertinentes, emergia de modo puramente corporal.

Retomem-se os textos a respeito da mnemotécnica para apoiarmos a construção metapsicológica a respeito da desconstrução da lembrança. Recordar-se de algo envolvia o resgate de certo número de imagens-mnêmicas associadas a afetos, que seriam temporariamente investidos pela atenção para que tivessem acesso à consciência do tempo presente. Desse modo, as técnicas mnemônicas salientavam a importância de se formar um “lugar” psíquico – bem iluminado, bem delimitado, limpo – no qual seria posta uma imagem capaz de despertar um afeto

suficientemente atraente, marcante, com o intuito de facilitar a recordação da imagem na qual estaria condensada uma série de informações pertinentes.

Torna-se possível pensar, portanto, que o trabalho psíquico de expulsão, de destruição de uma recordação, poderia começar pela interrupção da catexia dirigida a essa imagem, o que tornaria possível a sua remoção desse lugar favorecedor do acesso à consciência e, por fim, devolvê-la ao nada iluminado, ao nada delimitado, ao nada limpo, corpo. Esse retorno às vísceras teria por objetivo a aposta de que, por meio de descargas motoras, a tensão seria eliminada e, com ela, os últimos resquícios de um registro mnêmico. Ocorreria, assim, o trabalho inverso ao da memorização. Entretanto, o retorno ao corpo desse *pathos* privado do acesso a imagens-mnêmicas também não se daria sem uma dose de desconforto. A dinâmica prazer/desprazer norteia a economia dos investimentos psíquicos e mantém sob a avaliação constante o resultado desse trabalho de desfiguração da memória. Por esse motivo, dependendo do grau de tensão ao qual o corpo é submetido, ocorre a tentativa do próprio aparelho psíquico de reassociar o afeto a determinadas representações alternativas, que não ponham em risco a tentativa de esquecimento, mas que, ainda assim, obtenham sucesso em diminuir a excitação do corpo – o que, em muitos casos, se dá pela formação de compromisso que formata os sintomas.

Assim, o trabalho de rememoração a partir do corpo, ou melhor, das pernas – amparado pela existência da transferência – ofereceu a possibilidade de reassociar ao sofrimento corporal uma série de imagens que compuseram a narrativa de lembranças. Defrontamo-nos com o assassinato do filho, com a não ida ao velório e ao enterro, com sentimentos de culpa tanto por não tê-lo encontrado quanto por haver-se distanciado dos filhos enquanto ainda eram crianças e de sua sensação de responsabilidade por tê-los deixado expostos e vulneráveis ao mal.

A presença consciente da lembrança permite-nos falar sobre a morte, sobre a perda do objeto que é agora resgatado do passado e reencontrado temporariamente no tempo presente. O olhar de Lurdes, interpretado no início como revelador de uma “homenagem”, passa a ser reconhecido como o olhar de quem opera um trabalho de luto – o olhar de quem vela. Trazer tais lembranças ao discurso desonera, em parte, o corpo; já que este deixa de ser o único portador do saber, bem como aquele que repetidamente mantém o filho vivo pela presentificação obsessiva compulsiva de sua sensorialidade.

Naquele momento, a posição consolatória segue o mesmo caminho e dirige-se das pernas ao esboço de um trabalho de luto: velamos juntos, pela transferência, o filho morto e contemplamos uma série de sentimentos e pensamentos que dessa cena emergiram. O que era perna vai ganhando complexidade e integrando-se ao restante do corpo; pudemos, assim, falar sobre o choro. O enriquecimento da memória corporal em direção à lembrança e desta para o trabalho de luto pelo objeto perdido é justamente aquilo que possibilita o trabalho de esquecimento. Freud (1915b) aponta que a conclusão do trabalho de luto é a retomada, pelo ego, de sua condição de liberdade e desinibição, o que favoreceria a ligação da energia psíquica a novos objetos. Assim, à medida que o ego é fundamentalmente corporal, as pernas também tenderiam a retomar sua força e voltar a pisar um solo firme – o que só é possível graças a nossa capacidade de esquecer – e seguir os caminhos da vida. Paul Ricoeur (2007) traz uma frase belíssima a esse respeito: *“O trabalho de luto é o custo do trabalho da lembrança, mas o trabalho da lembrança é o benefício do trabalho do luto.”* (p. 86).

Na semana seguinte ao atendimento apresentado, as queixas retornaram e as pernas de Lurdes voltaram a se lembrar daquilo que não pôde ser esquecido. O

chão de Lurdes voltara a perder a solidez e o olhar de quem vela deixara, novamente, de contar com as lágrimas. O processo demencial talvez tenha contribuído para o retorno aparentemente completo do quadro que Lurdes apresentara antes da sessão; entretanto a lembrança estava lá, não só nas pernas dela, mas, agora, também, no acervo mnêmico do clínico e, desse modo, pudemos trilhar diversas outras vezes o caminho que nos levava ao cemitério; velando e lembrando muitas vezes aquele apanhado de histórias.

PARTE III

6 O DECLÍNIO DA REPRESSÃO

Os encontros e os desencontros entre a atemporalidade do material inconsciente com a temporalidade da matéria-corpo afetam diretamente a construção e a manutenção do ideal ao qual o ego se submete. Tal movimento de aproximação e de distanciamento ocorre durante toda a vida e estará, de forma mais ou menos intensa, presente em todos os processos do aparelho psíquico.

Ao se falar sobre o ideal do ego, ou superego, refere-se à concepção apresentada por Freud (1923) da seguinte maneira:

(...) O superego deve sua posição especial no ego, ou em relação ao ego, a um fator que deve ser considerado sob dois aspectos: por um lado, ele foi a primeira identificação, uma identificação que se efetuou enquanto o ego ainda era fraco; por outro, é o herdeiro do complexo de Édipo e, assim, introduziu os objetos mais significativos no ego. (p. 61)

Portanto o peculiar (des)encontro entre ego e ideal de ego deixa de ser uma característica exclusiva da envelhescência e apresenta-se como um acontecimento persistente no aparelho psíquico. O que torna a envelhescência um trabalho de elaboração destacado é que justamente na etapa senil da vida o corpo entra em absoluto conflito com sua configuração inicial, proveniente das experiências que caracterizam o narcisismo primário. Ao tornar-se senil, o corpo impõe-se não apenas limitado, mas também finito.

O impacto proveniente da imposição do corpo finito na dinâmica dos investimentos libidinais intensifica sobremaneira os conflitos entre o ego e seu ideal.

Nesse contexto, à medida que o trabalho de repressão é dependente da formação do ideal, uma perturbação tão intensa quanto a experimentada durante a velhice acarreta consequências em sua eficácia.

(...) A repressão, como dissemos, provém do ego; poderemos dizer com maior exatidão que provém do amor-próprio do ego. As mesmas impressões, experiências, impulsos e desejos aos quais um homem se entrega, ou que pelo menos elabora conscientemente, serão rejeitados com a maior indignação por outro, ou mesmo abafados antes que entrem na consciência. A diferença entre os dois, que encerra o fator condicionante da repressão, pode ser facilmente expressa em termos que permitem que ela seja explicada pela teoria da libido. Podemos dizer que o primeiro homem fixou um ideal em si mesmo, pelo qual mede seu ego real, ao passo que o outro não formou qualquer ideal desse tipo. Para o ego, a formação de um ideal seria o fator condicionante da repressão. (FREUD, 1915a, p. 100)

Assim, em virtude do estado de perturbação no qual está o ideal, ocorre um florescimento do material reprimido que força sua entrada na consciência. A suspensão de certo grau de eficácia do mecanismo de repressão, somada ao elevado estado de excitação proveniente das catexias dirigidas a tais representações, impulsionam o aparelho psíquico a encontrar outros métodos defensivos por parte do ego. Uma das soluções possíveis é a inserção do trabalho onírico na lacuna formada pela excessiva instabilidade do mecanismo de repressão. Reconhecemos que um aspecto fundamental para a formação do sonho reside na inversão da libido – que se distancia do mundo externo indo em direção ao polo perceptivo. Tal mudança na direção das catexias ocorre sob uma condição privilegiada que é atingida durante o sono. As luzes se apagam, os barulhos diminuem, o corpo é posto em estado de repouso – inibindo atividades motoras mais intensas – e, assim, o trabalho de formação dos sonhos encontra as condições propícias para entrar em funcionamento.

Durante o isolamento da pessoa em estado de sono, também se efetua uma modificação na distribuição de sua energia psíquica; uma parte do dispêndio em repressão, que normalmente é exigido a fim de submeter o inconsciente, pode ser economizada, pois se o inconsciente faz uso de sua relativa liberação para propósitos ativos, encontra fechada a via que conduz à motilidade, e o único caminho aberto é um caminho inofensivo que leva à satisfação alucinatória. (FREUD, 1932, p. 25)

A interrupção da atividade motora é a garantia de que os desejos encenados nos sonhos permanecerão como tal – sem acesso ao mundo externo. O ego não aceita correr o risco de pôr em ação física aquilo que, mesmo sob o efeito da censura onírica, converteu-se em material consciente.

A sintomatologia alucinatória e delirante, presente em grande parte dos processos demenciais, apresenta semelhanças e diferenças relevantes quanto ao trabalho psíquico presente nos sonhos. Pode-se traçar um paralelo entre “os restos diurnos”, que servirão de material para a formação do sonho, com algo a ser chamado de “restos biográficos”. Essa separação ocorre para ajudar a distinguir aquilo que se apresenta como uma marca do dia que antecede o sonho, daquilo que emerge de um tempo passado mais amplo e que se revela na narrativa da lembrança. No sonho, os restos diurnos serão utilizados sob a forma de representações para que o impulso inconsciente possa ter, por meio deles, acesso disfarçado – em virtude da censura – à consciência. No processo demencial os restos biográficos estarão presentes, sob a forma de marcas mnêmicas, investidos em consequência da ruptura do ego com o tempo presente. Ou seja, o material apresentado nas lembranças alucinadas advém como representações substitutivas para uma realidade insuportável e contém, em si, a imagem de um tempo que não remete ao diurno, mas a um passado no qual o ego era identificado como uma instância capaz de solucionar de maneira satisfatória seus conflitos.

No que diz respeito ao tema da atividade motora nos sonhos e nas demências, defronta-se com dinâmicas psíquicas que se articulam de modos distintos. Durante a atividade onírica, a motricidade está desinvestida. Para que o sonho transcorra de maneira que seja o guardião do sono e, concomitantemente, tenha a possibilidade de satisfazer parcialmente seus desejos reprimidos, a censura onírica exige que o vivido no estado de sono esteja impedido de ser posto em prática durante a vigília. As consequências psíquicas da realização do desejo na vida diurna produziram uma quantidade de desprazer maior do que sua gratificação; portanto é de fundamental importância para a formação dos sonhos que a condição de satisfação ocorra com a segurança de que durante aquele período o ego não está interagindo com o mundo diurno – regido pelo princípio de realidade.

No caso dos processos demenciais, para que o ego encontre satisfação, a atividade motora deverá estar presente. É também por meio das sensações desse corpo em movimento e, portanto, da execução física do desejo, que o ego será remetido à re-vivência de um poder que sente cada vez mais como perdido na proporção em que o princípio de realidade se presentifica. Para que o ego possa atuar em direção à execução do desejo sem que o conflito oriundo dessa situação se mostre mais nocivo do que sua gratificação direta, a realidade precisará ser ajustada. É justamente nesse ponto que a lembrança produz uma alteração direta na memória. O tempo do paciente demenciado é o passado, é por meio dele que o presente é reconhecido e identificado. Os registros de memória não conferem aos objetos com os quais está em contato, uma identidade atual, mas os re-significa para transformar a lembrança em acontecimento atual.

Ao percebermos a importância da atividade motora, como requisito fundamental para a satisfação dos desejos encenados por meio das lembranças,

somos obrigados a refletir de modo mais preciso a respeito da dinâmica psíquica na qual o ego está inserto.

Num processo saudável de envelhecimento, o ego é posto em constante trabalho de adaptação – o que pressupõe certo grau de elaboração – e com sucesso encontra novas possibilidades e novos objetos por meio dos quais obterá satisfações parciais.

A senescência depende, intimamente, da manutenção eficiente do trabalho de envelhescência, muito bem descrito por Berlinck (2000) da seguinte forma:

O que estou propondo, então, é que a envelhescência é uma recriação do eu diante das exigências pulsionais e as novas exigências do corpo que se aproxima da morte. Dadas as funções que o eu desempenha no psiquismo humano – a função sintética e a função administrativa –, ele é uma verdadeira criação cotidiana e é solicitado a constantes rearranjos diante da dinâmica realidade. Um eu rígido, que não responde com criatividade as exigências internas e externas que lhes são feitas, corre o grave risco de rotinizar o cotidiano, podendo acabar como um simples instrumento enfraquecido e estereotipado. A envelhescência é uma boa oportunidade para a flexibilização do eu e, portanto, para a saúde mental do sujeito. (p. 197)

No caso dos processos demenciais, ocorre uma falha na capacidade adaptativa e, com isso, a dinâmica de investimento libidinal dirigida ao ego sofre alterações significativas.

Apontava-se que, em virtude da perturbação na relação entre o ego e seu ideal, o primeiro deixaria de apresentar-se como alvo de investimento narcísico, pois se tornara a antítese do que era dele esperado. À medida que o ego corporifica limitações e inscreve a natureza finita da vida como uma realidade, brotariam formações de compromisso que trariam como consequência o abandono da instância psíquica de modo gradual, mas severo. Ocorre que, se o ego deixasse completamente de ser alvo de investimento, a atividade motora sofreria um declínio

em sua função de concretizar no mundo aquilo que se apresenta no aparelho psíquico em forma de desejo e o processo demencial seria visto como um fenômeno no qual a motricidade não seria um elemento fundamental. Para que a lembrança alucinada produza o prazer desejado e fortaleça a convicção de que o ego foi bem-sucedido em resgatar uma identidade compatível com as exigências do ideal, a descarga motora é imprescindível. Afirmar um progressivo desinvestimento do ego torna-se, portanto, incompatível com a essencial manutenção da função motora nesse quadro psicopatológico.

Freud (1923), em seu artigo "*O ego e o id*", define a instância da seguinte forma:

Formamos a idéia de que em cada indivíduo existe uma organização coerente de processos mentais e chamamos a isso o seu ego. É a esse ego que a consciência se acha ligada: o ego controla as abordagens à motilidade – isto é, à descarga de excitações para o mundo externo. Ele é a instância mental que supervisiona todos os seus próprios processos constituintes e que vai dormir à noite, embora ainda exerça a censura sobre os sonhos. Desse ego procedem também as repressões, por meio das quais procura-se excluir certas tendências da mente, não simplesmente da consciência, mas também de outras formas de capacidade e atividade. (p. 30)

Conclui-se que não é o ego, em sua completude, o abandonado pela libido. Para além da questão do controle motor, a carga de investimento que o ego recebe está, também, a serviço da censura atuante sobre o material reprimido que busca tornar-se consciente em forma de lembrança. Propõe-se, portanto, que a função psíquica que sofre uma alteração na dinâmica de investimento é justamente aquela que sintetiza a identidade do ego – e seria responsável não apenas pelo reconhecimento de sua identidade subjetiva e social inseridas no tempo e no espaço, mas também pela própria percepção e relação erótica com o corpo.

Assim, a libido que se desprende dos objetos externos – prejudicando, portanto, a função sintética que alicerça a identidade do ego – retorna ao aparelho psíquico e lá será redistribuída. Uma parte será dirigida ao material reprimido – que forçará sua entrada na consciência e outra parcela deverá garantir a manutenção de algumas funções defensivas do ego, que visam, como na elaboração onírica, garantir certo grau de censura às representações reprimidas. A função de reconhecimento mnêmico, tanto de si (corpórea e subjetiva) e do outro, quanto daquilo que caracteriza o tempo presente compartilhado, é interrompida em virtude do desprazer produzido pelo reconhecimento do quão distante o ego se encontra do ideal. Este, que havia sido constituído primariamente com base nas experiências vividas durante o narcisismo primário, passa a ser o responsável por reconstituir, por meio de alucinações de desejos em forma de lembranças, uma identidade para o ego que seja mais compatível com suas exigências de infinitude.

Para que essa operação seja bem-sucedida, alterações da sensopercepção são tão fundamentais quanto a manutenção da atividade motora. É o encontro desses dois elementos que consolidam e dão forma a um novo tempo, o tempo do ideal do ego, que precisará se impor ao sistema perceptivo para que a recusa da realidade ocorra de maneira satisfatória e possa, ao mesmo tempo, ser reconstituída de modo menos catastrófico.

Pensamos nos resíduos mnêmicos como se estivessem contidos em sistemas que são diretamente adjacentes ao sistema Pcpt.-Cs., de maneira que as catexias desses resíduos podem facilmente estender-se, de dentro, para os elementos do último sistema. Imediatamente pensamos aqui nas alucinações, e no fato de que a mais vívida lembrança é sempre distinguível, tanto de uma alucinação quanto de uma percepção externa; mas também nos ocorre em seguida que, quando uma lembrança é revivida, a catexia permanece no sistema mnêmico, enquanto que uma alucinação, que não é distinguível de uma percepção, pode surgir quando a catexia

não se estende simplesmente do traço mnêmico para o elemento Pcpt., mas se transfere inteiramente para ele. (FREUD, 1923, p. 34)

Defronta-se, desse modo, com um cenário no qual surgem investimentos libidinais que têm como alvo um conjunto de traços mnêmicos; em virtude de sua intensidade e de seu objetivo, atingem inteiramente o sistema perceptivo e, assim, tornam-se uma revivência alucinatória da lembrança. As representações psíquicas projetadas no mundo externo, que passam a constituir a realidade temporal com a qual o ego irá relacionar-se, têm por característica se apresentarem sob a forma de imagem.

Freud (1923) aponta que:

(...) Pensar em figuras, portanto, é apenas uma forma muito incompleta de tornar-se consciente. De certa maneira, também, ela se situa mais perto dos processos inconscientes do que o pensar em palavras, sendo inquestionavelmente mais antiga que o último, tanto ontogenética quanto filogeneticamente. (p. 35)

O fato de estar-se lidando com um material psíquico – até então sob o efeito da repressão que, em virtude da perturbação do ideal, torna-se passível de uma qualidade de investimento que o transmuta de traço mnêmico para um tipo de ocorrência que ativa o sistema perceptivo, passando a ser percebido como componente genuíno do tempo real – faz com que se torne plausível que esse trabalho psíquico ocorra por meio de imagens.

No caso de Pierre, por exemplo, a poltrona, o banco, o quarto, o quintal não eram reconhecidos mnemicamente com suas atuais características. Imagens de outro tempo passavam a significar aquele ambiente no qual estava inserto, ou, em suas palavras, preso. Imagens mnêmicas contextualizavam sua narrativa e formatavam relações objetais que não eram compatíveis com o espaço no qual

estava. Mas aquilo que era narrado apresentava uma realidade composta por elementos que pertenciam e reforçavam a veracidade de um cenário colorido por lembranças. O desejo vivido e narrado por Pierre não se referia apenas ao retorno de Elisa, mas à saída de um estado de completa impotência. Se o que está em jogo é a perturbação do ideal, que ao ser invadido pela finitude e impotência do corpo desinveste funções do ego, enfraquecendo-o, contextualiza o declínio de sua capacidade mediadora entre mundo interno e mundo externo e torna-se a representação da impotência diante da morte. A solução encontrada para essa experiência revela-se por um retroagir em busca do vigor outrora capaz de sustentar a ilusão do ideal do ego.

Assim, no caso dos processos demenciais, o agir-motor é fundamental. É a ação vivida no teatro das lembranças que proporciona ao ego o resgate de certo *quantum* de libido que a ele era dirigido. Retoma sua condição de alvo de investimento e, a partir desse resgate, reforça a existência do mundo saudoso e cindido de um tempo para qual o trabalho de elaboração não encontrou suficientes possibilidades de satisfação. Pierre levanta-se, xinga, move-se pelo quarto – vocifera. Transita por um mundo no qual seu poder ainda é vigente. Está na barbearia conversando sobre política, sobre seus negócios. Está viajando. Está lutando contra o “cárcere” que, para além do quarto, é sentido como o próprio estágio da vida.

O que ocorre, portanto, é algo parecido com o sonhar, mas em estado de vigília, que pode ser mais bem denominado como a experiência alucinatória do desejo por intermédio da lembrança. Ao lermos os casos clínicos presentes neste trabalho, defrontamo-nos com cenários nos quais a percepção da finitude, tanto das relações objetais (lutos) quanto do próprio ego (morte) produziu uma sobrecarga no

aparelho psíquico, e este partiu em busca de novas formações de compromissos para dar conta do *pathos* que emergia. Ao buscar nas lembranças, ou seja, em experiências passadas, a base representacional para o ego encontrar algum grau de satisfação e, concomitantemente, manter-se de alguma forma protegido da invasão crua do material contido – até então de modo bem-sucedido – pela repressão, torna-se mais visível a cadeia sintomática presente nos desenvolvimentos demenciais.

Desse modo, o estudo a respeito da perturbação do ideal do ego é de fundamental importância para a compreensão da formação desses sintomas. Tendo em vista que o ideal do ego foi formado também por experiências onipotentes – que transbordavam do corpo infantil e se sobrepunham a um mundo externo ainda pouco conhecido – torna-se evidente quanto a contraposição desses traços mnêmicos, com a senilidade, pode ser sentida como catastrófica. A finitude decompõe o valor do ego e isso, somado aos lutos patológicos experimentados pelos dois pacientes citados, acionaram um “alarme”.

Freud (1914b) escreve:

Esse ego ideal é agora o alvo do amor de si mesmo (*self-love*) desfrutado na infância pelo ego real. O narcisismo do indivíduo surge deslocado em direção a esse novo ego ideal, o qual, como o ego infantil, se acha possuído de toda perfeição de valor. Como acontece sempre que a libido está envolvida, mais uma vez aqui o homem se mostra incapaz de abrir mão de uma satisfação de que outrora desfrutou. Ele não está disposto a renunciar à perfeição narcisista de sua infância; e quando, ao crescer, se vê perturbado pelas admoestações de terceiros e pelo despertar de seu próprio julgamento crítico, de modo a não mais poder reter aquela perfeição, procura recuperá-la sob a nova forma de um ego ideal. O que ele projeta diante de si como sendo seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância na qual ele era o seu próprio ideal. (p. 100)

Pode-se pensar, portanto, que os ideais que se materializam concomitantemente com o desenvolvimento do corpo do bebê encontram sua antítese na vivência da senilidade do corpo. Como consequência dessa dinâmica ocorre, também, um processo de desinvestimento social. Esse recuo dá-se à medida que aqueles que fazem parte da vida social do idoso afastam-se dele. Esse distanciamento ocorre em virtude da ativação de resistências do próprio aparelho psíquico que, para investir libidinalmente, o idoso com o qual convive necessita de um esboço de identificação projetiva, silenciosamente rechaçada por um ego que habite tanto um corpo da mesma idade, mas em estado mais saudável, quanto por um ego corporal mais jovem. É comum, por exemplo, que idosos saudáveis apresentem receios de participar de grupos formados por pessoas da mesma idade por temerem encontrar neles a tristeza e o pesar de que conseguiram se livrar. Esses conseguem realizar com sucesso um cotidiano trabalho de elaboração que lhes permite enxergar as possibilidades de satisfação presentes nessa etapa da vida e usufruir intensamente dela.

Entretanto as resistências psíquicas que podem “empurrar” o idoso a um isolamento social não se devem apenas ao mal-estar que emerge como consequência do processo de identificação projetiva, mas também encontra um substrato poderoso na representação social do idoso em seu tempo.

A concepção de valor tida por uma sociedade influencia enormemente a economia libidinal que será posta em atividade no momento em que o ego sentir-se parte de um grupo ou geração específica. Quanto maior o valor social que uma classe apresenta, mais facilmente a libido manterá o ego como alvo de investimento quando for reconhecido como representante dela. Portanto o valor do idoso nas

relações sociais potencializará ou enfraquecerá as resistências advindas das identificações experimentadas durante as relações com os outros.

Aos fatores sociais soma-se a capacidade de o ego manter-se dentro da rede de investimentos libidinais. O que irá favorecer ou desfavorecer esse cenário repousa na própria constituição da instância psíquica. Quanto mais flexíveis forem os ideais, quanto mais maleáveis forem suas exigências e quanto maior for a capacidade do ego para encontrar novas possibilidades de investimentos levando em conta seu estado e suas características, mais bem-sucedido será o trabalho de elaboração que se denomina envelhescência. Em situações nas quais o ideal do ego foi constituído de maneira rígida, sem que a mediação por parte do ego entre o processo primário e secundário tivesse contribuído para a construção de valores mais maleáveis e com maior capacidade de adaptação, mais malsucedido será o processo de elaboração que facilitará a relação com o tempo presente.

O trabalho de envelhescência, portanto, não é um momento, mas um contínuo trabalho de elaboração e de adaptação entre as exigências provenientes das instâncias psíquicas e de seus efeitos e consequências em relação ao meio. O processo sofre, entretanto, uma pressão cada vez maior. Torna-se mais árduo em consequência da aproximação do término da vida. No caso das demências, o trabalho de elaboração fracassa e, com a impossibilidade de adaptação ao presente, o passado intervém como a opção defensiva.

Ocorre, assim, um enfraquecimento do ego. As reservas nas quais Eros se fazia presente estão entregues, cada vez mais, ao passado e é, justamente nele, por meio da invasão das lembranças, que a vida volta a acontecer como potência de satisfação – como tentativa de solução de conflito – e não como experiência passiva de aproximação do fim.

Ainda no texto “*Sobre o Narcisismo: uma introdução*”, Freud (1914b) conjectura que a “*consciência moral*” – instância psíquica que estaria encarregada de observar o ego, checando sua conduta quanto ao ideal do ego que fôra constituído – conteria a gênese posterior da memória. Numa nota de rodapé, escreve:

Gostaria de acrescentar a isso, apenas à guisa de sugestão, que o desenvolvimento e o fortalecimento desse agente observador podem encerrar em si mesmos a gênese subsequente da memória (subjetiva) e o fator tempo, não tendo o segundo qualquer aplicação aos processos inconscientes. (p. 103)

A hipótese que Freud apresenta encontra ressonância na sintomatologia característica dos processos demenciais. Neles, tanto a questão da memória quanto da temporalidade estão postas em evidência, assim como o próprio distanciamento entre o ego e seu ideal.

A consciência moral teria como função a manutenção constante da busca pelo ideal e, para tanto, faria uso do acervo mnêmico constituído por meio do olhar parental e que contará, no decorrer da biografia, com as adições provenientes das relações do indivíduo com o grupo social que o circunda.

O declínio da atividade mnêmica voltada para o reconhecimento do tempo presente – no qual o ego é experimentado como denegrado e sem condições de defesa – abre espaço para que lembranças tenham acesso à consciência e sejam percebidas como substitutas desse tempo repellido. À medida que essa nova dinâmica mnêmica/temporal torna-se crônica, ocorre um processo de desarticulação cada vez mais acentuada do ego com o tempo atual – já que este seria o palco do violento encontro com o ego presente – e o mecanismo de formação reativa passa a interferir no trabalho de registro dos traços mnêmicos. Ocorre uma inversão na qual

o material arquivado, que retorna como lembrança, deixa de ser reconhecido como um reencontro e passa a ser vivido como inédito e atual. A memória passa a funcionar de modo retrógrado, afastando-se – de maneira cada vez mais irreconciliável – com o tempo presente.

Tal movimento tem como fonte de estímulo o desejo de proporcionar ao ego o reencontro com sua potência vigorosa de outrora – não apenas fornecendo-lhe uma defesa contra o desprazer proveniente da atualização do ego, mas também dando-lhe a sensação de possuir o vigor necessário para solucionar os conflitos que se apresentam. Assim, o acervo mnêmico passa a ser investido para avivar lembranças que serão experimentadas alucinatoriamente, perdendo, dessa forma, seu caráter de arquivo biográfico.

Ao relembarmos a metodologia relativa à mnemotécnica, podemos desenhar uma analogia na qual a lembrança (que seria uma imagem mental em que estaria condensada uma vasta gama de pensamentos/informações) traria consigo a experiência de um afeto marcante – utilizado como o elemento que a tornaria imune ao esquecimento. Podemos reconhecer, portanto, que o processo demencial – no qual o acervo mnêmico passa a operar de modo reativo e, portanto, retrógrado – opera de modo também contrário no que diz respeito à técnica mnemônica. Assim, seria o *pathos* – a paixão, o excesso – que serviria de estímulo à invasão da lembrança e não mais a ferramenta escolhida para fixar o registro almejado. Não está mais ao alcance do ego a escolha de uma imagem que produza um afeto de estranheza suficientemente marcante para mantê-la estável e registrada de modo perene. Ao contrário, o ego é atingido pela lembrança – estimulada pelo excesso de afeto – que, para ser de algum modo contido ou cessado, é posto em cena com base na revivência de um tempo passado, no qual o ego ainda era reconhecido

como potente o suficiente para livrar-se do mal-estar e retomar seu estado de prazer.

É o afeto oriundo da experiência de impotência e mortalidade que comanda a busca por imagens que a elas se associam numa cadeia representacional que possa recolocar o ego na posição de forte, de capaz, sendo possível, assim, realimentar o ideal perturbado.

Ao romper com o tempo presente e rumar em busca de um passado no qual Eros está, o ego submerge num brutal estado de angústia ao ser convocado para reconhecer o atual. Ao ser forçado a reconhecer o tempo no qual o ego empobrecido sofre diante da catástrofe, o presente passa a ser preenchido por uma “ausência” – por um vazio representacional. Nesse sentido, a interrupção no processo de armazenamento de novos registros – memória de curto prazo – coloca diante do ego os conflitos estimulados não apenas pelo contato com o tempo presente, mas também por esse constante aumento do vazio representacional. Nos processos demenciais, ocorre uma perda do acervo mnêmico que vai da memória mais atual à mais primitiva. Esse espaço vazio que antes era preenchido pela memória de curto prazo vai-se estendendo e tornando-se cada vez maior, fazendo com que o passado recuperado para tomar o lugar do presente advenha de um período cada vez mais pretérito. Esse excesso de vazio que se presentifica quando o demenciado é convocado a reconhecer algo pertencente ao atual fortalece as defesas que operam para romper progressivamente qualquer relação com o tempo socialmente compartilhado. Esse espaço vazio que se agiganta por falta de novos registros mnêmicos torna-se a morada do que não tem representação – do instinto de morte. Torna-se o tempo de Tânatos.

6.1 A questão do primeiro amor e a transferência/contratransferência

É comum observar na clínica com pacientes idosos uma forte demanda por amor. A presença desse desejo não é, de modo algum, uma característica específica desta clínica; ela está presente no encontro com pacientes de maneira geral. Entretanto pode-se apontar algumas especificidades que contextualizam a dinâmica psíquica nesta situação em particular, que se tornam ainda mais claras quando presentes em quadros demenciais. Ao se aceitar a ideia de que a perturbação no ideal promove uma diminuição de investimento libidinal voltada ao ego, pode-se supor que a reação do aparelho psíquico – que visa recuperar um estado de equilíbrio econômico – produz uma exacerbação da demanda que se atualiza na relação transferencial. As resistências que entram em jogo e dificultam o retorno do ego a uma condição de objeto de investimento narcísico procuram ser “compensadas” pelo desejo de que o clínico o invista.

Podemos observar essa dinâmica, por exemplo, no caso de Dona Lurdes. Os papéis ocupados pelo clínico eram, frequentemente, amorosos. Braços dados durante o caminhar até o consultório, bolos, chocolates e toda a construção de uma relação transferencial de mãe para filho visivelmente presente. Ela dizia: “*Nunca imaginei ter seis filhos e terminar a vida sozinha*”. Ao transferir para o clínico a identidade de filho, experimentava uma qualidade de amor da qual sentia extrema falta.

A intervenção da lembrança, que transfigurava o *setting* terapêutico e fazia dele um outro lugar, trazia à tona um processo de ressignificação do espaço. Tornava-se um cenário no qual as lembranças eram vividas sob a forma de acontecimentos atuais e, por meio dessas repetições, buscava encontrar a paz

perdida. Buscava encontrar uma cadeia de investimentos que pudesse apaziguar o mal-estar proveniente da desordem econômica na qual vivia. Experimentar, portanto, o amor do filho servia não apenas para que o ego recebesse uma carga de investimento libidinal vinda de outro, mas, ao senti-lo, tornava-se digno dele e o próprio ego recuperava, momentaneamente, o *status* de alvo da libido narcísica. A instauração dessa reserva libidinal chegava a sustentar a presença da libido narcísica por algumas horas e, às vezes, por dias.

A demanda por amor, portanto, torna-se marcadamente intensa nesses quadros psíquicos e colocam o terapeuta diante de uma clínica que contém suas particularidades. Tanto Dona Lurdes quanto Pierre apresentavam períodos mais tranquilos após algumas sessões e esses “oásis” de serenidade provinham desses reservatórios de amor próprio que advinham de vivências transferenciais e tornavam o ego novamente privilegiável. Esses reservatórios, entretanto, não eram autoabastecidos e, após certo tempo, voltavam a secar e a demanda por investimento voltava a se apresentar de maneira intensa.

Desse modo, pode-se afirmar que o material psíquico presente por meio da narrativa vivencial de uma lembrança não é proveniente de uma confusão temporal sem sentido, mas congruente com o *pathos* do qual sofre. É justamente esse excesso, essa desmesura proveniente da desordem na economia libidinal que ativa a procura por representações psíquicas que possam apresentar de maneira imagética o mal-estar presente. A lembrança, portanto, é a intervenção de uma experiência passada resgatada como narrativa possível para significar o *pathos* do qual é vítima. É o afeto que está na base da escolha pelas lembranças que entrarão em jogo na transferência ou que permanecerão compulsivamente repetidas. Esse excesso solicita uma construção representacional, que nestes casos específicos

vêm sob a forma de lembranças, pois solicitam um trabalho de elaboração pelo ego e pelo clínico ao qual é dirigida a narrativa da história.

Ao ser invadido pelo *pathos*, que por sua vez solicita a recuperação de uma lembrança na qual possa ser encenado visando a uma elaboração, o paciente sofre uma alteração na qualidade da memória. O ambiente no qual a cena é experimentada precisa ser reconhecido como condizente com a lembrança e, portanto, todos os objetos que dão identidade ao local e às pessoas serão vistos e reconhecidos como sustentáculos à lembrança. Aquilo que outrora era uma mesa pode abandonar seu significado mnêmico para, temporariamente, tornar-se um caixão. A própria memória em si, que conserva a identidade e a função dos objetos de maneira geral, sofre uma alteração e torna-se refém da lembrança que se impôs.

Forçar a identidade de alguém, ou de um objeto, nessas circunstâncias afetam diretamente o *pathos* e aumentam de maneira importante a confusão mental desses pacientes. A alteração mnêmica precisa ser reconhecida como uma tentativa de elaboração e não como um estado de desorganização sem objetivo.

Ao recordar-se que o abandono do tempo presente e a hipercatexia das lembranças ocorrem devido a uma perturbação do ideal – a qual, por sua vez, gera um enfraquecimento do mecanismo de repressão – torna-se plausível supor que se defrontará com narrativas cada vez mais primitivas. Contribui para esse cenário a própria característica de cronicidade e de degeneração cerebral dos processos demenciais. Tais elementos se apresentam de forma cada vez mais marcante à medida que a demência evolui e a condição geral do paciente se agrava.

Persecutoriedade, sensações intensas de vulnerabilidade, descargas de agressividade, perda da percepção de integridade corporal tornam-se cada vez mais

presentes na narrativa dos pacientes e manifestam-se pelas lembranças, narradas como se fossem percepções mnêmicas do tempo presente.

Se o *pathos* do qual aqui se trata tem origem no mal-estar proveniente da economia psíquica que se desregulou e seu reequilíbrio tende a ser resgatado pela transferência amorosa, torna-se importante pensar-se a respeito das características desse afeto na dinâmica psíquica na vida senil. Para tanto, parte-se do conflito que fica evidente, entre amor e o corpo envelhecido.

O amor na velhice é um tema que apresenta uma longa tradição histórica, para a qual se pode encontrar a contribuição de diversos pensadores. Discutia-se que os anciãos deveriam ser proibidos de entrar em contato com a paixão. Na Antiguidade, a ideia relacionada com esse afeto estava intimamente associada ao carnal e, portanto, ao desejo sexual. Desse modo, começava a fazer parte desse cenário a ideia de que o velho deveria ter uma vida livre das paixões e, portanto, virtuosa. O idoso deveria aceitar a perda da juventude corporal como um sinal de que havia chegado o momento de se retirar das atividades sexuais e alicerçar sua busca por prazer em atividades que o afastassem das paixões amorosas – o ancião deveria dedicar-se à arte do pensar. As atividades intelectuais e políticas na velhice eram reconhecidas como virtuosas e como sinais de que aquele corpo se havia libertado do domínio das paixões carnis e, livre desse tormento, poderia dedicar-se aos prazeres da alma.

Um trecho da fala de Céfalos para Sócrates, apresentado no livro “*A República*” (1997), dá-nos um bom exemplo desse cenário: “*Pois, para mim, cada vez mais os prazeres do corpo cedem lugar ao desejo e ao deleite da conversação.*” (PLATÃO, s/d, p. 3).

Há uma comemoração, um regozijo diante do libertar-se das paixões. Nesse contexto, libertar-se das paixões era a porta para uma vida virtuosa e, também, uma regra a ser seguida pelo idoso. Este, se não aceitasse que o tempo da vida sexual se havia esgotado, seria visto como pervertido, fraco, como alvo de vergonha (IACUB, 2007).

A velhice passa a ser reconhecida como o tempo do saber. Quanto mais virtuosa a vida do indivíduo, mais saudável seria sua experiência senil. A imagem do velho doente seria a amostra do castigo proveniente dos deuses que o repreendiam por sua inadequação. Assim, essa etapa da vida passava a ser reconhecida como o período no qual o amor deveria distanciar-se do corpo.

Existem várias e insistentes referências à idade e sua respectiva limitação sobre os desejos carnavais e o amor em textos de distintos poetas: Rufino qualificou a velhice como “uma força destruidora do amor”, Filodemo escreveu que os cabelos brancos “auguram o final deste sentimento”, Agatias pensava que nessa etapa vital “o aguilhão de tua loucura amorosa encontra-se embotado”. (IACUB, 2007, p. 40)

Retirar socialmente do velho seu direito de amar trouxe consequências tanto subjetivas quanto a seu lugar na *pólis*. Esse tipo de pensamento contribuiu para o desenvolvimento e fortalecimento das ideias que reconheciam o fenômeno da vida como um acontecimento que repousava sobre duas partes distintas, quase antitéticas: corpo/alma, matéria/espírito, soma/psique. Esse processo de cisão que definia a natureza do homem trazia consigo, também, um conforto. Ao separar o idoso de sua vida amorosa e do direito à satisfação sexual, coloca-se no lugar do que havia sido perdido, a imortalidade. É dada ao humano, como compensação ao fim de sua vida sexual, uma parte de si que não sucumbe ao tempo, que será eterna

e que, assim, cumprirá o ideal de ser capaz de superar qualquer limitação – de vencer a morte.

Condicionar uma vida virtuosa, como o aspecto fundamental para que a alma pudesse usufruir da vida eterna, estimulou a construção de mecanismos de defesa que deram aspectos fóbicos à sexualidade na velhice. O temor, a culpa, o feio foram alguns dos sentimentos que contribuíram para facilitar a luta do velho contra a persistência do amor carnal. Criava-se um cenário, portanto, no qual a sexualidade na velhice deveria ser evitada ao extremo e, para tanto, representações associadas ao “proibido” passaram a conter um potencial fóbico extremamente relevante.

Para que a finitude pudesse ser vencida e o ideal preservado, ocorreu a construção de valores sociais que pudessem servir como impeditivos para a satisfação do desejo em situações nas quais o ego tivesse fraquejado. Uma das consequências desse processo foi a transformação do corpo senil num corpo sem beleza e sem sensualidade.

Existem sintomas associados ao processo natural de envelhecimento e geram, com isso, uma crença de que são acontecimentos inevitáveis e naturais da senescência. Impotência sexual, dificuldades de ereção, infertilidade, diminuição da libido em decorrência da menopausa e outros surgem, para além das características anátomo-fisiológicas em si, como consequências gerais da velhice – não dando espaço para a singularidade do humano. Entretanto tais sintomas teriam por objetivo fortalecer a luta do ego contra o desejo sexual e, ao mesmo tempo, ao temê-los poderia proteger-se das frustrações provenientes dessas experiências caso viessem a acontecer. Todos esses elementos estariam presentes e teriam contribuído para a construção do corpo senil como um objeto fóbico, que deveria ser habitado por uma alma sábia, mas sem desejos.

Relacionar o corpo senil a um objeto que repila a libido de possíveis parceiros sexuais demonstrou-se, portanto, um mecanismo de defesa eficiente por parte do ego e favoreceu a luta deste contra o desejo. O idoso não tentaria seduzir nem alimentaria fantasias de ser cobiçado já que seu corpo passava a ser reconhecido como refratário ao desejo.

Outra referencia habitual era a de apresentar a rejeição erótica pelo corpo dos velhos ao ser comparado ao dos animais, o que representava a imagem do diferente e rejeitável. Um priapeu dizia o seguinte: “Uma velha gralha, uma carniça, um cadáver ambulante, uma repugnância causada pelo passar dos anos”. (IACUB, 2007, p. 42)

Assim, ao ancião seria dado o espaço fecundo do pensar; atividade que se mantém ativa, rica – por conter uma biografia longa – e que seria capaz de manter o ego como instância orgulhosa, útil e ativa. Constrói-se um terreno fértil para que ocorra o trabalho de sublimação do desejo sexual para a satisfação contida no pensar e no transmitir um saber a respeito da vida. Entretanto o ideal do ego ao exigir do ego esse excesso de atividade sublimatória, coloca-o, conseqüentemente, diante de uma situação na qual uma certa tendência à disjunção dos instintos decorrente da dessexualização da energia psíquica proveniente do id produzirá uma alta carga de destrutividade, ou seja, de instinto de morte (FREUD, 1923, p. 56). A peculiaridade dessa dinâmica psíquica traz uma possível explicação a respeito da agressividade, impaciência e intolerância presentes em tantos idosos. Além disso, nos casos de processos demenciais, poderia aumentar a presença do instinto de morte no vazio representacional que passa a ocupar o lugar antes destinado aos traços da atividade mnêmica de curto prazo. Nesses casos em particular, estar-se-ia

diante de um fator agravante que, provavelmente, produziria uma piora mais rápida do quadro geral.

Torna-se necessário, portanto, reconhecer por meio da transferência a apresentação da sexualidade do idoso. É necessário que a escuta clínica ofereça acolhimento à apresentação de Eros e possa, com base na narrativa que se apresenta, operar para estimular novas ligações libidinais. Há de se ter em mente que a Psicanálise amplia o conceito de sexualidade, ultrapassando a função isolada da genitalidade. No *“Vocabulário da Psicanálise – Laplanche e Pontalis”* (1999) define-se o verbete da seguinte forma:

Na experiência e na teoria psicanalíticas, “sexualidade” não designa apenas as atividades e o prazer que dependem do funcionamento do aparelho genital, mas toda uma série de excitações e de atividades presentes desde a infância que proporcionam um prazer irredutível à satisfação de uma necessidade fisiológica fundamental (respiração, fome, função de excreção, etc), e que se encontram a título de componentes na chamada forma normal do amor sexual. (p. 476)

Ao se escutar esse caráter sexual presente na transferência, remete-se automaticamente à qualidade atemporal da posição clínica. O aparecimento de Eros surge como demanda por amor, pelo contato e pela presentificação maciça das representações amorosas registradas durante a vida.

Pierre clamava por Elisa – seu amor. Depois de certo tempo, chamava por mulher e, enfim, por “mãe”. Pierre estava sob o domínio da lembrança e pedia pelo seu par; pedia a parte que lhe faltava e que lhe garantira durante tanto tempo a execução e a percepção do amor. Dona Lurdes pedia a presença amorosa dos filhos. Fazia, à medida que a alucinação dos desejos invadia o tempo presente pela via das lembranças, novos filhos. Punha seu erotismo em vida ao chamar alguém de filho; mesmo que esse não o fosse. Nesse momento, procriava. Reencontrava a

experiência do amor, da gestação, do parto e do encontro com seu(s) homem(ns). Fazia filhos por meio da transferência e, ao sentir que esse título era rejeitado, o próprio instinto de vida era rebatido. É como se as lembranças trouxessem o desenho da busca pelo amor, que se apresenta como uma tentativa de resgatar, retroativamente, todos aqueles que de alguma forma ocuparam esse lugar. É como se, nesse sentido, o *pathos* demandasse do sistema representacional o objeto que pudesse aplacar sua falta, indo desde os mais atuais até esbarrar no primeiro amor para, no último estágio dos processos demenciais, perder contato com qualquer elemento que possa ser entendido e percebido como objeto externo. Ocorre o retorno a um estágio de dependência absoluta e o humano volta a encontrar-se com um mundo que coincide com seu próprio id.

A resistência do clínico à sexualidade do idoso e ao reconhecimento de sua presença na narrativa das lembranças, trazendo consigo a recuperação de experiências das quais Eros se faz intensamente presente, é nociva à clínica com idosos. Retirá-los do jogo instintual que sustenta as relações sociais é fortalecer sobremaneira a ruptura entre os tempos: passado, presente e futuro.

É a realização de Eros que sustenta a clínica com pacientes em processo demencial senil e, por conter tantos elementos contrários ao seu reconhecimento e sua aceitação, torna-se fundamental ressaltar sua importância. Essa percepção deverá sustentar a clínica quando a narrativa – alucinatória e delirante – exigir do profissional uma posição adequada de escuta.

7 O IMPÉRIO DO RESENTIMENTO

Há um momento inaugural da memória que se dá, justamente, em virtude do desequilíbrio econômico que sofre o aparelho psíquico quando o bebê se defronta com o desprazer causado pela fome. É justamente a tentativa de suplantar aquele mal-estar que faz com que, entre várias tentativas de satisfação, o organismo encontre na revivência alucinatória da lembrança, ou seja, por meio do recurso da memória, uma solução para aquele desequilíbrio.

Assim, torna-se plausível pensar-se num estado homeostático inaugural no qual o equilíbrio seria sinalizado pela ausência de lembranças. A presença dessas decorreria, portanto, de uma elevação no grau de incômodo causado por uma necessidade instintiva não satisfeita, e elas teriam como objetivo, nos estágios iniciais da vida, tornar presente por meio de alterações da sensopercepção, o objeto desejado. As lembranças seriam uma alternativa à ausência do objeto; não uma defesa contra o vazio – já que esse estado poderia ser pensado como a atividade bem-sucedida do esquecimento – mas contra a falta.

Nietzsche (1844 – 1900) analisa, em vários de seus trabalhos, o conceito de esquecimento, mas, na abertura da segunda dissertação de seu livro “*Genealogia da Moral*” (1887), que o apresenta como um fenômeno de força constante, fundamental à vida:

Esquecer não é uma simples *vis inertiae* [força inercial], como creem os superficiais, mas uma força inibidora ativa, positiva no mais rigoroso sentido, graças à qual o que é por nós experimentado, vivenciado, em nós acolhido, não penetra mais em nossa consciência, no estado de digestão (ao qual poderíamos chamar de “assimilação psíquica”), do que todo o multiforme processo da nossa nutrição corporal ou “assimilação física”. (Aforisma 1, p. 43)

A metáfora da qual Nietzsche faz uso para definir o esquecimento é a de um “*zelador da ordem psíquica*”. Essa atividade reguladora teria por fim garantir a eliminação de informações dispensáveis à consciência e, também, promover um estado de sossego vital a partir do qual novos elementos pudessem brotar desse espaço em potencial.

Fechar temporariamente as portas e janelas da consciência; permanecer imperturbado pelo barulho e a luta do nosso submundo de órgãos serviais a cooperar e divergir; um pouco de sossego, um pouco de tabula rasa da consciência; para que novamente haja lugar para o novo (...) (Aforisma 1, p. 43)

Ao retomarmos o evento no qual o bebê alucina a experiência de amamentação como alternativa ao mal-estar da fome, tem-se o cenário primordial a partir do qual a atividade mnêmica se estabelece e se desenvolve como um recurso regulador de excitações. Aquele organismo que encontrava na ausência de qualquer perturbação, portanto, na permanência constante de um esquecimento ativo, o equilíbrio e a homeostase necessárias para que ele permanecesse nessa prazerosa ausência de desprazer, passa a encontrar em seu oposto, ou seja, no funcionamento da memória – ativando a presença de uma lembrança – a possibilidade de retomar aquele estado de apaziguamento. É como se a memória não tivesse o objetivo de tornar a lembrança um elemento constante, mas o fizesse durante o tempo em que ela fosse necessária para diminuir a tensão produzida por uma necessidade básica, para que o organismo pudesse retornar ao estado de esquecimento ativo e natural do qual se origina.

O que justificaria a existência de uma atividade mnêmica constante, se o aparelho psíquico tendesse a um estado de esquecimento ativo? Fundamentalmente, a atividade perceptiva, que está ativa durante o estado de sono

e de vigília, que demanda por parte do ego um trabalho de atenção e pensamento, não pode ser confundida com a presença da lembrança. O reconhecimento do ambiente por parte do sistema sensoperceptivo, em conjunto com a cognição sustentada pelo acervo mnêmico, teria também, a função de manter o esquecimento ativo em funcionamento. A atividade de captação de novos registros mnêmicos e o rápido acesso aos já existentes possibilitam o reconhecimento de objetos, sensações e ocorrências ambientais captadas pelo sistema perceptivo e é de fundamental importância para a estabilidade do aparelho psíquico. O enriquecimento e o acesso aos traços de memória são atividades de baixo gasto energético se comparados ao estado de perturbação que o indivíduo entraria caso estivesse o tempo todo diante de objetos não identificados e não reconhecíveis. Quanto mais rapidamente um estado interno ou um objeto externo forem reconhecidos como familiares à memória, mais facilmente irá deixar de ser alvo da atenção e, portanto, deixará de ocupar destaque na consciência do momento. Desse modo, pode-se pensar que a função mnêmica vinculada ao sistema sensoperceptivo é um recurso a favor do esquecimento. Se ela não estivesse presente, o aparelho psíquico seria inundado por lembranças e estas, por estarem associadas a uma carga de afeto intensa, seriam altamente perturbadoras e produziriam um estado contínuo de excitação nocivo à vida. A memória é um recurso que remete ao acervo representativo com o fim de que os objetos – favorecedores e impeditivos – para a satisfação sejam reconhecidos para que esta seja alcançada do modo menos árduo possível, com o intuito de que a consciência possa retornar ao seu estado de vazio e permanecer nele até o surgimento de uma nova demanda.

Nietzsche (1887) apresenta, entretanto, a ideia de que aquilo que diferencia o animal humano do homem civilizado é a capacidade que este segundo tem de “fazer

promessas"; o que define como a capacidade de "*responder por si como porvir*" (p. 44). O homem civilizado, portanto, tem condições de organizar objetivos elevados, projetar-se e manter sua força dirigida a um fim almejado. Em contrapartida, o animal humano restringe-se à falta de plasticidade imposta pelo controle instintivo e o homem destaca-se dessa condição à medida que se torna capaz de prometer (manter na memória) objetivos que deem sentido para sua existência.

Essa condição natural da qual a vida parte – primitiva e recém-afastada do antecedente estado inorgânico – obtém, por meio do bem-sucedido trabalho de esquecimento, uma espécie de retorno à sua condição inumana. Assim, poderia pensar-se que o desejo de retorno ao inorgânico seria a origem dessa força da qual o esquecimento se alimenta e que, posteriormente, encontrará na memória a força com a qual irá debater-se. A memória seria composta, portanto, por um conjunto de representações, frutos da promessa que o homem faz a si mesmo de que irá viver. São os registros de uma epopeia – tanto de um tempo pretérito quanto de um futuro no qual a promessa se vislumbra como possibilidade. Sua narrativa revela, por meio do acúmulo de informações favoráveis à vida, a consolidação de um território do qual possam surgir lembranças diante do *pathos* (neste caso, entendido como o excesso de afeto oriundo da falta do objeto-alvo do desejo) e, assim, com essa lembrança, viria a esperança de que é possível encontrar uma solução diante do sofrimento que lhe é imposto.

Seria possível pensar que, em situações clínicas nas quais uma lembrança encontra-se fixa de tal maneira na consciência que impediria qualquer associação para além dela mesma, estar-se-ia diante de uma representação psíquica a serviço do esquecimento e não da memória. A atividade do esquecimento tem por objetivo deixar o aparelho psíquico com o menor número de registros conscientes. Assim, a

rigidez de uma lembrança – e sua consequente imobilidade – poderia estar, em alguns casos, ativa como representação do esquecimento em si. Enquanto uma representação toma por completo a consciência, não haveria espaço para nenhuma movimentação dos registros mnêmicos nem para a aquisição de novas marcas biográficas.

Ao se partir dessa condição homeostática na qual o esquecimento ativo é um dos agentes que garantem a continuidade do estado ideal e caminhar-se em direção ao aparecimento tanto das necessidades básicas quanto dos desejos mais complexos e subjetivos, defrontar-se-á com um cenário no qual – esquecimento e memória – se interligam a tal ponto no decorrer da vida, que não será mais possível encontrar a atividade de um sem a presença do outro. O esquecimento é necessário para que novas representações ganhem registros e, com isso, ocorra o ganho de experiências fundamentais à autopreservação e ao usufruto da vida. O acervo mnêmico torna-se um “local” para o qual a energia psíquica se dirige tanto para encontrar em seus registros a imagem mental dos objetos desejados e, com isso, orientar a atividade motora que será ativada durante a sua busca no mundo externo, quanto para servir como base para os devaneios, fantasias, sonhos e alucinações, formadas com o objetivo de satisfazer as necessidades mais variadas.

Entretanto, certo equilíbrio entre essas duas atividades (esquecimento e memória) torna-se necessário para que ambas obtenham um satisfatório grau de sucesso em suas empreitadas, para preservar um satisfatório balanço na economia psíquica. Pode-se pensar que um dos pontos fundamentais a sustentar essa delicada dinâmica entre as duas atividades é, justamente, o conteúdo das “promessas” que o homem irá projetar para si.

Se a memória é, originalmente, a força que contraria o esquecimento com o fim de garantir que o animal humano se torne homem por meio de sua capacidade de lhe prometer um porvir, está-se, aqui, diante da possibilidade de se pensar nas similaridades entre aquilo que Nietzsche define como “*promessa*” e no que Freud denomina de ideal do ego. É justamente nesse “*porvir*” que o ideal se expressa. É a promessa de o ego ser capaz de realizá-lo que orienta a relação do homem não só com a própria identidade, mas também com o mundo no qual está inserto.

As perturbações que afetarão essa “promessa” durante a jornada da vida irão atingir o cerne do homem. Essas ocorrências irão colocá-lo diante de suas limitações e, caso o processo de elaboração psíquica seja suficientemente bem-sucedido, nascerá desse confronto a lapidação dos antigos compromissos e a formatação de novos e adequados representantes do porvir. O esquecimento é fundamental para que o processo de formulação de novas promessas ocorra. É o esvaziamento temporário de antigos traços mnêmicos que permitirá o criativo trabalho de flexibilização do ideal do ego. O esquecimento há de vir, para que a memória trabalhe como força criadora. Nos casos em que a “promessa” encontra-se radicalmente perturbada, a ponto de esse homem não encontrar em si forças para a formulação de novas, ou a adequação da antiga, adentra-se o terreno do adoecimento do ser.

Independentemente das promessas que cada homem tem em seu íntimo, todas elas dividem o mesmo berço: a projeção do narcisismo dos pais sobre o homem bebê. Dessa forma, encontram-se peculiaridades na composição desse porvir e uma delas nasce da experiência de onipotência infantil vivida durante a fase do narcisismo primário. Essa origem comum traz consigo a universalidade do desejo de superar a morte e de tornar-se infinito. Os conflitos oriundos do reconhecimento

de que essa batalha não poderá ser vencida e de que o ego não terá condições de cumprir a promessa de eternidade, feita outrora, irão alterar a dinâmica estabelecida entre o esquecimento e a memória.

Ao se relacionarem os conceitos de esquecimento e memória para Nietzsche, com o interesse, neste trabalho, pelos processos demenciais, avança-se no objetivo. Pode-se pensar, portanto, que, em situações nas quais a “promessa” se torna inócua, inviável, o alicerce da atividade mnêmica relativa ao porvir começa a perder a força. O reconhecimento do tempo presente torna-se a constatação repetitiva e violenta do fracasso do que a si havia sido dado como destino, ou seja, da inatingibilidade do ideal do ego. Dá-se início, desse modo, ao processo no qual o esquecimento se apoderará gradualmente do espaço que cedera à memória – pois, se a promessa por ela preservada não pode ser cumprida, sua necessidade passa a ser questionada. Nesse cenário de alterações na dinâmica psíquica, a atividade mnêmica luta por subsistir e provar a eficácia da promessa – na qual está erigida a identidade do homem – remetendo-a não mais ao futuro, mas ao recurso da lembrança, para que o ideal subsista.

A reafirmação da “promessa” por meio das lembranças – que, pela perturbação da sensopercepção passam a ser reconhecidas não como tais, mas como acontecimento atual e, portanto, ligadas ao devir – faz com que a memória permaneça como atividade, mesmo diante da enorme perda de energia psíquica a essa função antes dirigida. Ao perder acesso ao tempo presente e, portanto, não enriquecer com novas representações, o espaço que a si era destinado diminui.

A imposição natural do corpo – que rivaliza com a promessa de eternidade e potência absoluta – faz com que a lembrança mantenha-se numa luta constante contra o declínio dos órgãos que dão forma ao corpo. Desse modo, a lembrança é

reconhecida como ineficaz – assim como quando a necessidade básica da fome prevaleceu sobre a alucinação da primeira mamada – e, como alternativa, a função mnêmica retrocede ainda mais ao passado à procura de materiais mais capazes de prevalecerem diante da natureza que desconfortavelmente se impõe.

Ocorre, desse modo, um gradual retorno ao estado no qual o esquecimento imperava no animal humano em oposição ao homem do porvir. Esse cenário apresenta-se de modo compatível com fases terminais de alguns casos de processos demenciais, nos quais não se detecta mais nenhuma atividade mnêmica para além do automatismo muscular.

O homem, que a si prometera uma condição especial no espaço e no tempo, entristece diante da natureza do corpo, ou melhor, da existência. Olha para seu reflexo e encontra naquela margem algo diferente do ideal, um contato que lhe informa que, por mais nobre que tenha sido sua vida, por mais bela e rica a estrada que trilhara em direção ao homem do porvir, nunca se desligou por completo de sua condição de animal humano.

Diante de si, o homem tentará reconhecer suas vitórias, suas derrotas e seus empates. Formulará novas “promessas” e festejará aquelas que já foram cumpridas. Caso não haja certo número de conquistas que lhe apaziguem a alma diante da proximidade do fim, esse homem exigirá mais tempo. Exigirá aquilo que o infantil lhe prometera! A contemplação apreciativa dará espaço para o ódio de si, do rancor pelo próprio fracasso e, por fim, irá ressentir-se por ser ele mesmo. A representação de sua identidade carregará afetos oriundos da impotência diante do porvir ideal. Irá sentir-se fraco, humilhado pela própria existência presente. Sem forças e sem ferramentas para rebelar-se contra o destino, irá abandonar aquilo em que se tornara e partirá em busca de um tempo em que ainda havia espaço para um longo

porvir. De um tempo em que a natureza ainda não se havia mostrado tão feroz e radical. Voltará a encontrar um si mesmo do qual não tem aversão tão grandiosa. Viajará em busca de um tempo no qual havia potência para solucionar os conflitos e saborear a pulsação vitoriosa dos orgulhosos.

Não lhe sobrou nada de nobre, nem naquilo que o espelho lhe devolve, nem naquilo que o circunda. Pelo que se tornara, pelo tempo presente e pelo destino, restará apenas o repúdio. Como consequência e como defesa contra este estado, nasce o ressentimento.

(...) Mesmo o ressentimento do homem nobre, quando nele aparece, se consome e exaure numa reação imediata, por isso não envenena: por outro lado, nem sequer aparece, em inúmeros casos em que é inevitável nos impotentes e fracos. Não conseguir levar a sério por muito tempo seus inimigos, suas desventuras, seus malfeitos inclusive – eis o indício de naturezas fortes e plenas, em que há um excesso de força plástica, modeladora, regeneradora, propiciadora do esquecimento (no mundo moderno, um bom exemplo é Mirabeau, que não tinha memória para os insultos e baixezas que sofria, e que não podia desculpar, simplesmente porque – esquecia) (...) (Nietzsche, 1887, Aforisma 10, p. 28)

Nietzsche (1886) chama de “nobre” a alma que tem reverência por si mesma (Aforisma 287, p. 174). Aquele indivíduo que possui uma potência libertadora, que lhe permite agir no mundo com tal força que o leva em direção à obtenção de seus prazeres. Esse homem nobre contrapõe-se ao “fraco”, aquele que sucumbe ao poder de um outro, ou de um grupo, e que, preso por uma força cuja potência o oprime à condição passiva, intoxica-se e esconde-se nas sombras do ressentimento. O homem “nobre” defronta-se com inimigos e reconhece-os como um convite à vida. A superação desses, a vitória, a criação de alternativas e saídas para os obstáculos são elementos que fortalecem a relação de amor por si mesmo, de autovalorização. Para que tal postura seja adotada, torna-se necessária uma energia plástica, criativa

e, de certa forma, abundante. Pode-se pensar que uma quantidade baixa de energia impossibilitaria a construção de um amplo leque de soluções diante de uma situação problemática – diante de um inimigo. Em situações nas quais a energia vital atinge um nível muito baixo, o homem é colocado diante de um cenário no qual se vê preso a soluções que consumam uma carga energética cada vez menor. Torna-se evidente a importância de um contínuo trabalho de adaptação ao gasto energético e à condição vital de cada etapa da biografia individual.

O “nobre”, portanto, não o seria se investisse descontroladamente suas reservas de força. O rebaixamento dessa potência iria torná-lo vulnerável aos ataques provenientes tanto do próprio espírito, quanto do mundo que o circunda. O homem “fraco” seria, desse modo, tanto aquele que não possui – por um leque imenso de possibilidades – o poder para agir em direção a sua satisfação, quanto o “nobre” que não soube investir com sabedoria o seu poder.

Continuando a citação de Nietzsche (1887), ainda no Aforisma 10:

(...) Em contrapartida, imaginemos o “inimigo” tal como o concebe o homem do ressentimento – e precisamente nisso está seu feito, sua criação: ele concebeu “o inimigo mau”, “o mau”, e isto como conceito básico, a partir do qual também elabora, como imagem equivalente, um “bom” – ele mesmo!... (p. 28)

Reconhece-se, aqui, uma dinâmica importante. O homem do ressentimento, submerso em sua impotência, teria a seu dispor a atividade do pensamento desassociada da ação muscular, da imposição de seu desejo no mundo por meio da motricidade. Ele se recolhe para confabular, para fantasiar, para alimentar seus planos e devanear a destruição do inimigo. A carga de energia que possui deixa de ser dividida entre investimentos complementares e recua do mundo externo para fortalecer a arte do pensar. A divisão desse baixo *quantum* de energia deixaria seus

investimentos pobremente preenchidos; contudo, ao abandonar a atividade motora, desloca a parcela que a ela cabia e adiciona-a ao trabalho imaginativo, aumentando a percepção de que agora contaria com uma força, com uma potência da qual carecia.

Pode-se pensar que, ao desinvestir a função motora do ego e reorientar a energia psíquica para as representações com as quais mantinha ligações, observar-se-ia a transformação da libido objetal em libido narcísica, o que traria como consequência uma satisfação atrelada ao aumento do poder especulativo e imaginário do ego. Este, portanto, tornar-se-ia um alvo mais atraente para que a libido a ele se dirija, fazendo de si: “(...) *um ‘bom’ – ele mesmo!...*”.

Ao reconhecermos a importância de uma potência “*plástica, modeladora, regeneradora e propiciadora do esquecimento*” e ao relacioná-la com a ideia de envelhecimento, defronta-se com um terreno que tende a ser um solo fértil para a transformação do homem “nobre” em homem do ressentimento. Ferenczi (1917) usa uma metáfora para descrever o que ele afirma ser uma interrupção na produção libidinal, característica da velhice, cuja consequência é uma redução cada vez mais significativa da força do instinto de vida: “(...) *os sintomas na velhice são semelhantes a um rochedo que emerge quando a secagem de um golfo cuja comunicação com o mar foi cortada e que nenhum rio alimenta.*” (p. 156).

Aponta, com isso, que a velhice é palco de uma redução significativa da quantidade de libido disponível no aparelho psíquico e que esse “ressecamento vital” revelaria formações de sintomas que, de outra forma, estariam obscurecidas. Portanto, se se pensar que o homem do ressentimento sofre de uma contínua e renovada certeza de impotência, que o coloca numa posição passiva – no que diz respeito à atividade motora – canalizando toda a energia que lhe resta à atividade de

um pensar intoxicado por sua condição, a ideia de uma diminuição geral da libido como condição estimuladora para o desenvolvimento do ressentimento torna-se plausível.

Ferenczi (1917) ressalta, contudo, não serem todos os velhos que, submersos nessa peculiar organização econômica da libido, sucumbem a um estado de sofrimento psíquico que demande cuidados. Reconhece ser possível adequar-se a essa nova configuração, continuar encontrando prazeres e contribuindo com o mundo. Entretanto acrescenta que o velho sempre estará diante de certo risco, pois, se este tornar-se vítima de um “*enamoramento intenso*”, viverá conflitos em virtude da incompatibilidade entre esse afeto e as exigências – internas e externas – impostas pela idade. O risco que o velho corre é aquele que, em suas palavras, atribui o nome de “*idade crítica*” à etapa senil da vida (p. 156).

Posto desse modo, delineia-se um contorno metapsicológico a respeito da velhice que – tanto em virtude do ressecamento libidinal quanto pelos conflitos provenientes entre os desejos e suas limitações – realça, de modo cada vez mais fundamental, a importância de um bem-sucedido trabalho de envelhescência. Uma falha radical nesse ininterrupto esforço elaborativo poderia acorrentar o indivíduo no espelho do ressentimento, envenenando-o contra a própria condição do ego e, desse modo, agrupando as condições necessárias para o desenvolvimento de um processo demencial a partir desse estado ressentido. A interrupção gradual de investimento na função sintética do ego tornaria translúcido o reflexo no espelho que confere identidade ao velho e, no lugar dessa imagem, surgiriam em tons cada vez mais intensos as imposições do ideal do ego. Essa nova configuração ativa a condição de “(...) *um ‘bom’ – ele mesmo!*...”, só que esse “*ele mesmo*” não é mais sustentado pela plasticidade do ego, mas pela intervenção violenta do ideal do ego

que passa a ocupar o seu lugar. O ideal posto em vida por meio da alucinação das lembranças não apenas consolida-se como uma solução contra a natureza finita do humano como também encontra no ressentimento contra essa condição a força que alimenta e impulsiona o caráter crônico e degenerativo dos processos demenciais.

Nietzsche (1887) refere-se ao ressentimento como um estado que provém de um excesso de memória, em virtude do qual o homem se torna incapaz de esquecer e, portanto, tem sua capacidade criativa completamente interrompida. Para que o homem sinta o prazer de viver, é necessário que goze de uma potência, de uma quantidade de força livre que lhe permita se impor diante das adversidades e até mesmo do “destino” (p. 45), que lhe permita lutar por um espaço, pela criação e preservação daquilo que para si tem valor. O homem tem vontade de poder, deseja usufruir de tal potência, que lhe permita a expressão de sua nobreza criativa mesmo diante de um grau maior ou menor de resistência. A existência nobre está sustentada no exercício – potente – de sua natureza criativa.

Se se articularem as ideias desenvolvidas até aqui, de que o esquecimento é fundamental para que haja espaço mental para a criação do novo, poderá vislumbrar-se, na potência destrutiva, uma condição fundamental para o exercício de criação. Assim, é necessário que o homem apresente condições de destruir para, então, poder usufruir de um espaço – psíquico ou físico – do qual será possível brotar o “novo”. O retorno ao estado de esquecimento é o ponto de partida para a conquista de novos registros e de novas possibilidades; haverá sempre uma luta para o esquecimento não carregar consigo aquilo que se apresenta como a “vontade

de querer”, ou seja, aquilo que subjetivamente precisa permanecer para o homem se relacionar com o seu porvir – com sua promessa. O homem do ressentimento, entretanto, paralisa-se diante de uma lembrança insistente, repetitiva, fixa na consciência de tal modo que todas as novas percepções – provenientes tanto do mundo interno quanto do mundo externo – são por ela contaminadas e interpretadas. Nada mais é tido ou experimentado como novo e o ineditismo do tempo presente e do tempo futuro esfazem-se diante do fortalecimento da lembrança que, ao obter tamanha prevalência, insere em qualquer percepção o seu registro interpretativo.

Além da fixação e repetição constante da lembrança, o ressentimento, para Nietzsche, caracteriza-se, também, por tornar o homem incapaz de expressar – de transformar em narrativa – os afetos e as representações presentes em seus pensamentos.

Torna-se necessário pontuar, contudo, que para Nietzsche (1887) o próprio desenvolvimento do ressentimento deve-se a instintos de autoconservação e de autoafirmação. Esse autor ressalta que o indivíduo precisa acreditar nos elementos que sua imaginação vingativa produz, pois esses produtos irão substituir o prazer que não pôde ser obtido por meio do exercício da força posta em ação direta no mundo (p. 34).

Nietzsche revela que o homem do ressentimento produz valores. Transforma sua passividade, sua fraqueza e sua impotência em posturas honradas, admiráveis. Subverte sua incapacidade e transforma a sua inabilidade em “boa” conduta e vinga-se daquele que sente ser seu opressor, ao descrever suas ações como “baixas” e, assim, passa a chama-lo de “*mau*”. Vê, no ressentido, um dos maiores responsáveis pela “*genealogia da moral*” e reconhece, assim, o seu poder.

O ressentimento, portanto, contém em si uma potência transformadora. É capaz de gerar realidade, de gerar novas concepções e novos valores diante dos tradicionalmente constituídos. É justamente essa potência transformadora que pode articular de maneira tão eficiente as formações de compromissos necessárias para o desenvolvimento de processos demenciais. A opressão imposta pelo tempo presente, e o ódio que emergiu em relação ao próprio ego dada sua incompetência diante da “promessa” são subvertidos; o pretérito passa a ser valorizado e experimentado como o encontro com o ideal. Ocorre uma ruptura com o mundo compartilhado e surge como verdade a imposição absoluta da lembrança individual.

Com as leituras em Nietzsche, pode-se compreender o ressentimento como uma posição existencial adotada pelo homem em decorrência do embate entre suas forças e suas fraquezas – não apenas no sentido individual, mas também social. Max Scheler (1874 – 1928), filósofo alemão que também se aprofundou nos estudos a respeito do conceito de ressentimento, deu a este contribuições importantes. Scheler (1915) reconheceu as contribuições de Nietzsche a respeito do tema e dedicou-se a tratar a questão do ressentimento por outro viés – que não o de uma “posição” diante de forças, mas o de estudar as estruturas subjetivas envolvidas no fenômeno e de que modo ele surge na consciência. Define-o como uma sensação imutável, constante, de ódio e de desprezo que pode acometer não apenas indivíduos, mas grandes grupos. A raiz desse sentimento condensa uma também imutável e constante percepção de impotência e de fraqueza diante de algum obstáculo ou de um desejo cuja satisfação ele não se sente capaz para atingir. Esclarece, também, que essas percepções de impotência podem ser estimuladas pelas condições físicas, mentais e/ou sociais (p. 24).

Em virtude de um reconhecimento de si como representante de impotência e fraqueza, cala-se diante de seu ódio. Não pode expressá-lo, não pode deixá-lo atuar livremente no mundo e, portanto, tem seus pensamentos e ideias completamente possuídos por essa energia que não tem permissão de se apresentar ao mundo. Seu estado de debilidade impede-o de anunciar seus verdadeiros afetos, pois, caso houvesse qualquer represália, não haveria como defender-se. Desse modo, observa-se que o ressentimento encena em experiências subjetivas que revelam um profundo sentimento de desvalorização do ego. A identidade do homem que padece de ressentimento estará constantemente em comparação com o “outro” do qual se sente vítima e essas operações mentais se tornarão cada vez mais a única via de consciência a respeito do próprio sofrimento.

Para o autor, o processo que consolida o ressentimento segue um percurso muito peculiar. O indivíduo é assolado por um excesso de tensão devido a estímulos dos quais se sente completamente incapaz de libertar-se e, tomado pelo sofrimento que dele se apodera, é invadido por sentimentos de ódio e impulsos de vingança. Caso o ódio se apresentasse como a força motriz para a execução de um ato de vingança, o indivíduo estaria livre do risco de sucumbir ao ressentimento. Entretanto, em situações nas quais o impulso de reparação gradualmente se transforma naquilo que Scheler (1915) define como “*vindictiveness*” (traduzido para o português como um desejo de vingança associado a sentimentos de rancor e maldade), maior a tendência de que esse sentimento se desassocie do objeto original (causa do sofrimento) e espalhe-se para todas as outras representações que compartilham qualquer similaridade com ele. Ocorre, com essa separação do afeto e seu representante inicial, um processo de “autoenvenenamento” que se expressa por uma tendência que o indivíduo apresentará de perceber pejorativamente –

situações, objetos e intenções – mesmo nas mais inocentes ocorrências da vida cotidiana. O sistema perceptivo torna-se prisioneiro dessa repetitiva e insistente sensação de humilhação, de ofensa, e o processo de significação realizado na consciência estará completamente subordinado, envenenado por um viés interpretativo que conduzirá ao ressentimento propriamente dito.

A execução de atos de vingança, de atos de reparação traz consigo algum grau de satisfação que será suficiente para libertar o homem do risco de tornar-se um ressentido. Há, nessas ações, o resgate simbólico do valor pessoal perdido diante da ofensa. A repressão total deste impulso e sua não transformação em ação redirecionam a energia psíquica que estaria à disposição do sistema motor e a reconduz em direção às atividades mentais de modo geral. Assim, ocorre uma intensificação do trabalho de imaginação, que terá como objetivo trazer ao indivíduo algum grau de satisfação por intermédio das fantasias nas quais reage à ofensa que lhe havia sido dirigida. Ocorre, entretanto, que, em virtude da sensação constante de humilhação e impotência, a satisfação proveniente de qualquer processo mental – separado da atividade motora – pode vir a ser insuficiente para livrar o organismo da dor que o aprisiona e, nesses casos, a própria tentativa de imaginar a vingança será reprimida. Por fim, defensivamente, todas as representações associadas ao impulso de vingança serão reprimidas até o ponto em que não haverá consciência da injúria sofrida. É justamente nesse momento que se falará do ressentimento propriamente dito. O indivíduo não apresentará nenhum grau de consciência a respeito do sofrimento vivido e de seus impulsos reparadores. O sistema perceptivo estará, porém, completamente intoxicado por essa carga de afeto, que resultará numa tendência de reconhecer tudo aquilo que capta como ofensas e maus tratos a ele dirigidos. Essa organização mental oferecerá ao homem a compulsão de detratar o

mundo do qual reconhece estar incluso e será essa compulsão que lhe trará o alívio da tensão sem correr o risco de executar uma vingança, consciente e direta, por sentir-se impotente em realizá-la ou de sobreviver a eventuais reações ao seu impulso (SCHELER, 1915, p. 27).

Ao se pensar no encontro entre o ego corporal e as “promessas” que tomou para si – dando forma a sua identidade e fundamentando seu modo de existência no mundo –, submersos pela ocorrência da velhice e de suas conseqüentes limitações, defronta-se com um cenário no qual se torna plausível pensar a respeito do elevado risco de que o ressentimento se instale contra algumas funções do próprio ego.

Para que a formação do ressentimento ocorra, é necessário que o mecanismo de repressão opere de maneira suficientemente eficaz. Observa-se, contudo, que nos processos demenciais ocorre uma perturbação do ideal do ego, que repercute diretamente sobre o funcionamento da repressão. Assim, não se pode pensar em processos demenciais como formas graves de ressentimento, mas, se se refletir a seu respeito como uma consequência da falha no trabalho de envelhescência, constatar-se-ia sua importância como estado prévio ao demencial.

Pacientes que viveram um estágio de ressentimento anterior ao processo demencial podem apresentar uma tendência mais hostil, mais agressiva do que aqueles que sofreram trabalhos psíquicos diferentes antes do desenvolvimento do quadro demencial em si. Tais características se mostram pertinentes a partir do momento em que se reconhece como característica do ressentimento a desarticulação dos afetos hostis quanto a seu objeto primário e a seu posterior deslocamento a todos os outros objetos que serão percebidos pelo indivíduo. Além desse fator em particular, constituiu-se a tendência de aliviar o mal-estar causado

pelo excesso de tensão no aparelho psíquico por meio da decomposição, da detratção do objeto que se lhe apresenta.

Portanto, o ressentimento, no que diz respeito a sua relação com as demências, é pertinente ao estágio que as antecede; isso não o impede de deixar marcas características no estado de senilidade em questão. Pode-se pensar, nesse sentido, que os processos demenciais que se instalam a partir do ressentimento representam não apenas uma defesa contra a sensação de catástrofe e desapontamento experimentada pelo ideal do ego diante da natureza finita da vida – e do fracasso diante da “promessa” de um porvir onipotente –, mas também uma defesa contra o próprio ressentimento.

Scheler (1915) aponta que, em virtude do peculiar processo de repressão na vida mental dos ressentidos, a alta carga de afeto hostil livre dos devidos representantes poderá voltar-se contra o próprio indivíduo. Surgem impulsos de ódio autorreferidos e de compulsões a causar-se sofrimento quando esses sentimentos são impedidos de se associarem aos devidos representantes e atingem uma força muito elevada. Ocorreria um desvio dessa energia que, ao não ter acesso ao sistema motor, encontra no próprio sujeito o alvo de sua descarga (p. 44). Pode-se pensar esse desvio contra o próprio ego como uma das forças ativas no processo que operará a alteração de suas funções sintéticas e ocasionarão seu enfraquecimento, com a conseqüente submissão ao ideal do ego que conduzirá ao sistema perceptivo as lembranças que lhe convêm.

7.1 A posição de testemunha e a transferência/contratransferência

Ao se trabalhar a questão do ressentimento – no que diz respeito tanto a suas peculiaridades psicopatológicas quanto aos seus efeitos na transferência – encontra-se um cenário árduo para o clínico. É justamente em consequência dos desafios que emergem do encontro entre paciente e terapeuta, que se torna frutífero pensar em “posições” adequadas às dinâmicas estabelecidas. Aqui se refere ao vocábulo “posição” com o intuito de reforçar a ideia de que o clínico deverá, sempre, estar atento a sua capacidade de escuta e, tornando-se consciente de suas resistências, elaborá-las de modo que a atenção flutuante permaneça como possibilidade. Portanto, na clínica dos processos demenciais marcados por traços de ressentimento, uma escuta clínica sustentada pela ideia de testemunho, confirmou-se um recurso eficaz.

O processo de constituição da testemunha é árduo. Implica uma posição diante do sofrimento do outro e, ao mesmo tempo, do próprio. É uma condição que se estabelece *in loco*; ocorre concomitantemente ao acontecimento e pressupõe uma tolerância aos seus efeitos. É necessário que a testemunha suporte, sobreviva, à cena que a afeta.

A testemunha nasce da cena que lhe é apresentada. Nasce daquilo que a afeta e, a partir disso, solicita representações particulares. Ela está presente e, voluntariamente, decide permanecer e acompanhar o que o paciente revive via transferência. Suporta experimentar os afetos que emergem durante a narrativa e aceita o convite velado que o paciente lhe dirige.

O ressentido caracteriza-se por afetar o clínico com sua hostilidade camuflada, com sua tentativa de submeter o clínico ao sofrimento do qual imagina

que ele não seria capaz de escapar. Vinga-se dele, recusa-o, apequena-o. Tende a torná-lo insignificante, impotente.

A poeira dos destroços assenta-se e, desse cenário, surge o contorno daqueles que sobreviveram à catástrofe narrada e experimentada na relação com o paciente/homem do ressentimento. Em seu sofrimento e sua constante sensação de fraqueza, não imagina que nenhum outro suportaria tamanha catástrofe, mas a testemunha continua lá, atenta, continente, cuidadosa.

A testemunha não julga a fraqueza, nem se rebela contra as tensões que brotaram da narrativa. Ela está lá e, com isso, oferece uma presença que o ressentido não contava encontrar. Ela está lá e oferece-se como um vínculo possível, mesmo após todas as outras relações externas terem sido abandonadas ou denegridas pela tendência a se detratar.

É justamente o oferecimento desse vínculo à testemunha de sua história, que sobreviveu a tudo aquilo que a narrativa submetera e, ainda assim, não sucumbiu ao ressentimento, que traz ao paciente a enigmática sensação de existirem outras possibilidades de elaboração diante daquilo que viveu como catastrófico.

Para que tal situação surja, é preciso que o clínico se disponha a acolher suas próprias reações diante do paciente. A relação transferencial trará consigo todos os sentimentos pertinentes à formação do ressentimento. Sofrerá com fantasias de impotência e de fraqueza. Sofrerá com o desejo de atacar o paciente, de vingar-se e, também, com a culpa resultante desses impulsos. Poderá calar-se, sucumbindo ao silêncio improdutivo e dedicando-se a fantasias sádicas sobre o paciente. A testemunha corre o risco de tornar-se, ela própria, ressentida.

O clínico deverá restaurar sua capacidade de pensar, de associar e evitar que sua atenção flutuante se torne prisioneira das repetições expressas pelo

ressentimento, agravadas quando em presença de processos demenciais. A tentativa de enfraquecimento da testemunha, por parte do paciente, pode produzir um repúdio às próprias ideias e uma pressuposição de fracasso antecipado. É necessário que o clínico continue associando suas percepções e acreditando no potencial delas, pois é a possibilidade de manutenção de sua riqueza plástica que produzirá no paciente o contato com outras possibilidades interpretativas. É assim que a posição de testemunha se tornará utilmente presente.

Ao se adicionarem os processos demenciais à clínica do ressentimento, defronta-se com algumas peculiaridades importantes para se destacar. Em casos nos quais a demência não está presente, o impacto produzido pela manutenção da riqueza associativa do clínico poderá persistir por um tempo mais longo no paciente. Ainda assim, em virtude da tendência de detratar, as resistências oriundas do ressentimento combaterão sua permanência. Entretanto o impacto produzido pelo contato com outras possibilidades poderá ser retomado em outros momentos já que se terão transformado em traços mnêmicos. Nos processos demenciais, o clínico não poderá contar com os recursos mnêmicos do paciente. Ele deverá tornar-se testemunha, novamente, a cada encontro. Deverá fazer-se presente diante das mesmas histórias, repetidamente, e, ao surgir enigmaticamente como resistente ao ressentimento, facilitar associações mais ricas e profundas a respeito da narrativa inicial do paciente.

Outro ponto importante: nos encontros com o homem do ressentimento, os ataques e as tentativas de tornar o clínico tão impotente e fraco, quanto se sente ele próprio, ocorrerão de forma camuflada e indireta. O ressentido não pode viver sua hostilidade de modo explícito. Ao se adicionarem os processos demenciais, retira-se

esta característica do contexto e, em virtude do declínio da repressão, pode-se defrontar com atuações mais concretas de impulsos agressivos.

Pierre narrava seu sofrimento diante da ausência constante e repetitiva de Elisa. Sentia-se sozinho, abandonado e impotente em estado de espera. É na representação de Elisa que podemos reconhecer não apenas a apresentação da impotência diante de seus desejos, mas também como alvo de sua hostilidade e impulsos de vingança. Havia, nesse caso, ações. Pierre xingava, esperava, desistia, gritava, chamava e anunciava seus desagradados não apenas verbalizando-os, mas também arremessando objetos em seus “agressores”.

Elisa, entretanto, não é o objeto causador do sofrimento em si. Ela não se apresenta como o elemento fundamental perdido, mas como a representação para a qual sua sensação de impotência e seus afetos ambivalentes se deslocam. A questão fundamental de Pierre é a impotência, a impossibilidade de vir a ser o que lhe havia sido prometido: eternamente capaz de buscar os objetos que desejasse. Em virtude do sofrimento que emerge com base na constatação de que o plano mudara, de que limitações se impunham para exigir uma reavaliação da promessa, Pierre ressentia-se contra a natureza da própria existência e, posteriormente, encontra no processo demencial uma forma de romper com o tempo que lhe apequena e impõe a lembrança de um tipo de vigor que a idade lhe tirara.

As marcas do ressentimento habitavam a relação transferencial com Pierre. O sentimento de impotência e vulnerabilidade vivido pelo clínico diante do silêncio – não apenas das palavras, mas também do olhar imperscrutável do paciente – tornava o processo de nascimento da testemunha um acontecimento extremamente desgastante. Ao mesmo tempo que havia um cansaço e um desapontamento em

relação às repetições que davam forma à narrativa, havia sempre a expectativa de algo novo e enriquecedor surgir.

Nos processos demenciais, o clínico – ao tornar-se testemunha – irá defrontar-se com o declínio do ressentimento à medida que a desarticulação em relação ao tempo presente for respeitada e não contradita. Deverá existir um respeito à lembrança a ser expressa e vivida como acontecimento atual. Com isso, os afetos podem-se expressar e ações ganham liberdade com o resgate de um tempo no qual a impotência não se apresenta de modo tão catastrófico como ocorreu quando a promessa havia sido rejeitada, violentamente, pela certeza da morte. A partir do momento em que o destino é negado e o reconhecimento da vida se volta para o retrógrado da biografia, ocorre um resgate parcial do ideal e, com isso, a potência necessária para a ação e para a narrativa do afeto.

Pierre retorna a um tempo em que está à espera de Elisa, quando ela existe como possibilidade de contato e pela qual se sente potente para brigar. Independente de Elisa estar ou não presente, ela existe como espera, como possibilidade. A impotência faz com que o objeto deixe radicalmente de ser uma possibilidade e torne-se, portanto, ausência absoluta dessa. Assim, a potência não está diretamente associada à posse ou não do objeto, mas à “promessa” de que ele é possível ser obtido.

É justamente neste registro que o clínico irá operar: no das possibilidades. É nesse sentido que seu papel de testemunha irá tornar-se fundamental; ele deverá testemunhar não apenas a impotência, mas também o nascimento das possibilidades. No caso clínico de Pierre, um dos momentos em que algo se tornara possível diante de tanta impotência, ocorreu quando fizemos a ligação para a

portaria do prédio no qual morava com Elisa. Nesse momento, algo havia-se tornado enigmaticamente possível.

Tolerar as repetições, ou seja, as lembranças fixas, expressas de modo alucinatório é o caminho pelo qual a testemunha insere novamente o potencial associativo não apenas na narrativa do paciente, mas também na própria dinâmica psíquica que ele apresenta. O reencontro com a experiência das possibilidades restaura, momentaneamente, funções do ego interrompidas até então. Com o restabelecimento dessas, o clínico poderá encontrar com seu paciente no tempo presente, mesmo que de modo passageiro e, com isso, testemunhará na transferência o retorno do vigor que o ego ressentido deixara há muito de saborear.

A tolerância diante da lembrança e o testemunho a que ela convida, por meio da narrativa, inserem-se no caso de Dona Lurdes, como aquilo que tornara possível o encontro com o filho perdido. Era por meio da vivência alucinatória da lembrança que o ato de despedir-se do corpo morto do filho virara uma possibilidade. A testemunha torna-se presente no velório e no reconhecimento do sofrimento de uma mãe diante de um filho sem vida, de sua culpa por não ter estado presente em tantos momentos importantes; de seus pedidos de perdão e de amor. A testemunha apresenta-se e possibilita ao ego da paciente a experiência da lembrança como restauradora e, portanto, criadora de novas representações. A esse lugar retornamos diversas vezes e, mesmo que os esquecimentos o tornasse repetitivo para o clínico, havia diante da experiência alucinada da lembrança – sempre – um esforço em relação à manutenção da atenção flutuante e que veio possibilitar o testemunho de novos elementos que pudessem enriquecer aquele cenário e aquela relação transferencial.

Assim, diante das lembranças alucinadas e vividas por meio da transferência, nasce uma testemunha. Desse encontro brotam possibilidades; algumas delas serão resgatadas pelo retroagir biográfico e outras poderão aparecer por um encontro acolhedor e continente, vivido no tempo presente.

8 A LEMBRANÇA COMO SENSAÇÃO

A arte da mnemotécnica trouxe em sua metodologia a apresentação de pontos fundamentais para que algo fosse memorizado em todos os seus detalhes e se mantivesse passível de rememoração sempre que almejado. Lembre-se de que um desses pontos detalhava o trabalho de construção de uma imagem que pudesse despertar em seu proprietário sensações de estranheza, de impacto emocional, para fortalecer a fixação de seu registro. Tal imagem deveria ser alocada num espaço suficientemente iluminado e delimitado, apresentar corredores de ligação para outras salas de imagens com as quais pudesse manter relação simbólica e associativa. Nem muito perto para misturar-se e confundir-se, nem muito longe para tornar-se isolada em relação às outras formações.

O que ocorreria, caso essa imagem se perdesse? Todos os elementos que a ela haviam sido deslocados e condensados escorreriam para qual direção? O gasto de energia que o aparelho psíquico haveria de despendar para desfazer a condensação e o deslocamento desses materiais psíquicos, individualizando-os, seria imenso. Sabe-se, também, que o aumento de tensão e a consequente perturbação da economia psíquica resultam em desprazer e, portanto, essa tensão será evitada ao máximo. Desse modo, pode-se pensar que, caso ocorresse a perda de uma imagem mental com um denso volume de significados atrelados a si, o caminho menos custoso seria o de deslocar todo o seu conteúdo para outra imagem ou objeto, com o intuito de substituir de maneira eficiente a representação que havia sido impedida.

Entretanto a imagem construída tinha por responsabilidade fixar-se eficazmente à memória tanto para seu acesso à consciência estar garantido, como

também para diminuir o risco de que tudo o que estivesse depositado ali se perdesse – sucumbisse ao esquecimento e, por que não, aos mecanismos de defesa do ego.

Neste momento, serão focadas as situações em que as instâncias do aparelho psíquico estão em conflito e a partir do qual emergirá uma força de resistência contra o armazenamento e/ou a recuperação da representação mnêmica. Nesses casos, o trabalho de repressão exerce uma atividade primordial e irá produzir uma cisão entre a representação mental e tudo aquilo que a ela havia sido condensado, ou seja, grupos de ideias e afetos associados. Em consequência desse processo de desligamento, abrem-se as portas para que se pense em formações de compromissos diversos que estarão na base do tipo de funcionamento e irão governar o destino desse material psíquico. Conversões histéricas, deslocamentos fóbicos, formações obsessivo-compulsivas e tantos outros quadros psicopatológicos que poderão apresentar-se como o destino ou a consequência da operação de resistência do aparelho psíquico em relação ao material a que se refere o conflito.

As resistências poderão interferir na manutenção do traço mnêmico e afetar as vias de acesso deste à consciência. Pode-se pensar, entretanto, em situações nas quais ocorra exatamente o contrário. Em determinados casos, o ego poderá exigir do sistema mnêmico a certeza de que determinado registro não se perderá, nem sofrerá qualquer redução da quantidade de atenção que a ele é dirigida. Existiriam, assim, episódios nos quais uma determinada representação mnêmica seria investida para resistir ao desligamento, mantendo sua condição de consciência e permanecendo de maneira constante como um objeto central entre as cadeias associativas administradas pelo ego. Determinado objeto deverá subsistir, vencer qualquer outra demanda e manter-se sempre atual, presente, imponente.

A morte de um ente querido, por exemplo, é um dos eventos a partir do qual esse tipo de exigência poderá ser posta em atividade. Fixar o objeto tornando-o presente por meio de sua representação mental seria um dos caminhos pelos quais o ego não apenas transformaria a libido objetal em narcísica, mas também negaria o desaparecimento daquilo que estimara.

Existem situações nas quais a possibilidade de esquecimento, ou a simples diminuição na quantidade de energia psíquica, que a determinado representante é dirigida, ativam conflitos e produzem altas doses de desprazer. O gradual desligamento da libido associada ao objeto perdido, consequência do trabalho de luto, poderá produzir no ego a repetição do trauma da perda e, portanto, será um dos motivos pelos quais poderá ser evitado. O superego poderá exigir que a relação entre o ego e o objeto perdido permaneça ativa, mesmo que de modo narcísico, por julgar que o desligamento gradual seria uma prova de que o ego não amara verdadeiramente o objeto – pois, caso este sentimento estivesse presente, a ligação deveria ser eterna.

A possibilidade de esquecê-lo momentaneamente, por si só, surge como uma traição ao objeto amado e, conseqüentemente, o ego torna-se a morada de um violento sentimento de culpa. O objeto deverá permanecer num lugar nobre, manter-se sempre mais importante e acima de qualquer outra representação ou necessidade vital. Deverá ser suficientemente forte para coexistir com outros acontecimentos da vida psíquica, sem perder uma carga considerada mínima de importância.

O trabalho de elaboração posto em atividade durante o luto, quando bem-sucedido, é o que irá garantir que a energia ligada ao objeto perdido poderá ser reutilizada para possibilitar novas ligações. O instinto de vida sobressai e, apesar da

perda, novos objetos tornam-se alvo de desejo sem que o ego seja considerado por seu ideal como fraco, ingrato ou devedor em relação ao objeto ausente. Caso o trabalho de luto fracasse, o objeto perdido não poderá dar lugar a novas ligações e irá fixar-se de tal modo que, para subsistir, o próprio ego perderá espaço e relevância. Esse cenário se torna presente à medida que a preservação do objeto surge, por meio da formação de compromissos, como um elemento que produz menos desprazer ao aparelho psíquico do que o desligamento objetivado pelo trabalho de luto.

Sempre que a existência do objeto for ameaçada, o ego irá defrontar-se com intensas descargas de angústia. Se a representação mental do objeto não oferecer ao ego a segurança de que se tornará imperecível, sintomas cada vez mais complexos entrarão em jogo na vida anímica.

Com o intuito de garantir ao objeto uma existência segura, a imagem mental deste poderá ser substituída e o material a ela condensado será deslocado a alguma outra imagem tida como mais adequada a sua preservação. Outra operação que poderá ser posta em prática é a de gerar uma hipercatexia da imagem, resultando num empobrecimento na relação com o mundo externo, deixando-a mais próxima do sistema perceptivo e, assim, garantindo sua existência por meio das sensações que por ela serão estimuladas. Essa operação, em particular, é frequentemente encontrada nos processos demenciais e, com isso, presentifica-se por meio das narrativas repetitivas e da diminuição gradual do vínculo com o tempo presente.

A hipercatexia do objeto tem como característica produzir um afastamento do ego em relação ao mundo externo, para diminuir a percepção de novos elementos com os quais disputaria atenção e espaço. Esse movimento de introversão da libido asseguraria ainda mais a prevalência e a manutenção da representação-alvo da

fixação. Por fim, o excesso de catexia favorecerá a aproximação entre o registro fixado e o sistema perceptivo, que viria assegurar a atenção do ego em virtude das sensações estimuladas por essa aproximação.

Destaca-se, aqui, uma terceira via – que de maneira alguma exclui as anteriores e, por vezes, as reforça – a da substituição da imagem mental por um órgão do corpo.

Essa transferência ocorre para garantir algumas condições básicas, tendo em vista que o acerto entre as instâncias tem por objetivo encontrar algum grau de satisfação diante do conflito. O deslocamento para uma parte do corpo em substituição a uma representação psíquica mais precisa sobre o objeto irá favorecer o ego à medida que camuflará a consciência absoluta a respeito do que havia sido perdido. Ao mesmo tempo, o ego estará constantemente à mercê dos estímulos oriundos do mundo interno – no sentido orgânico – e, dessa forma, sob os efeitos da condensação que havia sido afastada da imagem mental em questão. Assim, preserva-se o objeto perdido não pela imagem mnêmica, mas pelos afetos que a ele estavam ligados. A partir do momento em que ocorre o deslocamento para o corpo, este irá impor-se por meio de sensações que, por sua vez, superam qualquer outro acontecimento psíquico. A presença do objeto perdido, pela via das sensações corporais, torna o ego passivo diante de sua imposição.

No lugar da imagem mental do objeto perdido e retirado da consciência, poderão emergir novas representações estimuladas pelas sensações que a ele estavam atreladas. A percepção da corporeidade estimulará a busca por uma coerência, por registros mnêmicos que deverão ser capazes de organizar de alguma maneira aquilo que se passa no corpo. É a partir dessa tendência do aparelho

psíquico que as lembranças tenderão a surgir como um elemento organizador, visando rearticular as sensações corporais a possíveis representações mentais.

Caso o trabalho de luto tivesse sido bem-sucedido, o aparelho psíquico contaria com toda a riqueza do mundo externo para encontrar ou formular novas ligações. Elaboraria não apenas novas imagens e representações mentais que pudessem dar conta das sensações experimentadas pelo ego – que é corporal por natureza –, mas também construindo um discurso não repetitivo a este respeito, uma narrativa sobre o *pathos* em questão.

A impossibilidade de elaboração do luto perturbará a relação do ego com o tempo presente, já que é nele que a ausência do objeto se confirma. Dessa forma, as lembranças poderão desempenhar a atividade de organizar psiquicamente as experiências corporais presentes. Viu-se que a lembrança se caracteriza por sua relação com o pretérito biográfico, com o tempo passado em detrimento do presente e é justamente pela cisão com o atual que irá apresentar-se adequadamente como um acervo de imagens mentais e afetos capazes de organizar aquilo que se havia tornado até então, um conjunto de sensações corporais desassociadas de qualquer representação.

Vislumbrando as operações psíquicas apresentadas até aqui, defronta-se, cada vez mais, com os traços característicos dos processos demenciais. As funções do ego que deixam gradualmente de operar, enfraquecendo-o e dando o caráter crônico da demência, levam a se observar a prevalência de atividades psíquicas muito peculiares. É o caso das lembranças propriamente ditas e da ausência de proteção diante das sensações às quais o organismo encontra-se vulnerável – são fenômenos que salientam a condição passiva do ego já que tanto as percepções sensoriais quanto a invasão das lembranças ocorrem no ego e não graças ao ego.

O ego tem controle sobre a recordação, mas não sobre as lembranças; que se tornam conscientes independentemente da permissão para tal. Ambas não escaparão do trabalho de censura, mas, ainda assim, a lembrança irá impor-se à consciência sem que o ego tenha como impedir seu acesso, nem seu tempo de permanência. Nos casos em que a lembrança puder contar com o corpo como recurso de fixação, o ego estará ainda mais distante de qualquer interrupção, pois esta contará com o impacto do sistema perceptivo como força de imposição e atração da atenção.

Caso a representação-alvo da fixação seja, conflitiva e concomitantemente, fonte de desprazer e ativadora de resistências, o seu destino estará em risco. Em suma, restará ao ego contentar-se com o fato de que a imagem precisa do objeto perdido será impedida de acessar a consciência e, portanto, produzir desprazer pela constatação de sua falta. Sujeita-se, entretanto, à fixação do objeto pelos afetos nele condensados e que se atualizam tanto pela via das lembranças – nas quais outras representações assumem o papel daquela perdida e impedida de acessar a qualidade consciente – quanto por meio dos estímulos captados pelo sistema perceptivo em decorrência do deslocamento de seu conteúdo a uma parte do corpo.

Viu-se que a condição de submissão e impotência parcial do ego pode vir a satisfazer os impulsos hostis oriundos do ideal do ego, que o recriaria por tentar elaborar a perda do objeto como se esse trabalho representasse uma traição à importância que a ele era devida. E, pode-se acrescentar, satisfaria as exigências do id que, por funcionar de acordo com o princípio do prazer, se recusaria a abandonar os objetos que lhe serviam como fonte de satisfação.

É importante ressaltar que toda lembrança, estando fixa ou não a um órgão ou a qualquer outra parte do corpo físico ou imaginário, produzirá sensações. A

lembrança é formada pela imagem mental do objeto ou de uma situação, em conjunto com as sensações que a ela se ligam ou que fizeram parte dela. Assim, tem-se que a lembrança traz sempre consigo um conjunto de sensações experimentadas no corpo e significadas pelo ego. Ou seja, como Paul Ricœur (2007) aponta, “*lembrar-se de algo é lembrar-se de si*” (p. 136).

Assim, ao recordarmos do bebê que alucina a lembrança da primeira mamada, percebe-se que seu corpo será invadido pela lembrança de um si mesmo satisfeito, na tentativa de torná-la mais forte e crível do que a percepção do si mesmo em sofrimento psíquico em virtude da fome.

As lembranças carregam, dessa forma, a história singular e indissociável do humano em particular diante das situações oriundas do fenômeno vida. Ao tornar-se narrativa, a lembrança sempre irá revelar o íntimo da alma e não da coisa à qual a imagem mental poderá por muitas vezes se referir.

O mais próximo que podemos chegar da história da coisa propriamente dita irá dar-se, apenas, por meio da recordação. A ação de recordar é voluntária, demanda um esforço por parte do ego e se fundamenta num trabalho de pesquisa nos arquivos pré-conscientes. Sustenta-se por uma lógica temporal, minimamente organizada e seu combustível é a vontade de acessar e narrar – tanto para o outro quanto para si mesmo – os detalhes referentes ao alvo da recordação. Por ser um trabalho do ego, a recordação estará muito mais vulnerável aos mecanismos de defesa que nele operam. Dessa forma, limitações associativas, deslocamentos e condensações estarão presentes para tornar oculto o si mesmo na narrativa. Oculto, entretanto, não quer dizer ausente. A lembrança, em contraste, ocorre à revelia da vontade e revela de maneira muito mais profunda o *pathos* que, em seu excesso, tornara o sujeito vítima de sua imensidão. Assim, pode-se pensar que a lembrança

ocorre como o *pathos* – torna-se presente por uma invasão da qual o ego não tem como escapar.

Seria possível pensar-se que a lembrança nasce do *pathos* e, a partir de sua ocorrência, apreende deste um caminho de existência. Portanto não haveria lembrança sem a ocorrência do *pathos*, já que esta se fundamenta sobre sua elaboração.

(...) os gregos tinham dois termos *mnē mē* e *anamnēsis*, para designar, de um lado, a lembrança como aparecendo, passivamente no limite, a ponto de caracterizar sua vinda ao espírito como afecção – *pathos* –, de outro lado, a lembrança como objeto de uma busca geralmente denominada recordação, *recollection*. (Ricœur, 2007, p. 24)

O caráter voluntário e sistemático que torna possível o ato de recordar torna-o extremamente dependente das funções do ego. A temporalidade, a plausibilidade e uma pretensa fidedignidade do discurso surgem como elementos fundamentais para que uma recordação diferencie-se de uma produção pertinente ao campo da imaginação. Ambas serão consideradas como ações que visam trazer ao presente algo que até então se apresentava como ausência, contudo a recordação irá referir-se a uma ocorrência num tempo passado e a imaginação a uma construção desprendida do princípio de realidade.

O ato de imaginar floresce voluntariamente desprendido do teste de realidade, contudo necessita que o ego mantenha em atividade as funções relacionadas com o processo secundário para que, mesmo distante desse, não o perca de vista. Desse modo, tanto a recordação quanto a imaginação dependem da eficácia do ego e suas produções estarão, também, submetidas ao sistema moral do ideal.

Ao adentrarmos o cenário dos processos demenciais, defrontamo-nos com algumas questões fundamentais quanto à manutenção da capacidade de recordar e de imaginar dos pacientes. Constatamos que ambas são dependentes de funções complexas do ego e sabe-se que, nas demências, o ideal do ego encontra-se perturbado e afeta, assim, a eficácia das atividades egoicas.

O ato de recordar exige que o ego esteja apto a realizar um distanciamento dos estímulos do tempo presente para que, acessando os traços mnêmicos pré-conscientes, produza uma narrativa a respeito da situação pretérita. Distanciar-se é fundamentalmente diferente de negar a existência do tempo atual. Haverá, sempre, o reconhecimento a respeito do tempo no qual o ego estará inserido, ou seja, apesar de a narrativa referir-se a um objeto ou acontecimento do passado, o ego não recusa o tempo presente e relaciona-se ativamente com este.

À medida que o processo demencial se instala, como consequência ocorre um gradual e crescente rompimento com o tempo presente e a atividade de recordar torna-se cada vez mais irrealizável. O contínuo teste de realidade que sustentava a percepção da temporalidade sucumbe ao enfraquecimento do ego e, com isso, perde o acesso voluntário ao pretérito como tal e, portanto, ao trabalho de recordação.

Uma diminuição de capacidade também se torna presente quanto ao ato de imaginar. A eficácia do teste de realidade diminui na mesma proporção que a relação do ego com o tempo presente se desfaz. Este, ao sucumbir perante o ideal e passar a existir a partir dos elementos percebidos pela alucinação das lembranças, perde a capacidade de distinguir o que é produção interna e o que é percepção do mundo externo. O trânsito entre o processo primário e o secundário necessário para que o trabalho de imaginação ocorra está completamente perturbado. O teste de

realidade estará a serviço do ideal, será dirigido ao material resgatado pela lembrança, dando a este o título de existente e não mais aos objetos presentes no tempo e no espaço compartilhado.

Assim, pode-se dizer que o processo demencial impossibilita a recordação e a imaginação, deixando que o humano exista apenas pela lembrança. E, ao reconhecer-se o impacto destrutivo do qual o ego se torna vítima ao ser reconhecido pelo ideal como incapaz de cumprir a promessa onipotente de eternidade, lembrar para existir é lembrar-se de si mesmo antes da catástrofe.

Retome-se, por fim, a questão da lembrança como sensação e, para tal, é preciso tratar da dor. A lembrança e a dor – tidas aqui como um conjunto de sensações que produzem, ou revelam um desequilíbrio na economia psíquica – apresentam um importante elemento em comum. Lembrar-se é, sempre, um resgate de si mesmo (RICŒUR, 2007), assim como o doer – tanto no sentido físico quanto no moral – contém revelações a respeito do ser (SILVA, mar./2007). Desse modo, pode-se pensar que a dor também irá apresentar, em alguma medida, revelações sobre si mesma, ou seja, poderá ser compreendida como uma das faces da lembrança.

O clínico, portanto, estará diante de um quadro no qual a subjetividade estará presente apenas pela lembrança, que é, como se viu, a invasão do *pathos*. Não poderá contar com funções do ego de extrema importância e relevância na clínica com pacientes que não apresentam processo demencial e estará constante – e repetidamente – submerso numa relação transferencial na qual a única possibilidade de existência se dá por meio de um (re)viver um si mesmo ao qual não pode agregar novas ligações.

Dessa forma, a lembrança é aquilo que traz a sensação de um si mesmo que já não se reconheceria ou se sustentaria caso o teste de realidade dirigisse suas lentes ao tempo atual e às exigências do mundo externo. O lembrar-se de si mesmo poderá tanto ocorrer pela construção de imagens que representem o tempo ao qual se refere, quanto fazer-se presente, inicialmente, apenas pelas sensações corporais.

Assim, torna-se necessário apontar para uma direção na qual o ego – por natureza incapaz de impedir a emergência das lembranças – consegue resistir às imagens mentais que as lembranças carregam consigo, deixando ao material ligado a elas, entretanto, o acesso irrestrito ao corpo. Para que o processo demencial adote esse percurso, é necessário estar-se diante de um cenário no qual quaisquer imagens estimuladas pelas lembranças apresentam-se como intoleráveis fontes de desprazer. Nessas condições, o si mesmo da lembrança poderá migrar direta e exclusivamente para o corpo, sem mediação simbólica. Um conflito psíquico pode-se instaurar e querer encontrar como solução a permanência de uma sensação corporal desejada e obtida pela lembrança, sem que esta possa ser representada por uma imagem mental que, paradoxalmente, causaria um alto grau de sofrimento ao ego.

Sabe-se, contudo, que para uma representação permanecer fora da consciência, os mecanismos de defesa do ego devem estar aptos a realizar o trabalho de repressão. Esse trabalho o paciente em processo demencial não irá realizar de maneira satisfatória; pelo contrário, deixará progressivamente de contar com sua intervenção e eficácia.

Entretanto, nesses casos, a corporificação da lembrança viria compensar o declínio da repressão à medida que imporia à consciência uma gama de sensações da qual esta não conseguiria desvencilhar-se. A atenção do ego, diante de situações

nas quais o sistema perceptivo está em sobrecarga, perde sua capacidade seletiva e fica aprisionada no reconhecimento simples do sofrimento. Submerso no excesso captado pela atividade sensorial, o aparelho psíquico torna-se incapaz de representar psiquicamente os estímulos que o afetam e, com isso, o discurso e a narrativa do paciente irão concentrar-se na fixa descrição a respeito do mal-estar do qual se tornara vítima. Assim, a dor – excesso de sensação – operaria como uma substituta do mecanismo de repressão, sendo a responsável por evitar que representações nocivas ao ego tivessem acesso à qualidade consciente.

Nesses casos específicos, portanto, o ego fica minimamente protegido das imagens que produziriam imenso desprazer sem que, com isso, ocorra uma traição em relação ao objeto amado (um si mesmo) que deverá ser eternamente lembrado (sentido) – por exigência do superego. Este repousará no corpo, para fazer-se eterno e soberano diante de todas as outras ocorrências do organismo, visto que o excesso sensorial sobrepõe-se a qualquer pensamento.

As diversas formações de compromissos com as quais se defronta revelam a importância do cuidado e do tempo diante do *pathos* presente na transferência com o clínico. Os processos demenciais conservam enigmas que recusam um diagnóstico precipitado e exigem da relação terapêutica uma alta tolerância em relação às lembranças fixadas e repetidamente apresentadas pelas vias mais diversas.

8.1 A consolação e a questão da transferência/contratransferência

O ato de consolar pertence a uma longa tradição histórica e nos remete a pensadores como Túlio Cícero (106 a.C. – 43 a.C.) e Sêneca (4 a.C. – 65) e posteriormente reinvestida com particular importância durante os séculos XIV e XV, influenciando de maneira significativa o modo de se pensar o sofrimento no humano (SILVA, mar./2007).

O objetivo do discurso consolatório repousava sobre a ideia de que seria possível a um sábio ensinar àquele que se tornara vítima de paixões tristes um caminho fundamentalmente racional, que pudesse conduzi-lo ao estado de saúde almejado. Sobrepujar o sofrimento irracional das paixões só seria possível com o fortalecimento da razão – que confirmaria a vitória da lógica diante do excesso desgovernado do *pathos*.

Cabia ao sábio fazer uso de sua experiência e narrar os vitoriosos embates entre sua razão e os sofrimentos aos quais se submetera. Competia, entretanto, um delicado e cuidadoso trabalho de reflexão realizado pelo consolador, que, ao debruçar-se sobre o sofrimento que lhe era apresentado, deveria encontrar o melhor discurso, os melhores instrumentos persuasivos, para cada caso em particular (SILVA, mar./2007). Percebe-se o respeito ao singular, ao peculiar de cada cenário, de cada história, para que por meio do dedicado trabalho de observação, fossem elaboradas intervenções estimuladoras da razão. Esse aspecto, portanto, revela uma compreensão moral do humano, na qual era realçada a virtude alcançada com o controle do raciocínio sobre as paixões.

A consolação era necessária quando um indivíduo se tornara escravo de uma falsa ideia, que tinha como efeito a potencialização da paixão triste, bem como sua fixação ou cronificação.

Além da razão, outro elemento fundamental a que o consolador se dedicava a estimular era a vontade (SILVA, mar./2007). Era tida como imprescindível para que o combate contra a falsa ideia – perpetuadora do sofrimento – pudesse ser enfrentada da maneira mais adequada. Era necessário que houvesse a intenção de abandonar a paixão triste e, dessa forma, o consolado aceitaria alimentar a razão a ponto de emergir do *pathos*.

Aqui se torna necessário fazer uma distinção entre a prática consolatória que vai da Antiguidade até a primeira Modernidade e a posição clínica apresentada no caso clínico de Dona Lurdes. A longa história que envolve a arte da consolação baseia-se num ideal socrático a respeito do humano, concebendo-o como um ser que deve sobrepujar o *pathos* a partir do encontro entre sua razão e a vontade (SILVA, mar./2010). Em contrapartida, a posição clínica que se apresentou como opção nesse caso clínico trouxe consigo elementos semelhantes ao proposto pela tradição da medicina da alma, contudo difere fundamentalmente no que diz respeito ao pilar básico de sustentação desta. O objetivo da posição clínica consolatória não é o de estimular a razão a superar uma ideia falsa; tampouco conceber o sofrimento causado pela paixão triste como uma ocorrência que revele o baixo vigor moral ou as fracas virtudes apresentadas pelo paciente. A prática da consolação foi utilizada com um intuito muito diferente: o de produzir uma distração suficientemente capaz de estimular o paciente a diminuir o grau de atenção dirigido a sua dor para que, com isso, fosse possível recuperar uma parcela da condição representativa do aparelho psíquico. “A dor é imperativa: as únicas coisas diante das quais ela pode

ceder são a eliminação por algum agente tóxico ou a influência da distração mental.”
(FREUD, 1915a, p. 169).

É justamente nesse contexto que a posição consolatória se apresentou como opção clínica. A narrativa do clínico a respeito de uma dor que continha elementos em comum com aqueles experimentados pelo paciente pode atuar como captadora de atenção, “distraindo-o” de seu excesso de sensações e, com isso, produzindo uma diminuição de desprazer. Esse estado passageiro poderá ser aproveitado para que uma narrativa a respeito das sensações seja construída; a capacidade associativa e representativa do ego retoma parcialmente seu potencial produtivo em virtude da diminuição da dor. O consolador oferece a narrativa de sua experiência ao paciente submerso na percepção de sua própria dor. Ao trocar momentaneamente a escuta clínica pela atividade discursiva a respeito de elementos da sua história, o clínico apresenta-se como um objeto externo, que demanda investimento, diminuindo, assim, a introversão narcísica característica do paciente vítima de dor.

Apresentou-se a ideia de que, nos processos demenciais, a dor poderá ocupar um papel de substituta da lembrança imagética do objeto perdido e exercerá papel importante na proteção dada ao ego diante do declínio da repressão. Ocorre, portanto, que o paciente está num estado de pobreza associativa intenso, com toda sua atenção tomada pela dor e por sua descrição física.

Para que a narrativa eleve seu potencial de atração, é necessário que o discurso contenha alguma relação com a dor sofrida pelo paciente. Assim como na tradição consolatória o sábio se oferece como modelo, na posição aqui apresentada, o clínico oferece as suas representações psíquicas como possibilidade simbólica para o paciente. Este, ao tomar conhecimento da narrativa do clínico a respeito de uma dor semelhante, é estimulado a escutá-la. Seu aparelho psíquico encontra,

nessa nova dinâmica relacional, a possibilidade de se apoderar do discurso que lhe é dirigido, já que este serviria para amenizar a percepção constante da dor; as representações psíquicas que por ele seriam estimuladas não viriam carregadas com os elementos subjetivos a serem afastados da consciência como forma de preservação do ego. O paciente encontra nesse cenário uma esperança de reorganização da economia psíquica que lhe seja menos penosa e, em virtude do investimento objetal que o discurso captura, ocorre um período de distração na qual a dor perde sua condição imperial.

É justamente a partir desse momento que as posições podem ser reorganizadas e a consolação interrompida. Ao distrair-se de sua dor, o material psíquico, que estava afastado da consciência em virtude do excesso sensorial, ganha possibilidade de expressão por intermédio da transferência. Constrói-se, então, uma narrativa a respeito da dor que deverá ser acolhida cuidadosamente pelo clínico, pois virá, sempre, acompanhada de fortes sentimentos e, frequentemente, de muita angústia. O que colabora para o sofrimento psíquico não se tornar insuportável e inviabilizar a narrativa é, justamente, a relação entre o clínico e o paciente que, quando sustentada de forma acolhedora, conforta-o em sua dor e suporta a transferência maciça presentificada por meio da alucinação da lembrança.

Conclui-se que as lágrimas e os gemidos aliviam naturalmente a tristeza. Em primeiro lugar, porque quando se fecha o que é nocivo no interior (*nocivum interius clausum*), ele aflige mais, por aumentar a concentração da alma. Quando se difunde para fora, a intenção da alma de alguma maneira se dispersa também e, assim, diminui a dor interior. Por isso, a tristeza é mitigada quando manifestada exteriormente pelo pranto, gemido ou pela palavra. (SILVA & CAVALCANTE, jun./2010, p. 283)

A descarga produzida pela experiência representativa – e algumas vezes alucinatória – alcançada pelo paciente pode ser notada durante um período muito

particular e que se segue ao encontro clínico. A alteração na economia psíquica, associada ao alto dispêndio de energia e ao período de relação objetal estabelecido, possibilita ao paciente momentos de presença no tempo atual e do reconhecimento passageiro de si mesmo fora da lembrança.

À medida que se compreende a dor como um excesso de tensão, e tem-se como uma das vias de obtenção de prazer a sua descarga, encontra-se, como efeito do alívio, uma aproximação do tempo presente, reconhecido como um espaço menos hostil de existência. O clínico irá defrontar-se, frequentemente, com momentos mais lúcidos dos pacientes, após as descargas de excitação. Esse tempo de reencontro com o atual variará em durabilidade de acordo com a singularidade e a gravidade de cada caso.

O desprendimento relativo do passado e o não aprisionamento no futuro são elementos objetivados pela tradição consolatória que se tornam relevantes na posição clínica aqui apresentada. Há uma valorização do tempo presente, momento no qual a razão e a vontade podem ser exercitadas com maior veracidade (SILVA, mar./2007). É no tempo do atual que o si mesmo expressa a potência de sua natureza e esse cenário pode ser observado, em menor ou maior grau, à medida que a posição clínica consolatória obtém sucesso em distrair o paciente afastando de sua dor seu foco e sua atenção.

No caso dos processos demenciais, a razão e a vontade estão sob o domínio do ideal e, portanto, apresentam-se como elementos distantes da dinâmica transferencial com o clínico. Enquanto a cadeia representacional do paciente está em operação, o juízo de realidade irá funcionar em duas frentes: fortalecerá a recusa dos objetos, dos cenários e das identidades do tempo atual e atuará como parte da

nova dinâmica psíquica orientada pelo ideal, tornando crível e formulando explicações que fortaleçam o sentido e a veracidade da lembrança.

Na Carta LXIII (62) escrita por Sêneca a Lucílio, o autor desenvolve um discurso consolatório com o objetivo de orientar a vítima da tristeza a libertar-se dos domínios das falsas ideias e retomar os caminhos virtuosos da razão. Esse texto, em particular, apresenta a ideia de que estender o tempo de sofrimento em virtude da perda de um amigo poderia denotar sentimentos de autorreprovação, revelando que o amigo não recebera a atenção e a dedicação que lhe era justa em vida (SILVA, mar./2007).

Pode-se refletir, uma vez mais, a respeito do papel dos sentimentos de culpa diante da intensidade e do prolongamento da dor. Viu-se, no caso clínico de Dona Lurdes, que um dos fatores contribuintes para que a lembrança do filho, – experimentada por meio de sensações corporais – permanecesse fixa e imperativa, sustentava-se em sua autorrecriação por haver abandonado os filhos quando estes ainda eram crianças. Havia uma queixa de que não tivera vivido com eles o tempo que gostaria e narra o sofrimento relativo à distância que a separava deles. Ao transformar a libido objetal em narcísica, trouxe o filho para o controle relativo do ego e, assim, o possuiria por completo e pelo tempo que a fixação permanecesse. A lembrança sob a forma de sensação encarnava, entre outros significados, a visita e a permanência condensada dos filhos ao seu lado. Podemos pensar, concomitantemente, que havia em Dona Lurdes um prazer em reviver, nas pernas, a experiência da morte do filho. Caso todos os filhos estivessem mortos, ou nunca tivessem nascido, ela seria “livre” para fugir sem culpa. Além disso, satisfaz seu desejo de vingança sobre o desamparo em que vive – *“nunca pensei ter tantos filhos e morrer sozinha”* [sic] – mantendo-se submersa no afeto pertinente à morte de um

deles. Podemos pensar, também, que a dor da qual se queixa contém sentimentos de prazer, transformados em seu oposto, em virtude da satisfação camuflada dos impulsos hostis no complexo representacional do qual fazem parte.

A diminuição da dor e a vivência alucinatória da lembrança na transferência podem produzir reorganizações simbólicas que amenizem o sofrimento do paciente por meio do trabalho de elaboração. No caso dos processos demenciais, defrontamo-nos com um cenário no qual se torna difícil afirmar se aquilo que fora elaborado também sucumbe ao esquecimento de curto prazo e, caso isso venha a ocorrer, se permanece, mesmo assim, como possibilidade de fortalecimento do ego diante dos conflitos que o cercam.

Por fim, o discurso consolatório reconhece, durante toda a sua tradição, a fragilidade e a brevidade da vida (SILVA, mar./2007). Também aqui, na proposição desta posição clínica especificamente, a morte é reconhecida e acolhida como expressão da natureza do corpo. No que diz respeito à tradição consolatória, o ideal desloca-se do desejo de imortalidade e transfere-se para a sabedoria. Na posição clínica, o ideal é convidado a aceitar a posição do humano na natureza da qual faz parte, reconhecendo, mesmo momentaneamente, a possibilidade de organizar-se diante do *pathos*, para que a existência de si mesmo possa ocorrer num tempo do qual todos, de alguma forma, supõem fazer parte.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi dividido em três partes. A primeira delas cumpre um papel introdutório ao se apresentar a situação problemática que se configurou como um enigma oriundo da clínica e que foi o foco investigativo desta tese: *os processos demenciais senis*. Contém, também, uma apresentação a respeito da arte mnemotécnica na qual constam os princípios fundamentais para a constituição de um método por meio do qual se objetivava instrumentalizar e aprimorar a memória. Os elementos técnicos apresentados foram úteis na medida em que puderam ser utilizados como ponto de partida para o desenvolvimento de novos raciocínios a respeito das dinâmicas em atividade no sistema mnêmico e na constituição e desconstrução de seus traços.

Completando a seção introdutória, apresenta-se um capítulo sobre o método clínico no qual foram descritas as premissas básicas que nortearam o processo de pesquisa e que serviram de sustentação às interpretações metapsicológicas ao se reconhecer a subjetividade como o ponto primordial de interesse na investigação em Psicopatologia Fundamental.

Na segunda parte apresentaram-se duas narrativas clínicas nas quais o enigma instigador desta pesquisa teve origem. Torna-se importante, aqui, apresentar uma explicação a respeito do uso de dois casos e não apenas um. O que tornou possível e viável a apresentação dos dois casos clínicos foi a constatação de que ambos, cada qual com suas características centrais e particularidades, mostraram-se como expressões distintas de um mesmo enigma. Ambos apresentavam cenários dos quais o processo demencial senil fez parte, entretanto isso não bastou para reduzi-los a um diagnóstico que encerrasse a investigação,

nem definisse uma situação problemática de modo integral. Pôde-se observar que um mesmo estado patológico se expressa de modo subjetivamente singular em cada paciente. A compreensão a respeito da dinâmica mental, posta em atividade nas formações de compromissos investigadas por meio do método clínico, permitiu se detectarem importantes semelhanças na constituição das demências e, também, trouxe a evidência de que a expressão singular de cada caso exigirá do profissional de saúde uma postura, também, adequada e singular em relação ao *pathos* com o qual se defrontará.

Por via das narrativas clínicas, puderam-se observar as expressões subjetivas por meio das quais os pacientes apresentavam seus sofrimentos e as formações de compromissos que delas se originaram. Pôde-se ressaltar a importância de resgatar o idoso em processo demencial de seu exílio, entregando-lhe a possibilidade de articular um discurso a respeito de suas paixões. E o autor dedicou-se a observar e compreender determinados aspectos relativos ao conflito entre as *promessas* de um porvir, primordialmente construídas com base nas vivências do narcisismo primário e do quanto esses registros regulam a relação entre o ego e seu ideal.

Constatou-se que a velhice se insere na dinâmica estabelecida entre essas duas instâncias de modo extremamente radical e, caso ocorra uma falha no trabalho de envelhescência, pode-se defrontar com perturbações, tanto relativas ao ideal do ego quanto ao ego.

Durante esse percurso, foram consultados autores que compuseram pilares fundamentais para se poder articular conceitos, tradicionalmente consolidados, com as surpresas oriundas dos encontros clínicos apresentados. Nesse cenário, foram de suma importância as obras de Freud, bem como os textos de Friedrich Nietzsche, Max Scheler, Paul Ricœur e Simone de Beauvoir. Também imprescindíveis, os

textos de Ana Cecília Magtaz, Manoel Berlinck e Paulo José Carvalho da Silva, que representaram a posição da Psicopatologia Fundamental de modo estrutural durante o desenrolar desta pesquisa.

Muitos outros autores foram de fundamental importância para a construção das interpretações aqui apresentadas e irão compor as referências bibliográficas de todas as fontes que compuseram os referenciais teóricos relevantes sobre diversos elementos trabalhados nesta tese.

A hipótese de que os processos demenciais senis são expressões de uma impossibilidade de o paciente esquecer – submergindo, portanto, no mundo das lembranças – tornou-se defensável com base nas manifestações clínicas apresentadas na PARTE II e confirmadas metapsicologicamente, pelas articulações teórico/clínicas desenvolvidas na PARTE III.

Nessa parte, pôde-se constatar que a imposição da natureza temporal do corpo, característica da etapa senil da vida, contém um potencial imensamente perturbador no que diz respeito ao funcionamento do ideal do ego. As fantasias narcísicas tão fundamentais no processo de constituição do ideal são radicalmente atacadas pela diminuição na capacidade e na qualidade de execução de atividades básicas da vida cotidiana. Somam-se a essa diminuição natural do vigor físico as angústias provenientes da constatação do encurtamento do tempo futuro.

Assim, constitui-se um cenário no qual as representações associadas à identidade do ego perdem sua relativa compatibilidade quanto às exigências do ideal. O ego passa a ser o representante do tempo atual e traz consigo a experiência visceral da finitude, frustrando definitivamente a *promessa* de potência e eternidade.

Constatou-se, com base nas observações no caso clínico de Pierre, que o estado patológico de *ressentimento* encontrou um terreno fértil diante desse

contexto. Ao se pensar no encontro entre o ego corporal e as “*promessas*” que tomou para si – dando forma a sua identidade e fundamentando seu modo de existência no mundo –, submersos pela ocorrência da velhice e de suas consequentes limitações, defronta-se com um cenário no qual se torna plausível pensar a respeito do elevado risco de que o *ressentimento* se instale contra algumas funções do próprio ego, principalmente aquelas diretamente associadas à constituição e manutenção de sua identidade.

Constatou-se, também, que para a formação do ressentimento ocorrer é necessário que o mecanismo de repressão esteja operando de maneira suficientemente eficaz. Observou-se, contudo, que nos processos demenciais ocorre uma perturbação do ideal do ego, que repercute diretamente sobre o funcionamento da repressão. Assim, não se pode pensar em processos demenciais como formas graves de *ressentimento*, mas, ao se refletir a seu respeito como uma consequência da falha no trabalho de envelhescência, constatou-se sua importância como estado prévio ao demencial.

Quanto ao mecanismo de repressão, a diminuição na eficácia de seu funcionamento trouxe consequências relevantes à dinâmica psíquica e facilitou o acesso à consciência de parte do material registrado pela memória. Essa facilitação, somada à gradual e crescente recusa referente aos objetos do mundo externo, configura o contexto no qual ocorre a introversão da libido, que passará a investir maciça e diretamente nos registros mnêmicos antecessores ao violento impacto produzido pela velhice.

Por isso, nos processos demenciais senis, os traços mnêmicos inscritos no decorrer da construção biográfica do indivíduo passarão a ser investidos como substitutos do tempo presente e serão a afirmação de que o ego romperá com a

atualidade. Para que a eficácia dessa transição se completasse, o sistema perceptivo passou a reconhecê-los como provenientes do mundo externo e, com isso, os registros mnêmicos vieram a ser (re)experimentados de forma alucinatória. A alteração da sensopercepção garantiu a troca do tempo presente pelo tempo das lembranças. O ego voltou a ser representado, portanto, por registros que antecederiam as perdas relativas ao universo da velhice e resgatou, assim, uma parcela de libido que voltou a tê-lo como alvo de investimento.

Com esse cenário descrito, têm-se subsídios para se compreender o processo degenerativo que afeta diretamente o sistema mnêmico. Quando este deixar de ser alimentado por novas percepções, a memória deixará de ser o local de registro simbólico, para ocupar a posição de atualidade vivencial. Assim, ao se reconhecer a substituição do tempo presente pelo tempo da lembrança, defronta-se com uma situação na qual os objetos presentes no ambiente que circundam o paciente deixarão de ser percebidos e significados em sua condição atual e serão reconhecidos para confirmar sua compatibilidade com o pretérito que está sendo resgatado naquele momento.

Essa alteração da função mnêmica e o distanciamento gradual do tempo presente serão os responsáveis pelo declínio da memória de curto prazo e, com o agravamento do processo demencial senil, de grande parte do sistema mnêmico. Temos, portanto, uma situação na qual, à medida que a velhice progride e o tempo presente se esvazia de significados, o objeto compensatório a ser encontrado e oferecido ao id para que o investimento narcísico ocorra deve ser procurado num tempo cada vez mais antigo – como se este processo regressivo visasse aproximar-se das experiências que compunham o ego no tempo do narcisismo primário.

Retomando as apresentações clínicas, vislumbra-se, também, que a presença das lembranças irá ocorrer de modo singular e específico em cada caso. As lembranças de Pierre, por exemplo, eram carregadas de imagens, de representações marcantes – que ganhavam vida a partir das alterações no juízo de realidade e da sensopercepção – e que transbordavam de sua narrativa e contextualizavam de maneira subjetiva tanto a presença do clínico quanto o próprio ambiente que o circundava. A relação transferencial compunha-se numa viagem à revivência absoluta de suas lembranças.

No caso de Dona Lurdes, a presença das lembranças era, da mesma forma, radical. Entretanto apresentavam-se por uma via distinta – a das sensações corporais. A paciente era afetada constantemente pela sensação de que suas “*pernas afundavam*”. Observou-se que sua percepção sensorial estava dominada pela imposição de uma lembrança que ao mesmo tempo em que não poderia ser acessada completamente pela consciência – em virtude do desprazer que produziria – também não era possível cair no esquecimento.

Nessa configuração, a atividade sensorial passara a se apresentar não apenas como o *locus* da lembrança, mas também como uma alternativa substituta ao mecanismo de repressão. Diante da ineficácia do mecanismo, a dinâmica psíquica estruturou-se para utilizar o excesso sensorial como um recurso que visava dificultar o acesso à consciência por registros mnêmicos altamente desprazerosos.

Freud escreveu à Wilhelm Fliess, em 1.º de janeiro de 1896, uma carta na qual anexava o “*Rascunho K. As Neuroses De Defesa – Um Conto de Fadas Natalino*”. No texto, Freud salientava que:

Existe uma tendência normal à defesa – isto é, uma aversão ao direcionamento da energia psíquica de tal maneira que daí resulte um desprazer. Essa tendência, ligada às condições mais fundamentais do mecanismo psíquico (a lei da constância), não pode ser empregada contra as percepções, pois estas têm o poder de se impor à atenção (como se evidencia no fato de serem conscientes); ela só entra em jogo contra as lembranças e os pensamentos. (MASSON, 1986, p. 163)

Constatou-se que, mesmo diante do declínio da função repressora, as lembranças experimentadas de modo alucinatório, quando carregadas de representações imagéticas e pensamentos associados, ainda serão alvo de um *quantum* de energia a serviço das resistências. Em contrapartida, diante da violência com a qual a percepção sensorial se torna consciente, o *quantum* restante seria ainda menos eficaz.

Verificou-se, entretanto, que é justamente essa característica imperial do sistema perceptivo que o transformou, no caso de Dona Lurdes, num recurso defensivo e auxiliar ao restante de eficácia repressora.

Vimos que os processos demenciais senis se caracterizam pela imposição e prevalência das lembranças – tanto pela via das representações imagéticas quanto pela atividade sensorial –, revelando, com isso, a total impossibilidade de que o esquecimento as absorva. O paciente irá apresentar falhas de memória, principalmente dos registros caracterizados como de curto prazo, revelando, assim, a recusa ao tempo atual e o gradual recolhimento da libido. A cronicidade e o caráter degenerativo dos processos demenciais senis, somados à introversão da energia psíquica, acabam por produzir a inoperância do sistema mnêmico como armazenador de novas experiências, tornando-o receptáculo substitutivo do tempo presente radicalmente recusado.

Assim, defende-se e justifica-se a hipótese inicial de que os processos demenciais senis representariam uma impossibilidade de esquecer e, com base

nessa constatação, uma nova miríade de enigmas se apresenta, tornando fecundo o solo para novas pesquisas.

Por fim, torna-se relevante ressaltar a importância da posição clínica diante do idoso em processo demencial. Viu-se que, por meio da relação transferencial e dos processos identificatórios estimulados pela presença da narrativa, o clínico vislumbra um cenário no qual a promessa que fizera a si mesmo e que contribuiria para a constituição de seu ideal, são perturbadas pela afirmação de a velhice do outro ser-lhe, também, destinada. Esse cenário implica o desenvolvimento de uma atenção cuidadosa, dirigida aos próprios mecanismos de defesa e resistências, que, se não forem elaborados pelo terapeuta, irão interferir radicalmente em sua atividade clínica.

“Psicopatologia” literalmente quer dizer: um sofrimento que porta em si mesmo a possibilidade de um ensinamento interno. Como paixão, torna-se uma prova e, como tal, sob a condição de que seja ouvida por alguém, traz em si mesma o poder de cura. Isso coloca imediatamente a posição do terapeuta. Uma paixão não pode ensinar nada, pelo contrário, conduz à morte se não for ouvida por aquele que está fora, por aquele que é estrangeiro, por aquele que pode cuidar dela. (FÉDIDA, 1988, p. 29)

Fédida (1988) afirma que uma paixão, ou seja, o *pathos* pode levar à morte se não for escutado por alguém que possa cuidar dele. O sofrimento inerente ao contato com a velhice e com as peculiaridades dos processos demenciais senis podem levar à morte a *posição* clínica do terapeuta. Caberá, portanto, àqueles que oferecem uma escuta de qualidade ao paciente – que visa resgatar a justa medida de Eros por meio da expressão de sua subjetividade –, elaborar as fantasias pertencentes ao seu próprio ideal, como condição para que o *pathos* possa ser interpretado para constituir-se como um ensinamento.

Vislumbrar a velhice como fenômeno da natureza humana e, portanto, viabilizar a elaboração da relação do homem com sua condição finita é reajustar a atitude do profissional diante da promessa posta em evidência pelo ideal do ego. Sem que esse trabalho ocorra, torna-se impossível oferecer uma escuta neutra, na qual a atenção flutuante possa ser buscada e a subjetividade reconhecida e acolhida. Sem que o clínico se disponha a elaborar a própria velhice por meio de sua envelhescência, afetos hostis irão tomar conta da relação transferencial e a impossibilidade de identificar a condição humana na narrativa que lhe é dirigida inviabiliza por completo o modelo de escuta proposta por Freud e pela Psicopatologia Fundamental.

10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível / Organizadoras: Stella Bresciani e Márcia Naxara*. 2. ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

ANTONELLO, D.F.; OLIVEIRA, R.H. DE. A repetição e o “Projeto...” de 1895: gérmen de um conceito. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. XIV, n.º 2, p. 237 – 251, jun/2011.

ASSOCIATION, American Psychiatric. *DSM-IV. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BARRETO, L. *O Cemitério dos Vivos*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2004.

BEAUVOIR, S. (1970) *A Velhice*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1990.

BERLINCK, M. T. *Psicopatologia Fundamental*. São Paulo: Escuta, 2000.

_____. O método clínico. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. X, n.º 3, p. vii-x, set./2007.

_____. A noção de subjetividade na Psicopatologia Fundamental. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. XIII, n.º 4, p. 551-557, dez./2010.

_____. Morte sem futuro e morte com futuro. A questão do tempo na morte. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. XIV, n.º 3, p. 419-425, set./2011.

BLAINEY, G. *Uma Breve História do Mundo*, São Paulo: Fundamentos, 2007.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CALLIGARIS, E. R. *Prostituição: O Eterno Feminino*. São Paulo: Escuta, 2006.

CAOVILLA, V. P.; CANINEU, P. R. *Você não está sozinho*. São Paulo: Abraz, 2002.

CORBIN, A.; COURTINE, J.; VIGARELLO, G., *História do Corpo – Da Renascença às Luzes*, São Paulo: Vozes, 2007.

DOURADO, M. C. N. O mal-estar das demências. In: *Pulsional Revista de Psicanálise*. São Paulo: Escuta, n.º 180, dez. 2004.

ECO, U.; MIGUEL, M. An Ars Oblivionalis? Forget It! In: *PMLA*, v. 103, n.º 3, p. 254-261, May/1988.

FÉDIDA, P. *Clínica Psicanalítica*. São Paulo: Escuta, 1988.

_____. *O Sítio do Estrangeiro. A Situação Psicanalítica*. São Paulo: Escuta, 1996.

_____. *Dos benefícios da depressão: elogio da psicoterapia*. São Paulo: Escuta, 2002.

FERENCZI, S. (1917). Para compreender as psiconeuroses do envelhecimento. In: *Obras completas / Sandor Ferenczi. Direção de Tradução por Claudia Berliner*. São Paulo: WMF Martins Fontes, vol. 3, 2011.

FERRAZ, M. C. F. Nietzsche: esquecimento como atividade. In: *Cadernos Nietzsche*. São Paulo: GEN, n.º 7, p. 27-40, 1999.

FREUD, S. (1895) Projeto para uma Psicologia Científica. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas – E. S. B. Direção de Tradução por Jayme Salomão*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. I.

_____. (1900) A Interpretação dos Sonhos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas – E. S. B. Direção de Tradução por Jayme Salomão*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. IV.

_____. (1901) Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas – E. S. B. Direção de Tradução por Jayme Salomão*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. VI.

_____. (1911) Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas – E. S. B. Direção de Tradução por Jayme Salomão*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XII.

_____. (1914a) Recordar, repetir e elaborar. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas – E. S. B. Direção de Tradução por Jayme Salomão*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XII.

_____. (1914b). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas – E. S. B. Direção de Tradução por Jayme Salomão*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XIV.

_____. (1915a). Repressão. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas – E. S. B. Direção de Tradução por Jayme Salomão*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XIX.

_____. (1915b). Luto e Melancolia. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas – E. S. B. Direção de Tradução por Jayme Salomão*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XIV.

_____. (1920). Além do Princípio do Prazer. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas – E. S. B. Direção de Tradução por Jayme Salomão*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XVIII.

_____. (1923). O ego e o id. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas – E. S. B. Direção de Tradução por Jayme Salomão*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XIX.

_____. (1932). Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas – E. S. B. Direção de Tradução por Jayme Salomão*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XXII.

_____. (1936). Um Distúrbio de Memória na Acrópole. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas – E. S. B. Direção de Tradução por Jayme Salomão*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XXII.

GAGNEBIN, J. M. Memória, história, testemunho. In: *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GOLDFARB, D. C. *Corpo, tempo e envelhecimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

_____. *Demências*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

GRACIÁN, B. (1647). *Óráculo manual y arte de la prudência*. Barcelona: Planeta, 1984.

HAECKEL, E. *A Origem do homem*. São Paulo: Global Editora, 1989.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IACUB, R. *Erótica e Velhice: Perspectivas do Ocidente*. São Paulo: Vetor, 2007.

KONSTAN, D. Ressentimento – História de uma emoção. In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível / Organizadoras: Stella Bresciani e Márcia Naxara*. 2. ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LÓPEZ-POUSA, S.; FRANCH, V.; REGLÀ, L. *Manual de Demencias*, 2. Edición. Barcelona: Prous Science, 2001.

MAGTAZ, A. C.; BERLINCK, M. T. O caso clínico como fundamento da pesquisa em Psicopatologia Fundamental. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. XV, n.º 1, p. 71-81, mar./2012.

MASSIMI, M. A Memória ventre da alma. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. XIII, n.º 4, p. 667 – 679, dez./2010.

MASSON, J. M. *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887-1904*. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

MERTON, R. K. (1953). *Eléments de théorie et de méthode sociologique*. Paris: Librairie Plon, 1965.

MESSY, J. *A pessoa idosa não existe. Uma abordagem psicanalítica da velhice*. São Paulo: Aleph, 1999.

NIETZSCHE, F.W. (1878-1879) *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. (1886) *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. (1887) *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *Escritos sobre história / Friedrich Nietzsche; apresentação, tradução e notas: Noéli Correia de Melo Sobrinho*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/São Paulo: Loyola, 2005.

PLATÃO (s/d). *A República. Tradução por Enrico Corvisieri*. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1997.

PROUST, M. (1913-1927). *O Tempo Redescoberto. Tradução por Lúcia Miguel Pereira*. 15. ed. São Paulo: Editora Globo, 2004.

RICŒUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ROSSI, P. *O Passado, A Memória, O Esquecimento – Seis ensaios da história das idéias*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

SAFRANSKI, R. *Nietzsche, biografia de uma tragédia*. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

SEIXAS, J. A. de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível / Organizadoras: Stella Bresciani e Márcia Naxara*. 2. ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

SCHELER, M. (1915). *Ressentiment*. Wisconsin: Marquette University Press, 2010.

SILVA, P. J. C. O ideal da consolação e a paixão pela morte. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. X, n.º 1, p. 146-154, mar./2007.

_____. Do príncipe triste ao rei médico de almas. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. X, n.º 4, p. 696-706, dez./2007.

_____. A insubmissão contra o gozo do pathos ou como desarmar a resistência do melancólico. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. XIII, n.º 1, p. 116-127, mar./2010.

_____. Lembrar para esquecer: a memória da dor no luto e na consolação. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. XIV, n.º 4, p. 711-720, dez./2011.

SILVA, P. J. C.; CAVALCANTE, M. B. R. Das lágrimas às palavras: manifestações do pathos segundo a medicina da alma moderna. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. XIII, n.º 2, p. 283 -295, jun./2010.

VICO, G. *Princípios de (uma) Ciência Nova (acerca da natureza comum das nações)*. São Paulo: Nova Cultura Ltda. 2005.

VIEIRA, S. P. Envelhecimento, impasses clínicos e mudanças: papel da idealização na dupla terapêutica. In: *Pulsional Revista de Psicanálise*. São Paulo: Escuta, n.º especial, maio/2005.

VIUDE, A. Como comunicar-se com o portador de demência tipo Alzheimer. In: *Você não está sozinho*. São Paulo: Abraz, 2002.

YATES, F. A. *A Arte da Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ZEPPELLINI JUNIOR, J. C. O mal-estar no envelhecimento: sujeitos, pathos e as quatro estações. In: *Latin American Journal of Fundamental Psychopathology* Online, n.º 2, nov./2005. Disponível em: <<http://fundamentalpsychopathology.org/pagina-volume-2-numero-2-novembro-de-2005-237>> Acesso em: 30 dezembro 2012.

ZEPPELLINI JUNIOR, J. C. *Demências: identidades que adoecem. Considerações sobre os aspectos psicopatológicos do envelhecimento*. 2008. 170 p. Dissertação (mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.